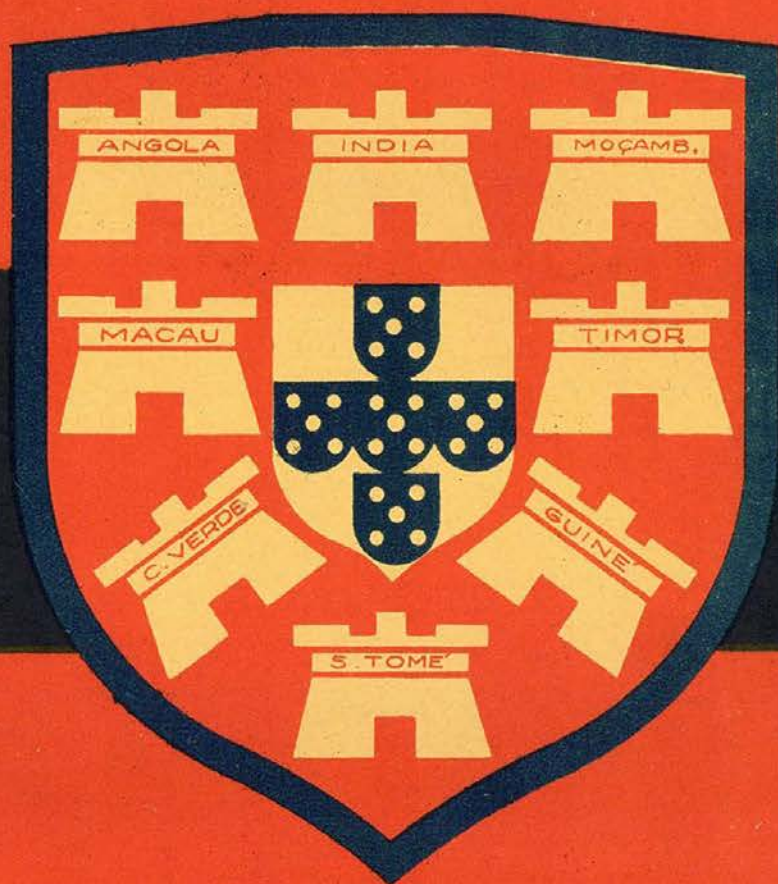


PELA RAÇA PELA LÍNGUA



Nº13

BOLETIM DA SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA
DO RIO DE JANEIRO

Roupas RENNER

TRAJES E TERNOS

CAPAS E SOBRETUDOS

COBERTORES E PIJAMAS PURA LÃ

Vendas a CRÉDITO

Casa JOSÉ SILVA

R. OURIVES, 3

Tel. 22 - 9702



Distribuidores: QUINTINO PINHEIRO
& CIA. - RUA DA CARIOCA, 33

CARTONAGEM LUSO-AMERICANA L.^{DA}

CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO

FABRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA

ENVELOPES EM GERAL

RUA DOS INVÁLIDOS, 137 - TEL. 22-3815

RIO DE JANEIRO



"As idéas não se vendem, dão-se" — TRÓFILO BRAGA

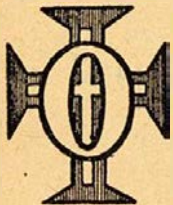
Distribuído gratuitamente

N.º **13**
Terceira Série

COMISSÃO DIRECTIVA
António de Sousa Amorim (Redactor) — Alamiro Andrade
e Francisco das Dóres Gonçalves

Abril a Junho
1 9 3 5

ATITUDE



carácter nítidamente apolítico da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO cria-lhe uma situação a salvo e acima de partidarismos

crêspas e depressivos, nesta hora espessa de facções encapeladas e delirantes, — uma situação, repetimos, que tem algo de estranho e muito de insólito privilégio para certa gente deformada mentalmente pelo hábito das atitudes horizontais, e que, por isso mesmo, não quer compreender e reluta em aperceber-se da grandeza de ânimo, da fôrça de vontade, do estoicismo e da dignidade vertical da nossa conduta e de todo o nosso vigoroso e entusiástico agir ao serviço da Lusitanidade.

A tal gente cabe-nos por conseguinte declarar, — já que a tanto nos obriga — que o clima da nossa ínsula é óptimo, e que no seu perímetro hão-de mover-se amanhã, como se

movem hoje e se moveram ontem, adeptos das mais diversas, distanciadas e divergentes ideologias políticas e crenças religiosas, e por nada dêste mundo consentiríamos que nela penetrassem paixões retaliativas, ambições subalternas ou quaisquer outros sentimentos atentórios do permanente amor pátrio de que têm dado as máximas e sobejas provas quantos, sob o estandarte da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA e fieis ao espírito dos seus estatutos, se acham reunidos e abraçados.

Bem sabemos que se não observa impunemente a neutralidade, para os sequazes declarados ou encapotados do fascismo. Para tanto, lá se declara no Estado fascista que *a neutralidade é impossível, porque nêle só se admite a adesão total ou a posição de adversário. Tôda a pessoa e tôda a corporação não fascistas, são consideradas como fontes de hostilidade e por isso a eliminação desses corpos estranhos é a sua preocupação constante.*



Mas isto é um simples acidente, sem importância nem significação. O que nos compete e preocupa é preservar *por fas e por nefas*, de influências deletérias e malsãs, êsse território espiritual onde à maravilha se harmonizam e concertam já tantas energias, — e manter êste BOLETIM tal qual um pequeno cosmos lusitano, aberto a tôdas as vozes, sem póstos alfandegários para a Inteligência nem barreiras para as aspirações de engrandecimento nacional.

E podem capacitar-se de uma vez por tôdas que não haverá fôrças humanas capazes de obrigar a instituição a quebrar a linha de rígida e formal neutralidade que se traçou, a inquietar-se sob qualquer pretexto para **A** ou para **B**. Com a maior serenidade, revestidos de energia, couraçados com a imperturbabilidade dos que nada devem ou temem, dos que jamais mentiram à sua fé de lusíadas, mascararam atitudes ou rejeitaram responsabilidades; com a consciência dos que têm as mãos lim-

pas, nada pediram nem querem, dos que ganham com esforço mas com dignidade o amargo pão quotidiano, não daremos ouvidos — pelas mesmíssimas razões que não demos até agora! — às invectivas furibundas do despeito, aos rugidos tonitroantes dos que nos julgam temerosos de caretas, assim como àquêles que até junto de nós se chegam com pés de lã e falas mansas, na doce esperança de enleiar-nos...

Estão todos muito enganados, e em especial quantos se julgam com fôrça para nos amedrontar. Por agora, no tablado só apareceram pígmeus com a estulta pretensão de caluniar os nossos esforços e denegrir as intenções da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO. E, com franqueza, nenhum desses pígmeus hilariantes por mais ginástica que faça e por muito que se êrga na ponta dos pés poderá alçar-se à categoria de nosso *inimigo n.º 1*... Falta-lhes envergadura moral para tanto.

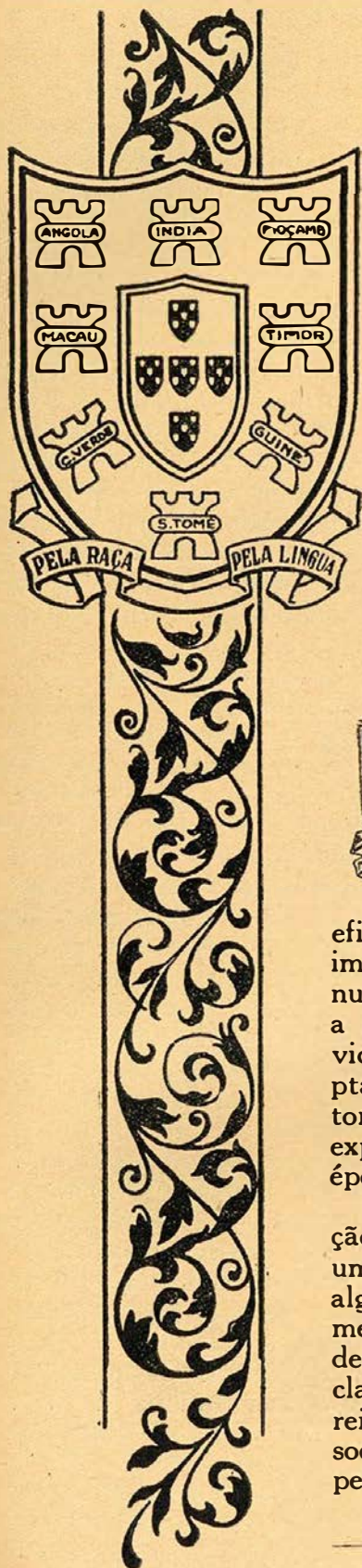


FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES

IMAGEM - FÔRÇA

CONCEITO PARA A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

PELO DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO
ROMEM DE LETRAS



(ESPECIAL)



UM ensaio de prospecção da realidade portuguesa contemporânea, *Menoridade da Inteligência*, desenhei o esquema duma arquitectura pedagógica de conclusão das idéas ali organizadas (1). Havia um motivo-mestre nessa arquitectura: educar é

assimilar o educando à cultura do seu tempo e habilitá-lo a lutar pela vida com eficiência; a assimilação efectua-se pela transmissão duma imagem actual do mundo, em miniatura, média ou real, numa série de círculos concêntricos; a habilitação para a luta promove-se pela polarização profissional da individualidade. Tome-se a palavra *cultura* no sentido adoptado no mesmo ensaio: sistema de juízos e ideais condutores, deduzidos da imagem do mundo e induzidos da experiência, o qual constitue o estilo peculiar de cada época.

Da estrutura interna dêsse esquema e da preocupação dinamizadora ou voluntarista de todo êle decorreu uma noção nova — a *imagem-fôrça* — que me parece de alguma utilidade, quando introduzida entre os fundamentos filosóficos da educação. Por isso a explico mais detidamente nestas páginas ligeiras. Para chegar a uma clara exposição dêsse meu conceito da *imagem-fôrça*, terei de fazer um grato excursão pelo mundo da erudição, socorrendo-me de um glorioso exemplo proporcionado pela biografia heróica.

*

(1) — Pág. 107 da edição de Coimbra, 1933, Imprensa da Universidade, e pág. 31 da ed. de Santiago de Compostela, 1933, in-*Boletín de la Universidad de Santiago*.

“Devo salientar que não escrevi *Casa Grande & Senzala* por motivos sentimentais: para fazer-me de apologista do negro. O que procurei estudar não foi o negro ou afro-brasileiro isolado — no que se vem especializando o talento admirável de Artur Ramos. O objectivo daquelas páginas foi o estudo em conjunto dos elementos diversos que se reuniram no Brasil, *violentamente associados por vicissitudes históricas*. E uma vez reunidos, contemporizaram de vários modos, embora hostilizando-se de outros. Mas sobre os antagonismos, predominaram as forças de contemporização e de reciprocidade cultural, desenvolvendo-se, para os vários elementos, um ambiente de liberdade criadora, que talvez não exista tão ampla em nenhum outro país de gente mestiça. Cumpre-nos, porém, — e este foi o sentido social do primeiro Congresso Afro-Brasileiro — tornar cada vez maior essa liberdade. Completa. Não para que prepondere um dos étnicos hoje inferiorizados mas para que todas as forças de cultura entre nós tenham inteira oportunidade de expressão criadora, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura brasileira, original e autónoma.”

GILBERTO FREIRE



Há na colecção de livros, que pertenceram a Cristóvam Colombo e que se guardam na *Biblioteca Colombina*, de Sevilha, um precioso incunábulo, *Imago mundi*, de Pierre d'Ailly, que ostenta sinais de haver sido manuseado e lido assiduamente pelo genial aventureiro. O autor, Pierre d'Ailly ou Petrus de Alliaco, foi uma alta personagem dos fins do século XIV e começos do XV. Atingiu o cardinalato e exerceu a reitoria da Universidade de Paris, interveio com eficácia nos concílios de Pisa e Constança, e em tôdas as lutas religiosas do tempo, solucionando em 1391 uma das fases do Scisma do Ocidente, e foi de certo modo um pensador oficial, místico ortodoxo na meditação e na acção, dêstes que sem originalidade, mas com poder de expressão, preferem pôr-se de acôrdo com as idéas da época e receber-lhes o impulso favonio. Eu filiá-lo-ia nesta linhagem de espíritos, politicamente prudente, que desadora a individualidade e a heterodoxia, por saber que para governar os homens é preciso, como lembrou Anatole, pensar como êles sobre tôdas as grandes questões e deixar-se conduzir pela opinião. As suas obras recapitulam a filosofia aristotélica, já na sua conversão ao cristianismo, após a porfiada dialectica medieva, por S. Tomás de Aquino coroada triunfantemente, e, a dentro da renhida polémica dos “universais”, elas são um passo decidido a favor do nominalismo.

Um dos livros de d'Ailly, de pequeno significado no conjunto do seu pensamento, mas de grande influência histórica, é a *Imago mundi*, uma condensação das idéas e fantasias do tempo sobre cosmografia. De Aristóteles, Eratóstenes e Ptolomeu, de todos os antigos cosmógrafos, e geógrafos, e de todos os forjadores de lendas e superstições da Edade Média provêm as idéas organizadas nessa “imagem do mundo”. A sua redacção têr-se-ia concluído em Cambrai, cabeça da diocese que Pierre d'Ailly governava, a 10 de Agosto de 1416 — um ano depois da tomada de Ceuta pelos portugueses, quási no momento em que o Infante D. Henrique se instalava em Sagres. Impressa por 1487, em Louvain, na oficina de Jean de Westphalie, a obra divulgou-se muito, beneficiando da curiosidade alvoroçada que atraíam os primeiros monumentos da imprensa e beneficiando também da dilecção da mente renascentista por todos os problemas geográficos, quando o reconhecimento da terra era das maiores ansiedades da inteligência humana, que das coisas divinas descia para o próprio homem e para o teatro da sua deambulação.

Tinham os portugueses iniciado essa tarefa. A sua posição geográfica de desterro, nos confins do mundo histórico, impossibilitava-os de qualquer função no continente, pela pobreza de meios ante a massa castelhana, mas transformava o desconhecido deserto azul, que lhes negaciava, num campo de acção nova. O Infante D. Henrique foi a alma receptiva, que serviu êsse achado de uma missão universal para um longínquo e pequeno povo de lavradores. Tímidamente, pobremente, impopularmente,

chamado pessoal técnico da navegação mediterrânea e utilizando tôda a informação ao seu alcãnce, bibliográfica e pessoal, empreendeu a busca de ilhas pelo Atlântico e o périplo da África ocidental. Em mais de quarenta anos, êsse príncipe navegador — que nunca navegou — apenas obteve dos seus homens notícias de terras até ao paralelo 14° N (Ilhas de Cabo Verde). Contudo, para os seus empreendimentos, mesmo impopulares, êle contava com as rendas da Ordem de Cristo, de que era grão-mestre, a qual poderia ver em tais viagens uma forma de cruzada, e podia contar também com o seu decisivo ascendente sôbre dois reis, seu irmão D. Duarte e seu sobrinho D. Afonso V.

Depois da sua morte, em 1460, sucedendo-lhe no mestrado o Infante D. Fernando, homem sedentário e apático, que por Alcochete se deixou viver com modéstia, a empresa dos descobrimentos marítimos sofreu seu colapso, até que o acesso de D. João II ao trono, em 1481, reatou e apressou essa actividade navegadora. É na época desta segunda fase que se sitúa o episódio da influência da obrinha do Cardial Pierre d'Ailly, com que farei o transito do mundo pitoresco da anedota para a esfera pura das idéas.

Depois da sua primeira viagem às Antilhas — cuja existência lhe fôra descoberta por vagas notícias do piloto Alonso Sánchez, moribundo — Colombo veio ao conhecimento da obra de Pierre d'Ailly, que seu irmão Bartolomeu adquirira em França, provàvelmente em 1491, e consigo levava para a América, onde permaneceu até 1500. Aí a leram e releram ambos, e meditaram e comentaram com as 898 notas manuscritas patentes no exemplar guardado em Sevilha.

As idéas de Pierre d'Ailly, recordo-o outra vez, nada tinham de original, mas a sua exposição de velhas idéas e velhos êrros teve o condão poderoso de precisar doutrinariamente os sonhos e os instintos profundos de Colombo em idéa fixa e em plano de acção.

Ao descrever a forma da terra, vendo-a com os olhos de Aristóteles e dos antigos cosmógrafos, Pierre d'Ailly afirmava já a esferócidade dela, mas supunha-a mais desequilibrada na proporção da sua massa: seis sétimos a parte sólida e um sétimo a líquida. Reduzindo tão consideravelmente o elemento líquido, d'Ailly reduzia também, em consequência, o oceano ocidental ou Atlântico e, portanto, a distância que separava a Hispânia e a África da costa oriental ou índica. Em poucos dias, com vento favorável, se poderia fazer a travessia, afirmava. Uma prova da curta distância, por ocidente, da África à Índia, era a existência em ambos os continentes duma comum espécie animal: o elefante. Pelo contrário, a distância à mesma Índia pelo caminho do Oriente era superior a metade do perímetro total da terra — perímetro, que êle computava, com surpreendente exactidão em 10.200 léguas. . . O mar ocidental, que de polo a polo corre, entre a Índia e a Áfri-

SERVIR E CALAR

A única razão de ser do officio das armas como função permanente no Estado moderno é a disciplina. Sem a disciplina a profissão militar seria em nossos tempos uma aberração e uma impostura.

Pascal comparou o soldado a um monge cartuxo, iguais *na obediência e dependência*. Numa época como a nossa, que fez tábua rasa de todos os valores da proporção e da medida e quebrou como imprestáveis as velhas tábuas da hiérarquia, a disciplina transfigura, exalta, reabilita o soldado. Mais que o monge de Pascal, faz dêle um asceta e um santo. O que confere ao soldado uma dignidade singular no Estado moderno não são de modo nenhum os dotes vulgares da bravura pessoal nem a destreza no manejo das armas ou a preeminência na arte militar, mas a abnegação, a renúncia voluntária e desinteressada, o alheamento das lutas estêreis e das competições mesquinhas, a obediência passiva até o sacrificio da personalidade. São em suma as virtudes excelsas da disciplina. E esta maior de tôdas, por ser de tôdas a mais difficil para a criatura humana, que lhe manda tragar em silêncio a injustiça e, ainda nas circunstâncias mais penosas, servir e calar.

Porque, como observou excelentemente Vieira *quem tem muita espada tem pouca lingua*.

E' verdade que logo adiante adverte o ladino jesuita que *isto não é regra geral*.

ALBERTO RAMOS
In-Boletim de Ariel

“Os exércitos têm de ser essencialmente organismos nacionais ao serviço exclusivo da Nação. A sua primordial missão é a defesa do território e da independência nacional; mas as nações entram em decadência e desaparecem mais em consequência da desordem interna do que em virtude de ataques do exterior, e por esta razão cumpre aos exércitos, como consequência daquela missão primordial, manter e consolidar a ordem.

Da não existência dos exércitos ou do seu enfraquecimento, muitos perigos e inconvenientes resultariam, não sendo por certo o menor deles o aparecimento de milícias várias, de tropas de assalto, de capacetes de diversos materiais e de uniformes mais ou menos pitorescos. Essas forças irregulares serão sempre um elemento inútil e prejudicial nas comunidades onde aparecem:— não poderá a nação contar com elas para a defesa externa, porque lhes falta a preparação que nós os militares sabemos quanto custa a conseguir; não serão eficazes na manutenção e consolidação da ordem interna, muito pelo contrário, porque não concorrem nela as características de uma organização militar nacional, ao serviço exclusivo da nação.

Carece, pois, Portugal de um exército forte e bem organizado para as suas realizações presentes. — A defesa dos territórios da metrópole e de além mar, a manutenção da ordem e da paz nesses territórios, a ultimateção da nossa finalidade Histórica.

GENERAL NORTON DE MATOS

ca, estreitava-se singularmente entre a ponta inicial do continente índico e a ponta derradeira do continente africano, isto é, os limites dos dois continentes estariam situados a uma latitude próximamente igüal, mas separados por escassa longitude.

Desde que leu este livro, Colombo fez da doutrina cosmográfica dêle o núcleo do seu próprio pensamento, assimilou numa estreita identificação essa imagem do mundo, que estava de acôrdo com o que os antigos ensinavam e o que circulava e êle piamente cria. Os êrros de Pierre d'Ailly àcêrca da posição relativa da África e da Índia, e àcêrca da estreiteza do oceano Atlântico harmonizavam-se com o seu achado de terras a Oêste e estimulavam grandemente as presunções da sua ambição de ter decifrado, com solução imprevista, o enigma obsessionador do seu tempo, o caminho marítimo da Índia, perseguido dos portugueses por um rumo extensíssimo e laborioso.

Sôbre a sua retina ficou-se com nitidez indelével essa imagem do mundo e dela extraíu uma fôrça activa, que o dirigiu nas suas viagens subseqüentes, no pensamento geográfico de tôda a sua vida e na redacção dos seus escritos panegíricos. E como a obra sugestionadora foi dum autor francês, logo a crítica francesa fez avultar a influência promotora do pensamento francês, — nêste caso dum equívoco francês — sôbre um dos sucessos mais determinantes da civilização moderna. E como Henry Harisse negou a autenticidade da correspondência do cosmógrafo florentino Toscanelli com o rei Afonso V de Portugal, na qual sugeria o rumo de oêste, e como a viagem de João Vaz Côrte Real, em 1474, à América do Norte, é improvável, o caminho ficou aberto a essa reivindicação: nem a ciência italiana poderia ter influído sôbre Colombo, no caso de às suas mãos haver chegado ilicitamente essa correspondência, nem Portugal pensara nêsse rumo ocidental.

O paladino dessa reivindicação francesa foi o Padre Luís Salembier, que três vezes, em 1886, em 1892, e em 1912, a defendeu com calorosa argumentação — tão calorosa que a um historiador português, o Prof. Fortunato de Almeida, pareceu que limitava outra influência exercida sôbre Colombo, inegável e mais positiva, a do saber náutico dos portugueses, com os quais privara e até se ligára por laços de família. Também não faltou, no campo da reconstituição artística, um vulgarizador moderno dessa reivindicação francesa: Marius André na sua biografia romanceada, por certo nada apologística, *La véritable aventure de Christophe Colomb*, que foi o canto de cisne do escritor e também o seu maior êxito.

*

Mas esta pequena excursão histórica não tem, para mim, outro propósito senão chegar à formulação duma idéa, que suponho cômoda para a filosofia da educação: a idéa de *imagem fôrça*. *Imagem*, no sentido que proporciona êste episódio da vida de Colombo: representação,

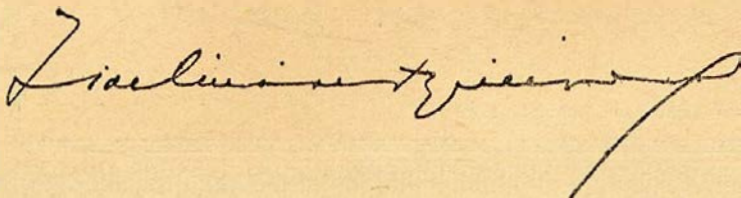
desenho, sistematização mnemónica, esquema, plano e arquitectura do mundo, jamais no sentido restrito da psicologia: repetição mental e enfraquecida duma sensação precedentemente experimentada. — *Fôrça* no sentido que Alfredo Fouillée pôs a correr com as suas *idéas-fôrças*: dinamismo implícito, inevitavelmente contido nas idéas.

Recordarei o princípio fundamental da concepção de Fouillée, louvando-me quasi nas suas próprias palavras.

Não há, na vida psicológica, motivo puramente abstracto e inerte, todo o motivo é um móbil, toda a idéa é uma tendência e, indivisivelmente, uma acção. Não há idéa que não produza um movimento cerebral e que não tenda a exprimir-se nos nossos membros, nos nossos movimentos exteriores e no nosso proceder. Umavez, a representação do objecto é intensa o bastante para imprimir ao nosso corpo um movimento visível; outras vezes, é contrariada no seu desenvolvimento e não produz mais que uma alteração moléculas. Todo o estado mental envolve ao mesmo tempo um discernimento, que é gérmen de idéa, e uma preferência, que é gérmen de acção. Nesta preferência, fundem-se o aspecto afectivo e o aspecto activo; no discernimento envolve-se também a preferência. Assim, concluía, toda a idéa é virtualidade de movimento, começo de acção.

Esta noção de idéa-fôrça, segundo Fouillée, é afinal a organização em sistema, duma verdade primária: a impossível pureza de qualquer elemento psicológico, sensação, idéa, volição, isto é, a presença em cada um deles de aspectos dos outros dois. Mas recordá-la dá-me o ensejo para uma útil conversão da proposição fundamental de Fouillée: se toda a idéa é começo de acção, toda a acção é idéa realizada. Efectivamente, todos os actos, ainda os mecânicamente instinctivos, vão filiar-se (ou se filiaram antes da sua mecanização) num conjunto de idéas e valores guiadores, que formam em última análise uma maneira de ver e compreender o mundo, e de julgar o papel do homem no meio dele. Os próprios erros, as superstições, os prejuízos e muitos dos crimes reflectidos, analisando-se o processo cerebral dos seus militantes e perpetradores, remontam a um sistema descritivo, explicativo e interpretativo do mundo e da vida, de alcance muito limitado e assente sobre uma visão deformadora, de certo, mas patente o bastante para provar a existência da idéa por detrás do acto.

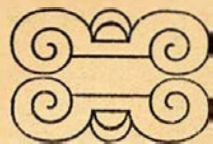
(Continúa)



São grandes e vertiginosos os progressos de Angola! Para dêles termos uma noção segura bastará considerar os seguintes factos, eloquentemente elucidativos: todo o desenvolvimento do Sul de Angola teve como base a exploração dos portos meridionais, executada por Pedro Alexandrino, em 1839; a ocupação da Província, hoje inteiramente realizada, abrangia em 1845, em manchas desligadas e alcançando apenas a metade ocidental, um terço da sua área actual; a colonização dos planaltos de Benguela e Huíla, onde se contam hoje por milhares as crianças brancas, foi iniciada somente na segunda metade do século findo.

Um outro facto nos poderá dar idéa desse acelerado progresso. Em 1846, Lopes de Lima, analisando o orçamento de Angola, dizia: "Aonde eu, porém reclamo um grande aumento de despesa é no último artigo, que apenas confere ao ensino público uma verba de *seiscentos e quarenta mil réis*." Com essa ridícula verba se mantinham então os serviços do ensino da Província, que hoje ocupam, só na instrução primária, 120 professores de ensino geral, 48 de ensino profissional e 20 de ensino rural indígena.

GASTÃO DE SOUSA DIAS



ÁRVORE DE COSTADO

Ao Capitão Teófilo Duarte,
alma heróica

Oiço-a, a voz dos meus Mortos, ciciando
No silêncio da noite, alta e estrelada...
Vem de todo o passado... Ansioso e brando,
Meu ser escuta a intinda voz alada.

— Sempre a cabeça erguida, filho, quando
Ta quiserem curvar doblez, e irada
Voz de protérvia, ou desonroso mando.
Vida sem honra, mais que vil, é nada.

Com nossa imperfeição, nossos deslizes,
Nós, — folha morta da árvore frondosa, —
Alumbramos a noite das raízes.

Dalpitamos a todo o vento, e erguida
A fronde vimos vicejar, formosa.
Vive, da seiva ascendente da vida! —

Dez. 10 — 1934

ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO

(Especial para a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO)



COMANDANTE JOÃO BELO

SOC. LUSO-AFRICANA

DO RIO DE JANEIRO

AFRICA ORIENTAL



Mozambique



AFRICA OCIDENTAL



Angola



Guine

Bolama

S. Tomé

S. Tomé e Príncipe

Cabo Verde

S. Antão



OCEANIA

Timor

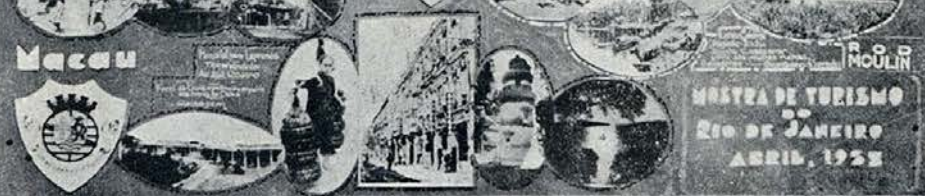
Dili

ASEA

India

NOVA GOA

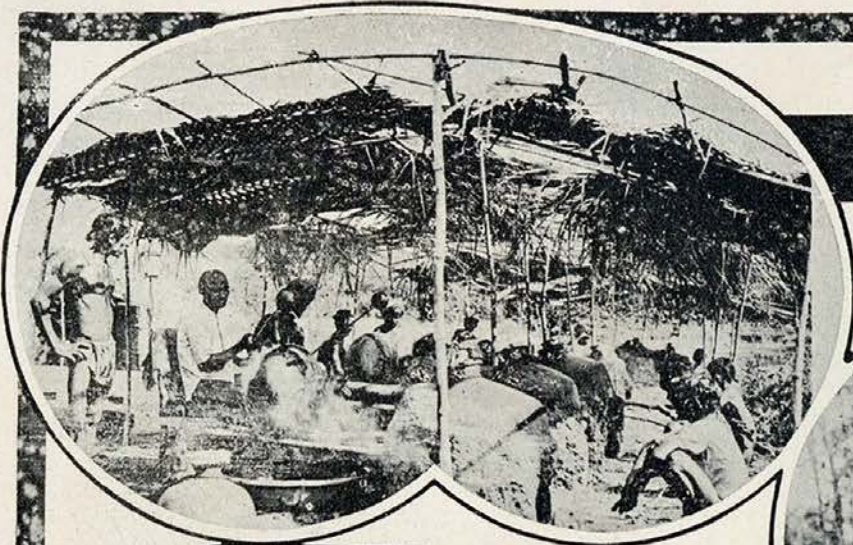
Macao



MOSTRA DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO ABRIL, 1958

O quadro exposto entre outros elementos de propaganda pela SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, durante a MOSTRA DE TURISMO realizada por iniciativa do Departamento de Turismo da Prefeitura do Distrito

Federal, e que pelo seu tamanho e variedade de aspectos fotográficos do Ultramar Português, constituiu o principal motivo de atracção da nossa representação naquêlê brilhante e concorrido certamen.



1



2



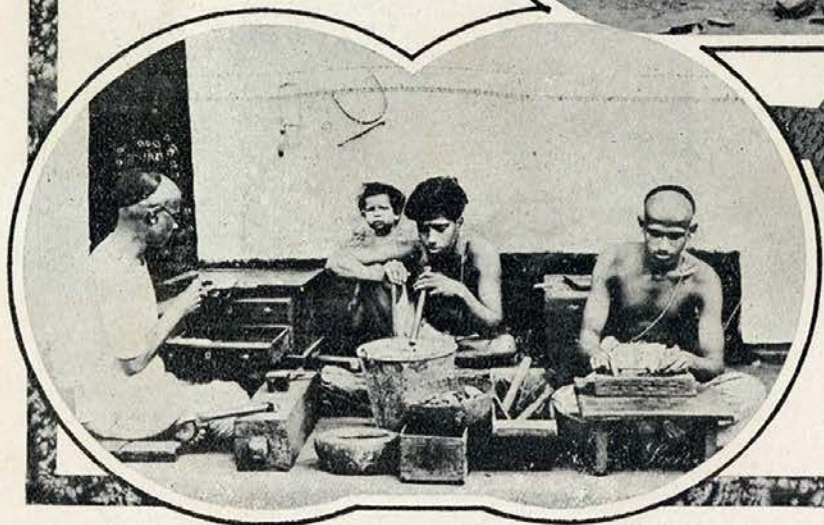
3



4



5



INDIA PORTUGUESA
COSTUMES REGIONAIS

- 1 — DISTILAÇÃO DE ESPÍRITO DE CÔCO.
- 2 — RECOLHA DE CÔCO.
- 3 — MOÍNHOS CASEIROS DE FARINHA.
- 4 — DESCASQUE DE CÔCO.
- 5 — OFICINA DE OURIVES.

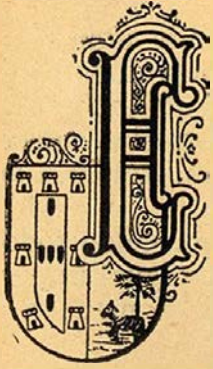
PRÓ-COLÓNIAS

PELO DR. FERREIRA DENÍS

ANTIGO DEPUTADO

ANTIGO SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS EM ANGOLA

(ESPECIAL)



STREITAR as relações entre a Metrópole e as suas colónias e estabelecer uma perfeita comunhão de idéas, procurando realizar, neste sentido, uma obra duradoura, eis, em nossa opinião, um dos principais objectivos da política colonial.

Não enfileiramos no número dos que apregoam, nada se ter realizado com aquêlê objectivo. Seria negar o que se tem conseguido efectivar e pôr em dúvida os esforços e tentativas que falharam, ou melhor, que as circunstâncias não deixaram vingar.

A imprensa, representada pelo jornal diário, a revista e a ilustração, tem dado um largo e proveitoso impulso à propaganda e vulgarização dos conhecimentos coloniais, contribuindo, assim, para aproximar da Mãe-Pátria os seus domínios de além-mar. A imprensa tem prestado um relevante serviço, podendo considerar-se sem receio de errar, o factor de maior valia no movimento pró-colónias de há vinte anos a esta parte.

Ségue-se-lhe a fotografia e o cinêma, que à obra da popularização colonial, têm prestado um valioso concurso; a conferência que tem tido um brilhante papel, quer na propaganda e vulgarização, quer sob o aspecto doutrinário e científico; e as exposições e feiras que, sob o ponto de vista económico, muito têm entribuído para o desenvolvimento das relações entre a metrópole e as colónias.

Além dêstes elementos é de justiça não esquecer a preciosa colaboração de grande número de trabalhos publicados sôbre as colónias, representado por memórias, relatórios, monografias, anuários e românces.

Fracassaram, é certo, alguns organismos de propaganda destinados a rebuster os laços que ligam a Metrópole às colónias. Não é motivo para desanimar; se se persistir, em novas tentativas, algum logrará resistir, sobretudo, se não fôr desajudado pelo apoio moral e material das colónias.

Não se conseguiu, ainda, o Instituto Colonial em as amplas atribuições que lhe ambicionamos, no projecto de lei que, em 1921, apresentei na Câmara dos Deputados e esta aprovou e sôbre o qual o Senado não chegou a pronunciar-se, mas vingou a Agência Geral das Colónias que, embora tenha uma esfêra de acção muito mais restricta, sem a intervenção de representantes das associações económicas da metrópole e das colónias, como se previa em projecto do Instituto, tem produzido uma obra notável que merece ser posta em destaque, sobretudo no que respeita à realizada pelo seu Boletim.

Assim, lembrando o que se realizou e os esforços tentados no sentido de mais ter realizado, não podemos deixar de verificar que, de 1910 para cá, bastante se caminhou em matéria de apròximação entre a Mãe-Pátria e as suas colónias.

Reconhecemos que se despertou um movimento de interêsse pelas colónias, mas não deixamos de confessar que, apesar de tudo, não se conseguiu ainda criar em Portugal uma mentalidade colonial.

E' indispensável não desistir dêste propósito. Para o atingir impõe-se a organização do ensino colonial, instituindo-o em todos os estabelecimentos de instrução, graduado consoante a natureza dos respectivos cursos.

Não é demais repetir que o ensino colonial deve iniciar-se na escola primária ministrando aos alunos noções elementares, por leituras adequadas. Da influência que o professor primário possa exercer sobre a moral do aluno, sob o desenvolvimento da sua vontade e da sua energia, depende, sobretudo, a criação de uma mentalidade colonial.

Iniciado na escola primária, o ensino colonial acompanhará a instrução geral e deverá ser em tôdas as faculdades, institutos técnicos, industriais e comerciais, de agricultura e medicina veterinária, escolas militares, escolas práticas de agricultura e escolas profissionais, representado por cadeiras com cursos organizados, conforme a índole dos respectivos estabelecimentos de ensino.

Esta organização do ensino colonial, como que estabelecendo uma rede de apertadas malhas, abrangendo todos os cursos, e, portanto, os indivíduos habilitados com êles, tem de se completar com o ensino colonial elementar do emigrante que se destina às colónias, que não tenha passado por qualquer daquêles cursos, e com a preparação muito especial do funcionário dos quadros administrativos do ultramar, actualmente a cargo de Escola Superior Colonial.

Se assim se proceder, preparando a mentalidade colonial e apetrechando todos os portugueses para poderem exercer a sua actividade nas colónias, de igual importância se me afigura a necessidade de preparar nas colónias o meio, de maneira a facilitar e garantir aquêlê exercício.

Reputo indispensável e inadiável intensificar-se o povoamento por portugueses, das regiões colonizáveis para europeus nas nossas colónias e, sobretudo, nos planaltos de Angola.

Fixar nas regiões colonizáveis e, sobretudo, nos planaltos de Angola, uma laboriosa e empreendedora população portuguesa que, em futuro, venha a desempenhar uma acção preponderante no continente africano, visa um objectivo político, na acepção mais elevada da palavra, e, *ipso facto*, corresponde ao melhor processo, não só de estreitar as relações entre a metrópole e as colónias, mas igualmente de as tornar perduráveis no futuro.

Conseguimos fixar ao sul de Angola núcleos de população portuguesa, em Mossamedes, Pôrto Alexandre e no planalto de Huíla, e, não obstante o seu estabelecimento ter sido feito sem condições de espécie alguma, sem os requisitos que a ciência aconselha para o bom êxito de um eficaz povoamento europeu em África, o facto é que os portugueses, com uma persistência e uma fé, dignas de registo, fizeram a ocupação e o povoamento de tôda a costa sul de Angola, do Lubango, da Humata e da Chibá.

Posteriormente o povoamento europeu tem-se estendido às regiões planálticas de Benguela, Quibala e Malanje, onde encontramos alguns milhares de portugueses, exercendo a sua actividade em condições, pelo menos, semelhantes àquelas em que o faziam na Metrópole.

Possuímos actualmente, além da experiência feita, os estudos determinando com precisão as zonas mais apropriadas para a colonização europeia e os instrumentos de trânsito de via acelerada ligando-as com os portos de mar mais importantes.

¿ O que falta então, para uma acção intensiva de povoamento europeu ?

Os trabalhos preparatórios para a instalação dos colonos portugueses, ou melhor as disponibilidades para fazer face às despesas com essa instalação.

As responsabilidades que impõem sobre Portugal, como nação com domínios em África, e a necessidade urgente de intensivamente proceder ao povoamento dos planaltos de Angola por europeus portugueses, impõem e explicam todos os sacrifícios que se façam nêsse sentido.

O povoamento é hoje inadiável, como ontem o foi a ocupação.

Como complemento do que se tem realizado em matéria de estreitamento de relações entre a Metrópole e as colónias, e do que reputamos indispensável para as

fortalecer, afigura-se-nos necessária uma colaboração íntima e cordial entre as colónias e a Metrópole.

Nesta ordem de idéas seria interessante provocar uma grande reunião plenária, onde metrópole e colónias se encontrassem representadas, em uma palavra, provocar um congresso das colónias portuguesas.

Já em 1921 defendemos êste ponto de vista na Câmara dos Deputados, tendo conseguido que êsse projecto nosso, autorizando o govêrno a realizar um congresso das colónias portuguesas, fôsse transformado em lei. Como então, ainda hoje pensamos que haveria tôda a conveniência em fazer reunir o congresso das colónias portuguesas.

O congresso, sendo constituído por representantes escolhidos pelas colónias, em que predominaria a representação dos interêsses locais, representaria, pelos seus votos, uma orientação de que se ajuizariam os alvitres e as reclamações das colónias, para serem atendidos na medida do possível e no que fôsse justo. Além do que grandes vantagens adviriam dos seus resultados no estudo dos assuntos coloniais que interessem conjuntamente à Metrópole e às colónias, ou às colónias entre si, e cuja realização depende de prévios acôrdos e entendimentos, em que se harmonizem os interêsses — por vezes opostos — da Metrópole e das colónias.

Não é demais insistir nos meios de favorecer a popularização das questões colónias, discutí-las, torná-las acessíveis; além de estreitar as relações entre a Metrópole e as colónias, contribui para que se radique na opinião pública a necessidade de estar atenta a qualquer tentativa de investida contra a integridade do nosso domínio colonial, pronta a reagir e a apoiar os movimentos pró-colónias.

Reduzidas como se encontram as nossas colónias, constituem ainda, um vasto império colonial suficiente para a expansão de tôdas as energias nacionais e bastante para sôbre êle convergirem as atenções dos que não perderam a esperança dêle se apoderar a propósito de qualquer incidente.

E' preciso não esquecer o acôrdo secreto de 1898, sôbre a partilha eventual das colónias portuguesas, concertada entre a Inglaterra e a Alemanha, e aquêle, correcto e aumentado, em que as mesmas nações acordaram em 1913, e que a Grande Guerra veio prejudicar.

Precisamos não confiar em demasiado nos direitos que nos advieram da participação na Grande Guerra, tal qual fizemos, depois da Conferência de Berlim.

Precisamos continuar a obra grandiosa que a Rêpública tem já realizado nos seus domínios do ultramar.

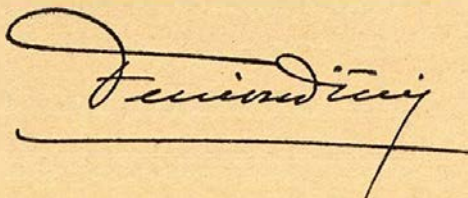
O enorme esforço que Portugal tem dispendido nas colónias, valorizando as suas riquezas naturais e promovendo a civilização das suas populações nativas, é qualquer coisa de grande, para que não possa ser tomado em consideração ao estudar-se a colonização da África.

Póde discordar-se da orientação que, por vezes, se tem dado à colonização; póde discutir-se os métodos empregados; póde reconhecer-se, mesmo, que o colossal esforço de Portugal não tenha produzido os resultados que dêle se esperava. Mas, o discordar dos processos e discutí-los, não é negar a nossa capacidade colonizadora.

O esforço de Portugal está patente na organização que realizamos; não nos envergonha e muito menos demonstra que somos incapazes de colonizar e civilizar.

Demonstraremos, sim, a nossa incapacidade colonizadora, se não soubérmos prosseguir, se não soubérmos acompanhar a transformação por que está passando a ciência colonial.

Estamos certos que a Rêpública saberá prosseguir na missão civilizadora que lhe incumbe.



PORTUGAL e Brasil, jamais podem ser pronunciados, sem funda emoção por portugueses cheios de Fé e exaltados pelo culto da tradição. É que, indiscutivelmente, a brilhante História de Portugal é o tronco da História da Grande Nação Luso-Americana. Não se pode, de facto, fazer a História do Brasil sem a ligar à História da Grande Nação Portuguesa.

Não posso esquecer o grande entusiasmo, o encantamento e demais manifestações de muito apreço com que, freqüentes vezes, em Angola, me falava do Brasil o então Capitão de Fragata, Rocha e Cunha que, comandando o aviso "Carvalho Araujo", ali foi representar a Marinha de Guerra Portuguesa na comemoração do IV Centenário da fundação da Capitania de S. Vicente, por Martin Afonso de Sousa.

Quantas impressões, eu e Rocha e Cunha, trocamos, sobre o Brasil, e com que satisfação, da baía de Luanda, eu enxergava o Atlântico, procurando vêr o Brasil, que sentia fronteiro, nunca esquecendo que, se a Nação irmã deve, em parte, a sua prosperidade económica aos braços dos serviços Angolanos, não é menos certo, que foi do Brasil,

que Salvador Correia de Sá e Benevides veio com a sua frota, restaurar Angola, que não mais voltou, nem voltará, a sair das mãos dos Portugueses.

Pêna é que, para muitos portugueses, o moderno Brasil não seja conhecido e entre êles me conto eu, que há mui-

tinto sinto profunda atracção por uma visita às terras de Santa Cruz.

Tem-se focado, ultimamente e com justa razão, a necessidade de maior aproximação entre portugueses e brasileiros e ainda bem que uma aproximação cultural se está fazendo já, através dos expoentes intelectuais dos dois países irmãos.

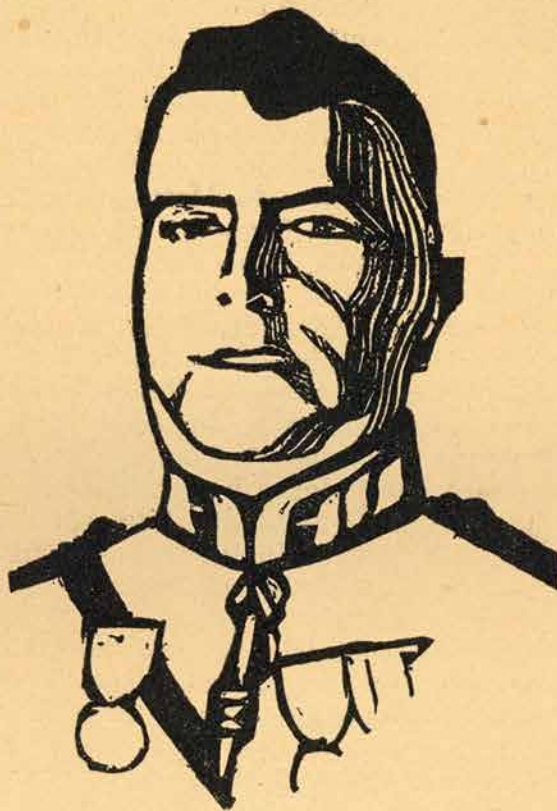
É preciso prosseguir nesta bem orientada aproximação, pois do lado de lá do Atlântico, não faltam altas individualidades nas letras, nas artes e nas ciências,

para permutar com as nossas.

É preciso, portanto, que o intercâmbio Luso-Brasileiro seja um facto cada vez mais marcante e de efeito decisivo para um maior estreitamento da amizade de portugueses de Aquíém e de Além Atlântico.

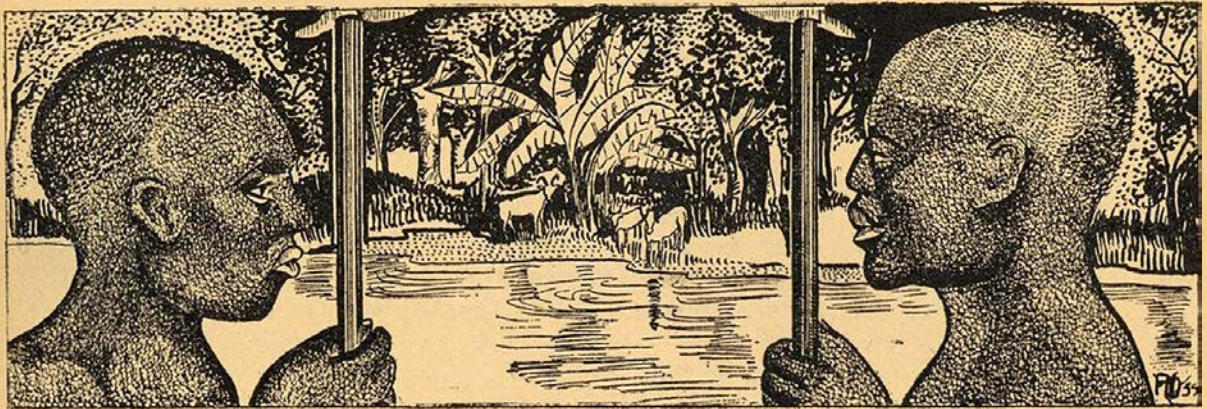
À SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO envio as minhas melhores e muito sinceras felicitações, pelo que, de grande, neste sentido tem já feito.

Lisboa, 9 de Abril de 1935.



CORONEL EDUARDO FERREIRA VIANA
ANTIGO GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA

Exortação difundida pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro através da Rádio Cajuty



USOS E COSTUMES DOS ACHIKUNDAS (DISTRITO DE TETE)

Macangano

(ESPECIAL)

POR D. MARIA AMÉLIA RODRIGUES

ESCRITORA



seca prolongava-se dolorosamente.

Pelas planícies, pelas encostas, as macieiras erguiam ao céu impiedoso, gesticulando súplica, os braços nus, acinzentados.

Os restos de capim, que os bois, as cabras e as ovelhas procuravam ávidas, eram uma coisa mirrada, sem vida, que apenas colhiam, mordidas pela fome.

Os pretos emmagrecidos, traziam nas pupilas mortijas uma interrogação trágica: — O que será de nós?

A derruba estava feita. As queimadas também. Todos esperavam a gota de água promissora para lançarem à terra a primeira semente, que seria conforto, que seria abundância, se *Molungo* ⁽¹⁾ quisesse...

A temperatura era branda, como a de uma primavera no sul da Europa. No céu exuberantemente azul, lavadinho de nuvens, o Sol caminhava glorioso, indiferente à interrogação muda das pupilas mortijas.

O Zambeze mostrava em grandes extensões o leito de areias côr de ouro. Havia pontos em que se passava a pé de uma margem à outra.

As feras acossadas assaltavam os currais e... não poupavam a gente mesmo de dia...

Entre os brancos aumentava a piedade: — Éstes pobres pretos...

* * *

O carro seguia a 25.

Na vila a nota dolorosa era dada pelo cinzento do chão e das árvores: pedras e troncos nus.

Mas os *mainatos* ⁽²⁾, os moleques, os cozinheiros, os *muana cook* ⁽³⁾ andavam bem tratados.

Para a gente do mato Tete era o Paraíso, mas não podiam ir todos para Tete. E os seus velhos hábitos? E a sua liberdade? Sabiam eles servir? Havia trabalho para tantos?

A 7.^a Companhia ficára para trás. Nem no Vale das Donas havia uma folhinha tenra.

O Vale das Donas foi, outróra, leito do Zambeze. O rio, na época das chuvas cingia

(1) — Deus

(2) — lavadeiros

(3) — ajudante de cozinha

a vila num abraço líquido. Ao retirar-se deixava fecundos talhões a rodeá-la. E as Donas que de tudo eram donas, mandavam os escravos cultivar nêles as suas *machambas* ⁽¹⁾ viridentes.

As Donas desapareceram agora, perdido o privilégio que D. Maria II de Portugal concedera às pretas para que possuísem muitos escravos e muito ouro, mas os pretos descendentes delas, uns e outros sem pergaminhos embora, continuam a cultivá-lo com êxito.

Nem no Vale das Donas havia uma fofinha tenra.

O carro seguiu pela estrada do Micombo.

A desolação de sempre. Rocha e troncos nus. Animais esfaimados, negros, emmagrecidos. A mancha miserável de grupos de cubatas.

Quando viria a chuva rebentar em cada tronco, milhões de renovos, em cada grão de terra uma hervinha?

Quando viria a chuva dar vida às pupílas mortíferas, encher de risos bocas silenciosas, anediar os flancos do gado?

Quando viria a chuva substituir por um verde que é vida, que é pujança, o cinzentorenúncia dos panorâmas?

Quando viria a chuva?

O *capitão* ⁽²⁾ de Inhancumba, estava desesperado.

— *Senhora! Tempo tem mau! Gente preto vai morrer todo!*

— Não vai, homem! De resto tu tens que comer e a tua mulher e os teus filhos.

— *Sim eu ter. Senhora dar. Mas outro gente?*

— *Meu pai, meu mãe, meu Jamiria Senhora!* — lamuriou a mulher numa postura humílima.

Era uma linda cabeça. Reminiscência assíria de quando isto foi o Eldorado. Olhos húmidos, abertos em amêndoa, narinas delicadas e frementes, boca breve e carnuda. Os ombros tinham desenho, mas os seios estavam miseravelmente distendidos e rugosos, consequência de maternidades frequentes.

— Que queres? Senhora não pode dar comida a todos.

Ela teve um gesto resignado e concordou na sua voz cantante: — Sim...

O carro ia a 25.

Os acidentes do terreno eram cada vez mais marcados. Rochas escuras de configuração

estranha, ofereciam à imaginação, copioso entretem.

Aquelas cavernas hiantes que mesmo da estrada se viam com mal disfarçado pavor, eram, com certeza, a morada senhorial...

E se os senhores viessem receber-nos?...

Branqueja, ao longe, a casa do Chefe do Pôsto, caíadinha de fresco, com seu tecto de côlmo renovado. Mais umas milhas andadas surge, à esquerda, um grupo extenso de palhotas.

Estamos no Micombo.

A povoação parece deserta.

Pelos carreiros mal limpos, depenicam galinhas cafreais, pequenitas, insignificantes.

Cães esquálidos protestam, vagamente, contra o nosso aparecimento e eu não posso evitar uma exclamação de espanto, ao ver junto ao cercado de uma palhota enorme, um camião miserável.

De quem será aquilo?

De um preto? De um mulato? De um branco?

As palhotas parece que nascem do chão, parecem plantas enormes, talvez da família dos cogumelos...

O olhar investiga. Um pouco mais em frente — que lindo! — Que mangueiras imensas, altas como torres, de folhagem rumorejante e unida!

E' ali a fonte. Vamos para ela.

Antes de lá chegarmos temos de saltar um veio de água cristalina em que se dessecantam, mais ao longe, grandes bois nostálgicos.

A quem pertenceria aquela manada de raça?

Ao dono do camião?

Mas seria de um preto o cuidado de melhorar o miserável *zebú* cafreal pela introdução nas manadas de bois europeus?

No sopé das rochas onde nascera a fonte, havia uma fresca *machamba* cercada de caniços. Que regalo para os olhos o verde das hortaliças, a terra húmida...

Sôbre a palissada debruçava-se uma flor de bananeira, de um lilás carregado, meio fechada ainda e outra um pouco mais atrás, entre as folhas macias, tôda aberta, a desfazer-se em abundância...

Tem sua beleza a flor da bananeira.

Aquela *machamba* pertencia, por certo, ao dono do camião miserável e dos bois seleccionados.

(1) — hortas

(2) — caseiro

Subimos a encosta íngreme; andamos sobre rochas e raízes.

A fonte jorrava pobremente. Um fragmento de lata de gasolina, por certo, a que o tempo emprestara a côr da rocha, fazia de bica.

Na fonte não estava ninguém.

Mas onde estaria aquela gente?

Sentámo-nos a ver correr a água, a ouvir o marulhar das folhas. Finalmente lá vimos umas crianças. Pareciam esperar alguém.

Chamámo-las. Vieram receosas. Uma delas, mais espertita, acabou por dizer-nos que a povoação estava assim deserta, porque os homens tinham ido levar *pombe*, ⁽¹⁾ tabaco e milho ao *pondoro* ⁽²⁾.

Como não chovia há muito, dançar-se-ia, naquela manhã, o *macangano*.

O *macangano*... preces *ad petendam pluviam*...

Dirigiram-se à povoação, falaram com as mulheres e depois, só os homens, formaram uma roda, cujo fecho eram os cinco tangedores do batuque.

No meio ficou um preto esgrouviado, que cantou numa voz de baixo profundo:

Mambo! Dini muana na Molungo!

Mambo!

E os que formavam a roda replicavam, em côro:

Iandande macole!...

Enquanto o esgrouviado dava pulos, urrando estridentemente.

Depois sossegava e com um brilho estranho no olhar, tornava:

(1) — bebida fermentada

(2) — leão

Mambo! Dini muana na Molungo!

Mambo!

E, os outros respondiam, olhando o céu implecavelmente azul, enquanto o *mambo* de novo possesso, saltava e urrava:

Iandanda macole! Iandanda macole!

O *mambo*...

O *mambo* é um espertalhão que se diz possuído de um espírito.

Este era o *Mambo Pondoro* — possuído pelo espírito do leão, um dos grandes fetiches cafreais.

E o que dizia êle no seu solo impressionante?

Mambo!

Eu sou filho de Deus!

Mambo!

E os outros no seu *Iandande macole*, forçavam a chuva, pois afirmavam que *vêm vindo as nuvens*... apesar de o Sol caminhar glorioso e sem que nada lhe empanasse o brilho..

Se o filho de Deus se prestára a deixar-se tomar pelas crises sagradas, porque não viria a água redentora?

Estiveram muito tempo assim, naquela monotonia.

Depois beberam o inevitável *pombe* e esperaram, cheios de fé, que a chuva viesse emprestar ao quadro cinzento, a deslumbrante apoteóse verde que daria vida às pupílas mortíferas, que encheria de risos bocas silenciosas, que anediaria os flancos do gado faminto.

Maria Amélia Rodrigues



A INAUGURAÇÃO

A CONVITE DA HISTÓRIA UNIVERSAL
QUE HAVIA MARCADO A FESTA PARA 21 DE ABRIL,
O ALMIRANTE PEDRO ÁLVARES CABRAL
VEIO COM UMA FROTA DE LUZIDAS CARAVELAS
NUM SÉQUITO NAVAL DE MASTROS E DE VELAS,
DE ESTANDARTES E DE CRUZES,
DE SOTAINAS, ALABARDAS, COURAÇAS E ARCABUZES
INAUGURAR A FUTURA RÊPÚBLICA
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

A TERRA SE ENFEITÁRA DAS MAIS RARAS MARAVILHAS:
PÁSSAROS, PARASITAS, CACIQUES E SERPENTES,
URROS E PIOS, GRITOS E CÂNTICOS DOIENTES
E O MAR DE AZULEJO
PALPITAVA DE PIROGAS E DE QUILHAS.

PELAS PICADAS DA FLORESTA
FORAM CHEGANDO AS DELEGAÇÕES DA TERRA:
GENERAIS CARIJÓS COM TANGAS E MISSANGAS,
CORONEIS BOTOCÚDOS COM ESCUDOS,
TOCANTINS COM INUBIAS, BORORÓS COM TACAPES,
COMISSÕES DE CHAVANTES, GUAICURÚS E GUARARAPES.

DAS CURVAS BRUSCAS DOS RIOS
EM IGUARAPÉS, TANGENDO BORÉS, SURGIRAM PAGÉS
BÊBEDOS DE SANGUE TAPUIA,
TRAZENDO AO ALMIRANTE PORTUGUÊS
ALVIÇARAS DAS TABAS TABAJARAS...

E PEDRO ÁLVARES CABRAL
PARA INAUGURAR A PÁTRIA DE WASHINGTON LUIS
FINCOU NA TERRA UMA CRUZ.

E, DE NOITE, O ESTELÁRIO QUEIMOU FOGOS DE ARTIFÍCIO
NO CÉU DO EQUADOR.
E OS MARINHEIROS TROUXERAM DE BORDO AS GUITARRAS
PARA QUE DÊSSEM À LUZ
A PRIMEIRA SAÚDE BRASILEIRA...

MENOTTI DEL PICCHIA

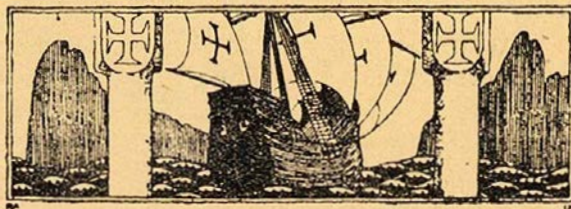
AREIAS DE PORTUGAL

Filosofia de Marfim

PELO DR. HIPÓLITO RAPOSO

PROFESSOR DA ESCOLA DE ARTE DE REPRESENTAR
ESCRITOR E COLONIALISTA

(ESPECIAL)



A questão da partilha do Zaire, se queres descer à realidade, fuma um destes charutos. Aqui tens o comentário.

E logo lhe passou às mãos, com ironia no sorriso, a caixa do tabaco.

Luís Bento fitou os olhos no lavor amarelado do cilindro de marfim, despôjo de um dente de elefante, grosso como trave, enquanto ia pegando fogo ao charuto:

— Confesso que não entendo nada. Podes tu explicar-me o sentido desta torêutica de pretos?

— Muito fãcilmente. Estamos em presença de um relatório colonial, em baixo relevo de marfim.

— Mas hermético, inacessivelmente simbólico, cá para a minha capacidade.

— Já vais ver. Esta caixa valia bem a pena oferecê-la, em nome de Portugal, a qualquer sociedade de *humanitários* de ofício, para codicêlo vingador da conferência de Berlin.

Espêlho para se verem a França, a Grã-Bretanha, a Holanda e a Alemanha, que há quarenta anos se juntaram para a pesca milagrosa, nas águas turvas do nosso rio Zaire.

— Cada vez percebo menos...

— Ora ouve e repara bem. Esta casa de perfil europeu, em cuja empêna trapeja a bandeira tricolor dos Belgas, vem a representar a residência da autoridade militar, a sede de um pòsto administrativo e fiscal.

Arquitectura singela de linhas, mas a que se atribui entrada nobre e portas de serviço, bom andar com janelas rasgadas, ao abrigo de um telhado agudo em duas águas.

— Bem. Isso parece-me claro — concedeu Luís Bento, com a atenção mais inclinada para a charuteira.

O outro prosseguia:

— De lugar invisível, de muito longe com certeza, estende-se em pleno céu, por cima da bandeira, meio braço firme e agalado. Emérge do marfim, como de um mistério opaco. Mas neste ante-braço com mão imperatòria, lerás agora claramente o hieroglifo da grande autoridade, o gesto de Bulo Matari, o Rei dos Belgas, titular do poder que no Congo manda, sem de ninguém ser visto...

— Sim, vai dizendo. E depois?

— Escuso de te fazer notar que esta figura maciça, apumada, com boné em calote e pèra de capitão-mór, é um oficial belga, senhor do mando, mais retrato do que caricatura, fardado a rigor, em exercêcio das suas enérgicas funções.

Com a mão esquerda fortemente abordoada e a direita a reforçar a intimativa, o duro agente de Bulo Matari, vai increpando êste negro que o ouve, de má cara e contrafeito, enquanto permanece amarrado por uma corda ao mastro da soberania, em cujo tópo se alteia, como vês, a mesma bandeira tricolor.

Êste vassalo não pagára voluntariamente o impòsto.

Fôra preso na sua cubata, mas escapára-se lestageiramente aos soldados e andára fugido no mato, por mais de seis luas.

O soba Matumbe, por dever de aliado coercivo, renegára-o do número dos filhos, fôra já devastado o seu arimo de mandioca, e pela cobiça faminta dos vizinhos, viam-se dispersas as cabeças do seu gado miúdo.

Mas numa tarde em que, retido na espera das palancas, enchia o seu cabaço de água na cacimba de um imbondeiro, deram-lhe voz de preso os cipaiois que o perseguiam, e por três dias de jornada e maus tratos, o trouxeram debaixo de escolta ao pòsto militar, para ali responder na presença de quem manda.

Como estás vendo, aqui se exhibe, em carne e ôsso, apenas com o paco a cobrir-lhe as vergonhas.

— Mas porque não quís êle pagar o impôsto?

— Vais sabê-lo. E' isso mesmo que lhe está preguntando, com indignação, o chefe militar belga.

O preto responde-lhe corajosamente que na sua terra o impôsto não era devido a Bulu-Matari, mas ao antigo e grande Muene Puto que mandára os primeiros de todos os navios com panos e com os padres, os protectores *gangas*, que os ensinaram a falar na língua de Branco.

— Extraordinário, tudo isso! Um preto português, então?

— Sim, um africano que se considerava filho da civilização portuguesa, difundida intensamente pela bacia do Zairê, desde os tempos dos reis D. João II e D. Manuel.

— Mas vamos ao resto da história. Interessa-me o episódio.

— Como rebelde e mau pagador, foi açoitado fortemente, e preso o deixaram ao poste da infâmia, para exemplo de vassallos duvidosos e contribuintes tardinhos. A notícia da sua desgraça foi transmitida, de monte para monte sôbre florestas e rios.

Em duas voltas de sol pôsto, o alarme sacudia os corações na cubata do pai.

O vêlho chamou os filhos e falou-lhes com autoridade e pondunor: o irmão era cativo de Bulu Matari, tinham de o resgatar com os próprios haveres ou com o sangue da vida.

Deu moedas ao mais moço para comprar um fardo de algodão da melhor flor, e entregou ao primogénito um dente de marfim que guardára para talisman, por lembrança de uma batida, bem comandada havia meio século, à voz de um cafuso português.

Aqui vêm êles agora chegando, um após outro, com os tributos à cabeça, apoiando em bordões a canseira dos longos passos, para entregar em valores de dez por um, o preço da liberdade do irmão.

Percebe-se nêles a fadiga submissa, mas há confiança na virtude libertadora dos fardos. O bastão do mais novo chega quasi a tocar nas mãos do cativo, fortemente enlaçadas no poste.

— Caricatura ou drama, espanta-me num preto tal poder de sarcasmo.

— Tens razão: é a vingança do escravo em quem não se doma a consciência.

Esta caixa trouxe-me de presente um amigo comerciante. Obtêve-a em Kinxassa, de um indígena que lhe falou na nossa língua, junto da balaústrada do Grémio Português.

Atraído pela simpatia do Branco em quem adivinhava, de algum modo, o protector e o irmão de sentimentos, êsse negro septuagenário que meio século antes fôra levado do pôrto de Santo António por carregador, na coberta de um navio mercante, correu a oferecer-lhe êste marfim, lavrado por sua mão paciente e reparadora.

O pai tinha morrido há muito; morto era o irmão que fôra cativo de Bulu-Matari.

Mas êle sentia-se orgulhoso de poder comunicar a quem de direito, aquêlê protesto verdadeiro contra a ocupação belga. Grito surdo, mas enérgico, que êste escultor rebelde quis transmitir ao coração do meu amigo no melhor português de que dispunha na lembrança.

Êste acaso de convivência lusitana, ainda agora mantida à volta de serviços a casas de comércio, e a feição acolhedora dêste encontro avivaram na alma daquêlê negro a revolta contra os novos senhores.

O comerciante preguntou-lhe o nome.

Prontamente, enfaticamente, êle declinou: António Barroso Simplício Cabanga de Menezes e... — Basta! Basta, atalhou o interlocutor, esmagado por tão eloquente prova de filiação portuguesa. Então lhe fez saber que fôra baptizado na missão de S. Salvador. Por demonstração irrecusável, erguia olhos e mãos para o céu, a desfiar em atropêlos a Salvé-Rafinha.

Sem saber como, aquêlê meu amigo, que não é sentimentalista, como tu, sentiu-se de-repente irmão dêste negro congolês.

Da sua jornada pelos negócios e pelas almas, voltou êle maravilhado aqui a Luanda, considerando o florescente esforço de mais de cem casas de tráfico, onde tantos colonos portugueses trabalham à lei de exilados, mas ainda cobertos pelo esplendor da soberania de Portugal, destronada em Berlim, em nome da Civilização...

Hipólito Raposo

PARA A EXPAN- SÃO DA CULTURA PORTUGUESA

POR JOSÉ DE MACEDO

PROFESSOR DO INSTITUTO COMERCIAL DE LISBOA
JORNALISTA E COLONIALISTA

(ESPECIAL)



ABE-SE que a pátria portuguesa não é o resultado de um artifício político nem de simples convenções diplomáticas.

Resistindo, através dos tempos, a tôdas as tentativas de absorção ibérica tem mantido uma característica fundamental que a diferencia profundamente das várias modalidades hispânicas. Sobrepõe-se a todos os concúlios internacionais que pretenderam abater a sua independência, quer com as invasões napoleónicas, quer com os intuitos, embora dissimulados, que Beresford pretendia impôr para predomínio da soberania anglo-saxónica.

Dêste modo, tendo fundas raízes na tradição, Portugal mantém correlativamente uma feição diferencial sob o ponto de vista de cultura vindo a evolucionar à maneira que acentua e intensifica o seu poder de assimilação, alastrando, pelas mais longínquas paragens, o seu espírito e a sua civilização.

São estas premissas que nos devem guiar na orientação nacional, na sua plenitude mental e cívica.

Explicam a razão por que o português, adaptando-se facilmente a tôdas as modalidades climatéricas, quasi nunca perde os seus caracteres fundamentais e cria, em tôda a parte onde se fixar, núcleos étnicos inconfundíveis.

A lingua portuguesa, falada em todos os cantos da terra, dando a alguns idiomas orientais e africanos expressões inapagáveis, é um agente admirável de expansão cultural, desde que se consiga coordenar os seus vários elementos intelectuais que, exprimindo-se nos termos literários que derivam da sua evolução glotológica, saibam compenetrar-se do poder expansionista que nos coloque numa situação privilegiada.

A nossa história intelectual é o exemplo admirável de adaptação fácil a tôdas as ciências. Na literatura sobretudo os nossos clássicos, principalmente desde D. Denis, o rei gigantesco que deu a Portugal os fundamentos económicos, políticos, poéticos e pedagógicos da

sua independência, temos uma forte individualidade nacional que precisa ser posta em destaque perante a nossa própria consciência cívica. E' lastimável que em parte nos tornemos insensíveis ante os valores lusitanos que se impõem pelo seu saber, pelas suas virtudes e pelas suas energias.

Não nos devemos amesquinhar perante nós próprios quando povos de menor envergadura científica desejam dominar o mundo. E' evidentemente um contra-senso supôr-se que nas circunstâncias actuais se deseje impôr por uma forma pretenciosa ante tantos valores científicos que se notabilizam. Mas não nos convindo, sem dúvida, tomar atitudes pedantes e sobranceiras, também não nos convem abandonar o largo pecúlio histórico que possuímos e que ninguém nos pode negar no conjunto da civilização, pois foi Portugal o grande obreiro de tôdas as transformações da Renascença pela forma como dilatou os limites da terra, criando depois o movimento renovador económico, político, filosófico que tornou possíveis as mais profundas reformas sociais.

¿Porque não havemos de permanentemente erguer a nossa voz e dizer aos povos que somos um valor a respeitar?

Não seria um imperialismo negativista e estreito. Seria a obra coordenadora da civilização lusitana com uma nobilitante intenção pacificadora.

Fomos, nos séculos XIV e XV, os orientadores das novas directrizes mundiais. Ergamos agora, constantemente, a figura épica de Portugal, com os intérpretes do nosso pensamento colectivo.

E' certo que a nossa cultura actual encontra admiráveis representantes em tôdas as manifestações científicas; embora apagadas numa deletéria atmosfera de pessimismo, a "apagada e vil tristeza" do poeta imortal, mas convem

despertar êsses elementos e trazê-los à luz do dia, perante os representantes da mentalidade dos outros povos, para dar aos próprios portugueses a confiança absoluta na sua eterna vitalidade criadora e fecunda.

A integração de Portugal na civilização actual tem-se feito permanentemente numa tarefa pertinaz que se tem manifestado nos congressos científicos internacionais que se têm realizado entre nós. Mas tudo de um modo muito restricto.

Temos urgentemente de realizar essa obra necessária e imperiosa de reivindicações nacionais, mantendo no coração de todos nós a certeza absoluta de que somos uma pátria imorredoura.

Nenhuma outra possui elementos mais fecundos de renovação, convindo consagrar no espírito dos nossos compatriotas, espalhados por todos os cantos da terra, "o nome eterno de Portugal", na frase lapidar do épico genial e maravilhoso.

* * *

Há muito tempo que o autor dêste artigo tem pensado em realizar êsse objectivo na SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA e não desistiu ainda nem jámais desistirá dessa grande tarefa.

Não haveria lugar mais apropriado, nem instituição que melhor corresponda ao objectivo indicado. Nem a *Academia das Ciências* pode ter essa função por se destinar às altas concepções científicas e não à obra de propaganda e acção; nem as instituições económicas, pelo seu carácter limitado, têm possibilidade de dar à expansão cultural portuguesa o carácter de universalidade que foi sempre o fundamento do nosso destino histórico.

Do mesmo modo a propaganda cultural organizada pelo Estado podendo ter uma alta intenção política e prestigiante não consegue aquela função conciliadora que uma instituição de categoria científica e patriótica lhe concede lógicamente.

Em Portugal, a SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA é, em meu entender, a agremiação que deve desempenhar essa missão elevada. Conseguiria assim adquirir novos méritos e conquistar novos louvores e, além disso, arrancá-la-ia daquela contemplação excessivamente passiva em que vem persistindo há anos a esta parte.

Considerada dêste modo, tomando a direcção dum movimento de reivindicações intellectuais, integrar-se-ia na vida moderna readquirindo o prestígio que se impôs no seu infício, quando um desalentado pessimismo tinha invadido a alma colectiva da nação e nela se infiltrou duradouramente, como a hibernação que as almas dos povos suportam, de vez em quando, e de que mais tarde despertam com mais energia readquirindo a vitalidade decaída.

Se não cumprir essa elevada missão fica numa atitude contemplativa que é a precursora do seu aniquilamento.

O seu levantamento e a sua dinamização, o seu futuro e a sua razão de ser, no ciclo novo que tem de seguir, tudo é resultante da nova tarefa que os seus próprios estatutos lhe impõem.

Criar um ambiente próprio para a sua grande obra, dar-lhe uma seqüência vasta que se projecte no futuro com tóda a amplitude, formular dum modo preciso, o seu plano de acção e não hesitar.

O culto patriótico nos portugueses que se encontram fóra de Portugal tem de ser compreendido e interpretado por uma agremiação que se imponha pela sua respeitabilidade, pelo seu carácter neutro, sem partidatismo, sem sectarismos, sem preocupação de domínio idólatrico que diminua a acção dos colaboradores da obra de conjunto.

Não nos deve interessar o nome das pessoas que se encontrem circunstancialmente à frente dessa instituição. A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA glorifica-se por ter tido como secretário geral, na sua fase inicial, o grande português que era Luciano Cordeiro. Foi êle o audaz animador da obra fecunda de propaganda colonial que, ante a inércia das entidades oficiais, ergueu o espírito público português contra a tentativa de esbulho premeditado por Bismarck, que teve como seu instrumento passivo mas interessado o rei Leopoldo da Belgica, criando o Estado Independente do Congo e dando à França os territórios ocupados por Brazza na margem direita do Zaire, deixando-nos prejudicados pela descontinuidade territorial do Atlântico ao Indico.

O que é certo é que, se não fôsse a acção da SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, a nossa ruína colonial na Conferência de Berlim, em 1885, seria ainda maior e mais vergonhosa. Êsses dez anos de 1875 a 1885, em que se

prepararam e realizaram as expedições africanas e se fizeram ocupações que nos impuseram ao célebre conclave colonial devem-se a ela que teve sobretudo à sua frente a nobre acção de colaboração forte e dominadora de Luciano Cordeiro, que ainda não conseguiu, na própria sociedade que criou e animou, a consagração que merece e que lhe deve ser prestada oportunamente.

A Sociedade começou, depois, a viver dessa bela tradição e vai caíndo numa apatia profunda porque não tem acompanhado a evolução do seu tempo.

E' essa missão de desenvolvimento cultural que é preciso renascer, dando-lhe a feição de órgão dirigente duma propaganda nacional e internacional em que colaborem todos os valores mentais e sentimentais que tal instituição pode aglutinar provocando no mundo inteiro um movimento de simpatia que imponha a pátria portuguesa ao carinho e ao respeito a que uma nação como a nossa tem indiscutível direito.

E' esta a missão coordenadora que temos inquestionavelmente de cumprir, irradiando do edificio grandioso das Portas de Santo Antão uma patriótica cruzada nacional e internacional que perdure e que não esmoreça ante qualquer insucesso nem se desalente em frente de quaisquer embaraços.

* * *

Foi por estas razões que apresentei na sessão de 9 de Janeiro de 1933 a proposta que segue:

PROPOSTA — Considerando que a “Sociedade de Geografia de Lisboa” póde exercer entre nós, segundo os seus estatutos, uma acção benéfica correspondente às sociedades congéneres dos outros países;

Considerando que, dêste modo, não será apenas uma academia de estéreos devaneios literários, mas actuará como formadora de uma opinião nacional que exprima, sem sectarismos, uma feição renovadora de confraternização e cultura;

Considerando que à “Sociedade de Geografia” compete, pelas suas tradições, pelas comissões e secções que a constituem e pelas disposições fundamentais do seu estatuto (artigo 2.º) dar à sociedade portuguesa importantes elementos culturais;

Considerando que a “Sociedade de Geografia de Lisboa” constitúe um centro inegüa-

lável de homens notáveis em tôdas as manifestações de actividade nacional, com uma vasta influência nas Colónias, no Brasil e no estrangeiro;

Considerando que o prestígio que a “Sociedade de Geografia de Lisboa” disfruta no mundo científico é de molde a dar-lhe uma função orientadora, em todos os assuntos que se ventilem na actualidade, de que o nosso país deverá receber o influxo;

Considerando que é necessário consagrar todos os anos uma grande data nacional, numa devoção unânime e veemente, em que não possa haver a menor divergência de qualquer carácter doutrinário, antes seja como que o ponto crucial de tôdas as nossas aspirações patrióticas;

Considerando que o Brasil é uma grande nacionalidade onde vicejam e se expandem, expressos na mesma língua, pensamentos de ampla e fecunda cultura científica, artística e literária;

Considerando que a data de 10 de Junho, aniversário do falecimento do glorioso cantor da nossa história, architecto grandioso da bíblia nacional, que cantou “O peito ilustre lusitano” e aqueles “em quem poder não teve a morte”, é o centro de convergência de tôdas as nossas acções nacionais;

Considerando que é indispensável dar unidade de pensamento, numa acção constante de propaganda patriótica e pelos estudos nacionais, que nos mantenham uma acção colectiva e inabalável, pela publicação de trabalhos científicos, devidamente remunerados, a fim de que as autoridades científicas sejam convenientemente garantidas pelo dispêndio de tempo e de intelligência:

PROPONHO: 1.º — Que a “SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA” reassuma, com tôda a autoridade que possui, pela sua tradição e pelos seus fundamentos estatuintes, a função orientadora que lhe deu renome;

2.º — Que se formúle, bem nitidamente, um plano científico de trabalhos, logo no começo de cada ano associativo, depois das férias grandes em que se tratem de todos os assuntos abrangidos nos artigos 36.º e 37.º do estatuto, agrupados harmònicamente, de maneira que todos os acontecimentos nacionais e internacionais sejam interpretados por forma a orientar o espírito nacional, interessando-o pelas questões que se debatem na actualidade;

3.º — Que sejam renovadas as secções e comissões, com pessoas de reconhecido mérito especializado, em número limitado, atraindo-as ao convívio intelectual e associativo, pela convocação periódica das secções, onde se estudem os assuntos relacionados com uma rúbrica comum que abranja várias secções;

4.º — Que para as respectivas secções e comissões só entrem personalidades que tenham na especialidade afirmado, em livros, conferências, revistas, ou na vida social e profissional, autoridade científica comprovada, áparte os seus documentos escolares;

5.º — Que a “SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA” estenda a sua acção pelos centros intelectuais de todo o país, com missões de estudo, conferências, exposições e congressos que tornem bem patente os assuntos da actualidade, em harmonia com os nossos interesses nacionais;

6.º — Que consagre, todos os anos, o dia 10 de Junho, à comemoração da morte do épico imortal, Camões, em tôdas as terras estrangeiras onde haja núcleos portugueses importantes, no Brasil, na América do Norte, na França, Inglaterra, Espanha, etc., de forma que êsse glorioso símbolo nacional, seja nesse dia sagrado, o grande coordenador da confraternização portuguesa no mundo, congregando, numa só aspiração patriótica, os portugueses de todos os credos;

7.º — Que se crie, de acôrdo com uma casa editora, uma biblioteca que abranja assuntos das nossas comissões e secções, que márquem certas tendências doutrinárias, garantindo ao editor um mínimo de exemplares, que cubra as despesas das edições ou que a “Sociedade” por uma cotização privativa fixa, a determinar, estabeleça essa biblioteca com o apoio dos consócios;

8.º — Que o “BOLETIM” seja remodelado de forma a transformar-se numa revista científica moderna, órgão de cooperação luso-brasileira, com ampla colaboração dos valores intelectuais portugueses e brasileiros, com remuneração dos trabalhos originais publicados e com uma edição, se fôr necessário, duma livraria de qualquer das duas nações;

9.º — Que se nomeie uma comissão permanente de cultura enciclopédica que tenha por fim dar unidade à organização destes trabalhos, de forma que a “SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA” seja realmente, como o seu título indica e os seus estatutos determinam,

“uma sociedade civil de estudo, discussão, consulta, cooperação e propaganda científica e patriótica”. Lisboa, 9 de Janeiro de 1933 (o sócio n.º 4.214), as. *José de Macedo*.

Era nêstes termos, uma aspiração a realizar que deveria merecer a atenção dos corpos dirigentes da gloriosa agremiação apenas adormecida transitòriamente por motivos que levaria muito tempo a desenvolver e a explicar.

* * *

O autor da proposta esperou pacientemente que os corpos directivos de que fazem parte homens de elevada categoria científica, lhe dêsem o andamento regulamentar e estava disposto a renovar a sua iniciativa com novas alegações, quando em 8 de Abril desse mesmo ano de 1933, (4 meses depois) recebeu um officio do illustre Secretário geral da respeitável instituição, o eminente colonial, coronel de engenharia Sr. Lopes Galvão, de grande realce mental e que dedica uma atenção devotada à Sociedade.

Começava, embora tardiamente, a dar frutos a proposta apresentada havia já meses decorridos.

A direcção pedia-me esclarecimentos, perguntava-me quais deveriam ser os nomes que, em meu entender, poderiam constituir a *comissão de cultura* a que me referia na proposta, mas tive a impressão de que não tinha sido bem interpretado o meu pensamento orientador.

Defini mais amplamente o meu pensamento, na resposta que enviei; apontei nomes respeitáveis que me pareciam de reconhecida idoneidade intelectual e, ao mesmo tempo, solicitava que quando a proposta tivesse de ser apresentada às comissões e secções científicas me fôsse permitido assistir às sessões, a fim de mais amplamente esclarecer o meu pensamento patriótico e a orientação em que, em meu entender, devia basear-se essa obra cultural que projectava.

Tendo assistido a algumas sessões das comissões sociais reconheci que a idéa que me inspirava era bem recebida, com notável espírito de concordância em linhas gerais e em grande parte patrocinada por criaturas eminentes que constituem as respectivas secções. Embora visse a proposta um tanto contrariada pela direcção, não seria difficil fazer caminhar essas instituições valiosíssimas, desde que as individualidades que formam o corpo científico da “SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE

LISBOA" fôsem mais assiduamente e mais regularmente chamadas a uma maior actividade, se bem que, em certos casos reconhecesse que era urgente uma remodelação profunda no aspecto e nas modalidades, já antiqüiadas.

E' isso que ainda espero, apesar da lentidão com que se vai, passo a passo, na carreira encetada e creio bem que não haja má vontade nas objecções e na demasiada demora.

Quando, como espero, a "SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA" criar a sua *comissão de cultura enciclopédica*, com certas iniciativas, constituída não por pessoas apenas prestigiosas mas que possuam uma dinamização que só resultará duma profunda convicção no futuro de Portugal, o espírito português começará a espalhar-se pelo mundo numa efectividade emocionante e a expansão dos problemas a resolver ou a pôr em equação será interpretada pelos cultores mais ilustres das ciências, inscritos nas respectivas secções e comissões da Sociedade, ou pelas personalidades mais eminentes do estrangeiro que a comissão de cultura enciclopédica indicar ou convidar.

O plano de acção que a proposta citada indica, quando sucessivamente realizado, alargaria pelas terras de África, América, Oceânia, Ásia, onde existem portugueses, o seu campo de acção e no aniversário da morte do grande épico, — o maior português de todos os tempos, — a alma nacional vibraria unisonamente, numa comunhão de almas e de aspirações que nos uniria a todos na grande realização duma cultura lusitana, servida por uma língua maviosa e vibrante, carinhosa e ardente, na qual se têm exprimido, numa bela literatura de génios, os maiores pensadores portugueses e brasileiros, que formaram uma élite, no mundo latino, duma incomparável obra criadora da civilização ocidental.

E' preciso que, quando essa obra começar — e há-de começar, sejam quais forem os embaraços que surjam — os portugueses que vivem longe de Portugal se compenetrem da gloriosa missão a realizar: a união das almas numa consagração colectiva que dê a todos nós a impressão dum civismo consciente, sem perturbações nem vaidades, nem fatuidades, ou exhibicionismos demonstrativos duma egolatria mórbida que degradaria, irremediavelmente, o culto elevado e respeitável que tal irreverência manifestaria.

Alargando a sua acção por todo o mundo a cultura portuguesa será admirada pelas be-

lezas dos seus poetas, pelas maravilhosas obras dos seus estilistas e pela originalidade dos seus homens de ciência.

Deve reconhecer-se que há uma civilização portuguesa que é apenas conhecida pelos iniciados nas ciências históricas e que infeliz-

CARTAS DE MOÇAMBIQUE

Estamos, positivamente, na presença de alguém que é uma honrosa excepção à regra geral da maioria do funcionalismo, que, mal pisa o solo africano, deita para trás das costas as boas disposições de trabalho com que se despediu saudosa, das "Tágides minhas", e se cafrealiza de pronto numa indolência muito tropical ou se abandona ao gozo da vaga sinecura que lhe talharam à mesa do orçamento, de olhos fitos no calendário, a chocar a promoção e a licença graciosa...

Não é de tal molde o Sr. Tenente Mário Costa, nosso solícito correspondente e brilhante colaborador. E' de outra estirpe: é daqueles que levam as suas actividades além do cumprimento exemplar e rigoroso das funções ou dos cargos que exercem, preferindo, nas horas de lazer, às delícias das frivolidades galantes do mundanismo, ao torvelinho das reuniões elegantes, dos "chás", dos "cock-tails", dêsses "pequenos nadas" que são o encanto risonho dos espiritos superficiais ou "blasés," a luz quebrada, a penumbra e a solidão das bibliotecas e dos arquivos, mesmo quando êstes são moçambicanos e contra o seu recheio é mistér investir... de faca em punho, por se acharem intactos quási todos os livros, que foi, mais ou menos, o que aconteceu ao festejado autor de *Cartas de Moçambique*. E, porque, em obediência à exacta noção que tem do que é servir, não parou de trabalhar desde que saltou em África, tanto em Lourenço Marques como na Beira, já hoje apresenta no seu activo em pról da causa ultramarina uma obra valiosa, quer pela documentação, quer pelo esclarecido critério que a norteia e que sobretudo abona os seus belos méritos de polígrafo estudioso e sabedor.

CARTAS DE MOCAMBIQUE — "De tudo um pouco" — vale muito pelos subsídios que reúne para o conhecimento de grandes fastos da história da Africa Oriental Portuguesa, pelas informações estatísticas que em suas páginas se condensam e pela justiça que o autor presta altivamente a não poucas figuras que à "terra da boa gente" deram em épocas várias, umas próximas, de ontem, outras remotas, de antanho, tudo quanto em suas fôrças, tino e saber cabia. Mas se vale por isto e pela afirmação constante da sua justificada confiança nas energias latentes da Grei, que permitiram já a realização da obra indiscutivelmente grandiosa dos portugueses em Moçambique como em muitas outras partes, não vale menos como prova evidente de que os livros do Sr. Tenente Mário Costa são imprescindíveis nas bibliotecas de todos os colonialistas e, maximé, indispensáveis àquêles que particularmente estudam a história e o desenvolvimento da terra dos vátuas, namarrais e outros.

A. de B.

mente alguns autores desmerecem apontando-nos como girando na órbita, submissamente, doutras nações quando temos sido, pela nossa posição geográfica, o centro de atracção e de irradiação da actividade ocidental que foi herdeira das civilizações mediterrâneas e alargamos o mundo para confins mais dilatados.

A execução da proposta, nos seus considerandos, nas suas conclusões e nos officios complementares explicativos, representará uma eminente demonstração de civismo.

Estou compenetrado de que se a comissão de cultura que a Sociedade venha a constituir fôr formada por homens activos e compenetrados da sua acção, dentro de dez anos o nome português terá no mundo uma enorme repercussão de prestígio e formará, no próprio território nacional, um escól de personalidades que se imporão pela sua mentalidade, revelando-se valores incógnitos que um meio delétério diminúe ou uma atmosfera deprimente degrada.

Depende muito da sinceridade com que fôr orientada a missão associativa ou como o assunto fôr, nos pormenores, encarreirado e de que todos tenham em vista, em tôda a parte onde se encontrem, aqui, nas colónias e nos outros países, que o seu patriotismo e a sua devoção cívica são indispensáveis para dar ao nome de Portugal o fulgor a que tem indiscutível direito.

Porque, como se vê, não é apenas no campo internacional que convem manter o espírito português álgida. Devemos ter em Portugal um grande centro de expansão que crie um núcleo que dê acesso aos espíritos ansiosos de cultura e que mantenham, em plena actividade, uma instituição que anote, dia a dia, com os recursos de que a técnica moderna dispõe, — o cinema, a radiofonia, a revista, a biblioteca, a publicidade, o concerto, etc., —

tôdas as modalidades do pensamento português e a sua adaptação ao espírito moderno, no que êle tem de elevado e confortante moralmente.

Criar estímulos intellectuais e éticos, alargar os horizontes da vida nacional, dar à consciência a plena certeza que não pode desmerecer na sua perene expansão moral e mental, tem de ser a obra duma instituição de renome internacional, não maculada pelo predomínio de critérios exclusivistas, mas onde todos os portugueses e estrangeiros tenham uma tribuna livre em que se possam expôr pontos de vista novos que se espalhem relacionados com os fundamentos, jurídicos e regulamentares da sociedade em seus estatutos onde se encontram as directrizes definidas.

Convenço-me de que a gloriosa instituição de Luciano Cordeiro, ainda há-de representar um papel mais grandioso do que desempenhou no passado. Os seus estatutos, cumpridos à risca, não lhe dão o carácter exclusivamente colonial que lhe atribuem alguns dos seus dirigentes.

Havemos de chegar a um momento em que as grandes iniciativas portuguesas partirão sempre dessa Sociedade, que possuindo recursos científicos inestimáveis, espalhados pelas suas variadas secções científicas, se paralisa, numa lastimável indolência.

A expansão cultural portuguesa terá de se realizar e há-de ser efectivada com método, com convicção e grandeza de ânimo.

E' essa a função mais altruista, mais dignificadora, que, nesta época sombria de desalentos, pode desempenhar quem queira honrar o nome immaculado de Portugal.

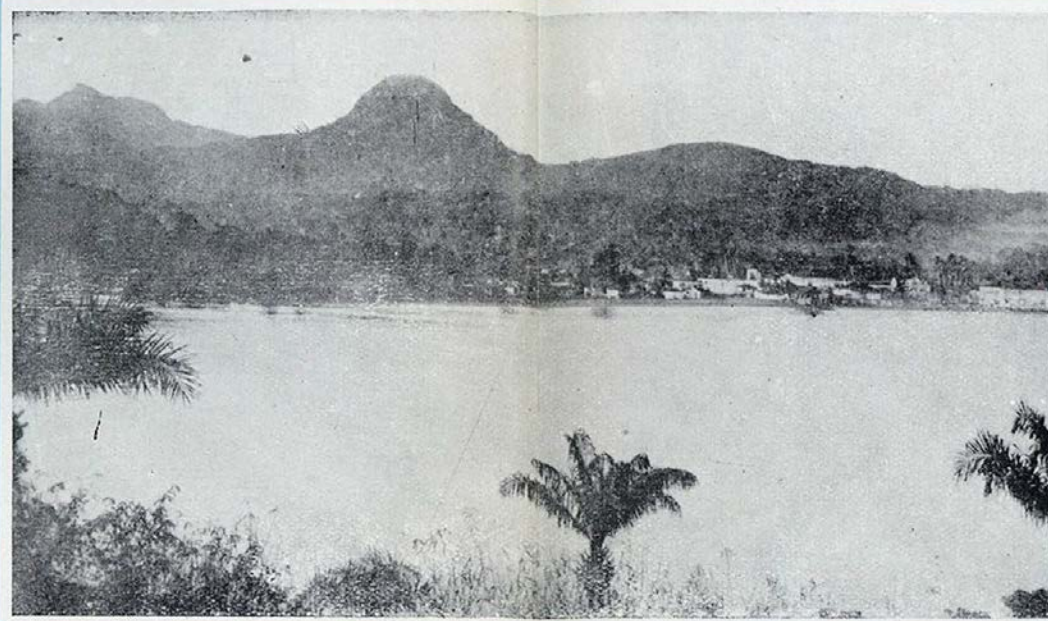
José de Macedo



COLABORADORES



DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO — PADRE ARTUR ARNALDO BAPTISTA — DR. FERREIRA DENÍS — D. MARIA ARCHER
PROFESSOR JOSÉ DE MACEDO — DELFIM COSTA E DR. HIPÓLITO RAPOSO



MOÇAMBIQUE — ANGÔXE — Igreja da Missão de S. Luis de Gonzaga

S. TOMÉ e PRÍNCIPE — Aspecto da Ilha do Príncipe

MOÇAMBIQUE — Tipo de mulher indígena

ANGOLA — BENGUELA — Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura

MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES — Avenida "Buildings"

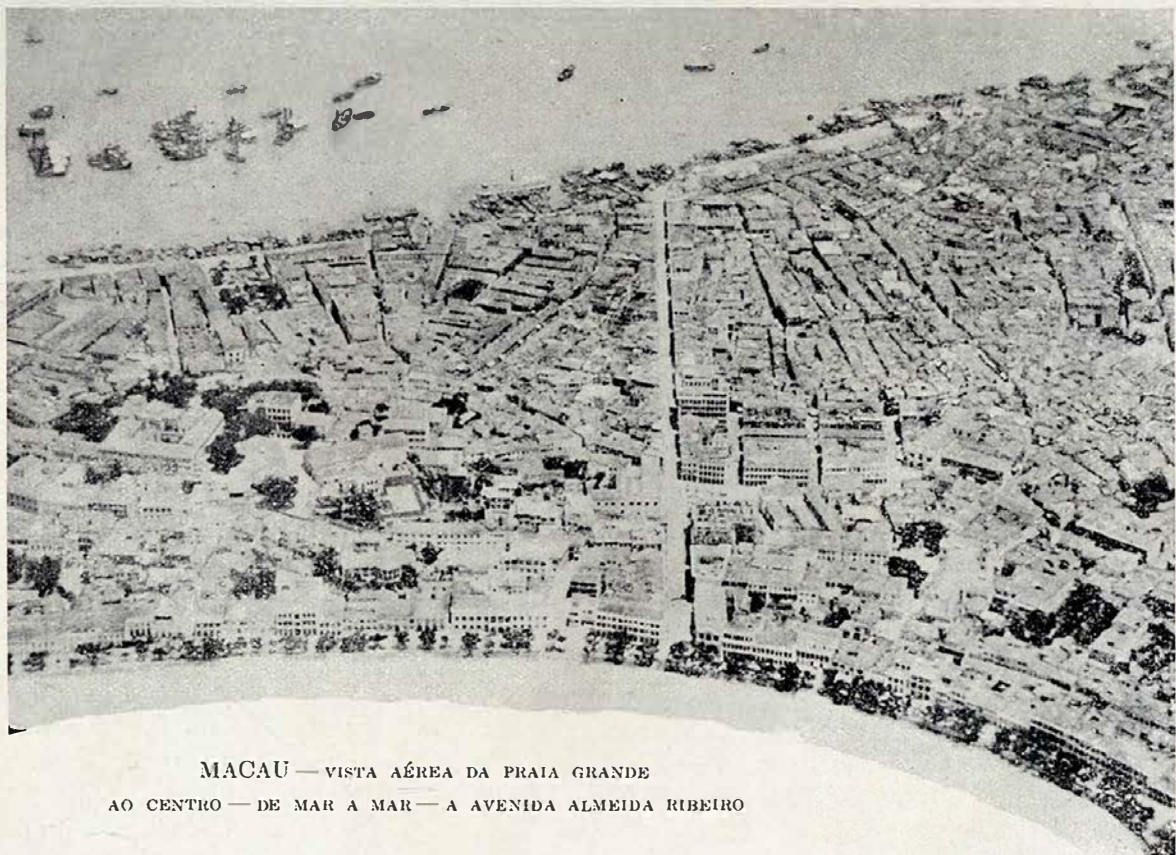
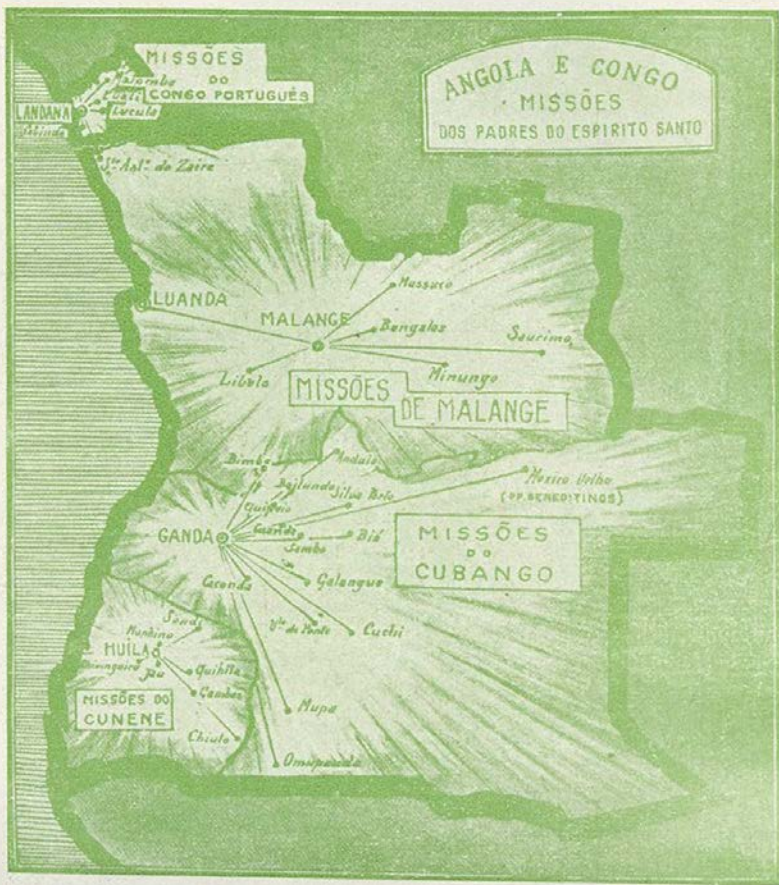


Por experiência própria, sei que mantemos na Inglaterra e na Bélgica uma posição de destaque em assuntos coloniais. As nossas maneiras de ver em tudo que respeita à Africa são sempre analisadas com cuidado e em perfeito pé de igualdade. Em Londres, sobretudo, nunca deixamos de ser olhados como uma grande nação colonial. Várias vezes me foi dado abordar, depois da paz de Versailes, o assunto que acabo de esboçar, e estou convencido de que chegou a haver absoluta concordância entre as altas personalidades com quem troquei impressões sobre êle e a minha pessoa. As cousas não mudaram e, pelo contrário, agravaram-se. Estou certo de que uma iniciativa nossa teria a melhor acieitação no momento presente.

Entretanto cumpre-nos intensificar a ocupação das nossas colónias, coloniza-las com gente portuguesa, põ-las em estado elementar de defesa.

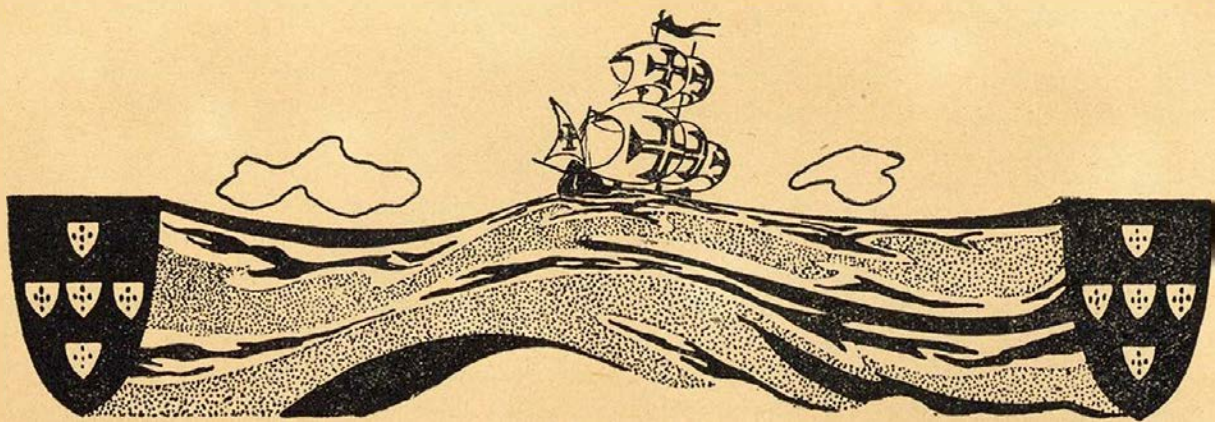
Só há uma politica internacional que valha — a politica das realizações: e essa politica só é possível a uma nação exercê-la quando inteiramente se realiza.

NÓRTON DE MATOS



MACAU — VISTA AÉREA DA PRAIA GRANDE

AO CENTRO — DE MAR A MAR — A AVENIDA ALMEIDA RIBEIRO



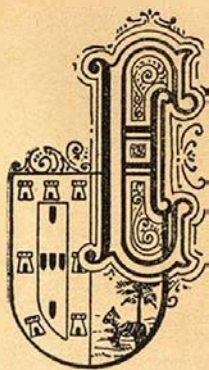
MISSÕES DO ESPÍRITO SANTO

DO CONGO E ANGOLA

PELO PADRE ARTUR ARNALDO BAPTISTA

MISSIONÁRIO DO ESPÍRITO SANTO

(ESPECIAL)



STABELECIDOS em Lândana em 1872, 24 anos apenas após a fundação do seu Instituto pelo Venerável Libermann, não se desinteressaram os Missionários do Espírito Santo da evangelização do Congo e Angola, que então lutava mais do que nunca com a falta descarável

de obreiros apostólicos e só aguardavam o momento oportuno, fixado pela Providência, para estabelecerem naquêles territórios as suas Missões.

Com o desaparecimento das suspeições que o seu oferecimento para a evangelização de Angola, havia há alguns anos levantado no seio

do Governo e do próprio Parlamento, por serem de nacionalidade estrangeira, conseguiu alfim embarcar em Lisbôa, no ano de 1881, a primeira leva de missionários do Espírito Santo com destino a Angola, e nêsse mesmo ano, concomitantemente com a fundação da importante Missão de S. Salvador do Congo, pelo P. António Barroso, lançaram os Missionários do Espírito Santo, no Planalto de Mossâmedes, os alicerces da grande missão da Hufla.

Em 1885 com a adjudicação de todo o território do Enclave de Cabinda a Portugal pelo Congresso de Berlim, passava a importantíssima Missão de Lândana, até então francesa, para os nossos domínios do Sudoeste Africano, e desde então puderam os nossos valentes missionários, com o auxílio de Deus e a generosa protecção do Estado, encarar resolutamente as dificuldades com que tôdas as obras de Deus tropeçam nos seus primórdios, e empreender corajosamente a evangelização e civilização de tôda a Província de Angola e Congo.

A nomenclatura das Missões do Espírito Santo de Angola, que abaixo publicamos, é assaz eloqüente para nos provar quão profíqua foi essa campanha missionária de há 50 anos a esta parte, mas seria ingênuo e até ridículo supôr, que, feito isso, nada mais há a fazer.

Passando em silêncio a história destas Missões com as suas vicissitudes e triunfos, que nos dariam páginas admiráveis de zelo e de patriotismo, contemplemos ufanos os resultados obtidos por algumas delas; mas não deixemos de ponderar, que tais successos, são mais devidos à graça de Deus, boa vontade das populações

e ardente proselitismo dos missionários, que se dispendem até à exaustação, do que à quantidade numérica dos obreiros apostólicos, que trabalham naquêlo canto da Vinha do Senhor.

E' magnífica a rêde de Missões e de Postos Catequistas dos Missionários do Espírito Santo, em Angola. 35 são as primeiras e mais de 1.500 os segundos, espalhados por tôda aquela vasta Província, com uma população cristã de cêrca de 400.000 fieis. 220 são actualmente os missionários e auxiliares de ambos os sexos que alí apostolizam; mas que é isto todavia, para um território, quinze vezes maior do que Portugal,

São cegos ou mal intencionados aquêles que negarem à Rêpública uma gloriosa obra colonial. Mas, meus senhores, a história só costuma julgar, quando o tempo apagou o rumor das paixões.

Aos republicanos que, como eu, viveram intensamente a sua generosa paixão política, em cujo ardor se misturava, em doses iguais, o amor da Pátria e o desejo ardente de renovação, digo que não têm de que se envergonhar; e aos republicanos de Angola digo em especial que muito têm de que se orgulhar, porque, no processo da Colónia, valeram mais os 24 anos da Rêpública que os dois séculos que decorreram desde a saída de Salvador Correia, em 1651, até que Sá da Bandeira inspirado nas teorías humanitárias do liberalismo, lançou, pela extinção da escravatura, as bases da colónia laboriosa em que todos nós vivemos, nesta admirável harmonia de relações entre brancos e indígenas, que é o prêmio mais alto a que uma nação colonizadora pode aspirar!

GASTÃO SOUSA DIAS

onde vegetam ainda cêrca de quatro milhões e meio de infieis?

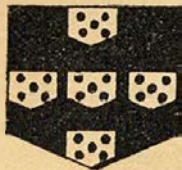
Não, a palavra de Cristo, alí como por tôda a parte, é divinamente verdadeira: *a messe é grande, mas os operários são poucos!*

Sim, precisamos em Angola de mais, de muitos missionários e a razão é óbvia: E' que, sem falar da necessidade de evangelizar os infieis torna-se preciso ainda, e isso é urgente, inadiável, contrariar a acção protestante estrangeira, que nos seus cêrca de 50 postos estratégicos, desnacionalizam, como é de todos sabido, os nossos indígenas.

Portugal na verdade precisa de encarar a sério a nacionalização de suas colónias e particularmente a de Angola e de Moçambique.

O entusiasmo pelas Missões Católicas Portuguesas, porta-voz da lusa e cristã civilização, já não é, Deus louvado, uma palavra vã ou simples questão de sentimentalismo. O interêsse colectivo pelo nosso Ultramar manifestou-se exuberantemente na última Exposição Colonial do Pôrto e de há mais de uma década para cá, se vem afirmando admiravelmente; mas precisamos de fazer mais, muito mais ainda pelas nossas colónias. Torna-se necessário que todos os Portugueses se capacitem do grave dever que lhes impende de auxiliar eficazmente a nossa colonização, patrocinando generosamente as nossas Missões e as suas Obras de formação na Metrópole e socorrendo-as moral e pecuniariamente, para que elas possam com facilidade, mediante um numeroso e bem preparado contingente missionário, realizar a altíssima missão que a Religião e a Pátria lhes confiaram.

A. Baptista



GRANDE EXEMPLO DE ESPIRITUALIDADE COLONIAL

POR PAULO BRAGA

JORNALISTA



INCONTESTÁVELMENTE existe entre nós o espírito colonial, obedecendo a princípios

e a directivas que é injusto desconhecêrem-se. Pode-se ir mais longe, e classificar-se êsse espírito, com a série infinda de derivantes duma mesma existência, como sendo um espírito rácico. De vez em quando, surge a mística colonial. E a história ensina-nos que foi sempre nas épocas em que esta mística se impôs, seja nas conquistas que nos entregaram extensões a povoar, seja nos descobrimentos, na ocupação ou no desenvolvimento de países em formação, que Portugal se mostrou encarrilhado num rumo, portanto—em plena consciência duma razão de existir.

A emigração, quasi sempre, tem sido a expressão de desvios dêsse rumo, dessa consciência. Mas, mesmo na emigração o espírito colonial existe, embora indirecto, talvez parasitário.

O estudo dêste espírito está ainda por se fazer. Há trabalhos diversos, há elementos, quadros comprovativos, legendas, legendas épicas, na sua quasi totalidade. Falta a epopeia, feita da reunião das legendas. Em cada colono, há sempre um herói e, ao mesmo tempo, um poeta e um santo,

uma figura de invocação. São precisos, portanto, os cronistas.

E agora, em que ir às colónias já não é a aventura perigosa, o desvendar dum mistério, o sulcar de mares tenebrosos e a violação de florestas vírgens perdidas em enígmias e em ciladas de morte, o espírito colonial, uma outra vez assoberbando a mentalidade portuguesa, mais completo, mais inteligente, talvez, aparece a realizar a obra grandiosa da construção literária e artística duma epopeia. Não surge Camões a escrever em versos heróicos algumas páginas de história. Surge, entretanto, uma pleiade de escritores colonialistas, — traduzindo impressões e visões de passagem pelas colónias, ou o resultado de horas de estudo no silêncio dos gabinetes, arrancando do confrônto e da análise das estatísticas as verdades insofismáveis que indicam os caminhos a seguir; surgem os poetas que um dia sentiram a alma presa ao encantamento das regiões de além-mar; surgem os artistas que vibraram ante as manifestações de artes exóticas, cheias de ingenuidade às vezes, cheias de graça sempre, de artes que começam a influir nos nossos ideais estéticos, parados há séculos na contemplação dos mesmos cânones, na interpretação dos mesmos dogmas.

A literatura colonial, como a arte colonial, é, actualmente, uma realidade. Nas estantes

como nas paredes lisas das exposições, como nas colunas dos jornais e das revistas, a todo o momento podemos encontrar a prova evidente da mística colonial, procriada em Portugal com o advento da República e com o impulso dado ao progresso colonial pelo novo regimen.

E se esta mística, às vezes, se exterioriza sob um aspecto *snob*, produto das locubrações espirituais dos *parvenus* desconhecedores da verdade da colonização, suprimindo a ausência da idéa com o palavriado vago e sem realidade das rememorações históricas, confundindo e deturpando, na maior parte das vezes, felizmente, ela é bem a tradução dum pensamento superior e fecundo, dum pensamento demonstrativo da existência de convicções e inteligências submetidas a um determinismo que nos dignifica: o determinismo da nossa existência de povo colonizador.

A mística colonial, pouco a pouco, vai originando uma espiritualidade colonial. E já não é sem tempo. Outros povos com menos motivos, já a possuem há muito. A nós, restamos recuperarmos o tempo perdido, o tempo da mentalidade conselheirática e dos preconceitos antigos que viam, nas colónias, apenas a “costa de África”, a terra dos presídios, das febres, das lagôas doentes e das solidões estésicas, crepitantes sob a ardência do sol dos trópicos.

*

A’ frente da acção de conquista dessa espiritualidade colonial estão os portugueses no Brasil.

Baseada num ideal de panlusionismo, a colónia portuguesa do Brasil fundou uma organização tendente a fomen-

ETNOGRAFIA - NEGROS DE ANGOLA

(ESPECIAL)

POR D. MARIA ARCHER

ESCRITORA E JORNALISTA



libáta trepa pelas encostas, junta-se nos cabeços, aninha-se em tórno da cubata grande do soba, colorida dos cromatismos desmaiados das palhas ressequidas. Cabanas pequenas, rectangulares, de duas águas, ou redondas e cónicas, algumas rebocadas de barro tósco, tôdas cobertas de cólmo, contendo dois quartos. A aldeia estira tortuosidades na fantasia dos arruamentos.

Mobiliário primitivo disperso no chão.

Esteiras e tarimbas tósocas, servem de leitos. Escabêlos duma só peça escavados em tronco largo e forte. Cofres de madeira, sem fecharia, guardando as riquezas familiares. Pilões para farinar a comida. Vasilhas simples, de barro e madeira. Ardendo sempre, no chão de terra, troncos vermelhos de brasido.

O fumo esvai-se pelo cólmo do tecto, prece doméstica aos deuses familiares.

A gente é negra, robusta e média em tamanho. Sôbre o corpo nú usam o adôrno berante e a tatuagem. Na testa, faces, peito, cos-

tar uma obra de divulgação colonialista, princípio, por sua vez, duma integração da mentalidade portuguesa nos destinos colonizadores do nosso país.

Essa organização — é a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Nascida do patriotismo de dois ou três portugueses cultos e logo auxiliada pelo patriotismo de duas ou três centenas de idealistas, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA no ainda curto espaço de sua existência, conseguiu demonstrar já a eficiência duma actividade profundamente superior, entregando-se inteligentemente a um ideal construtivo de que há a esperar os mais benéficos resultados. E' no seu BOLETIM que podemos encontrar as demonstrações de cultura das nossas "élites" coloniais. E o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, inegavelmente a primeira das nossas publicações colonialistas, sem o mínimo auxílio das entidades oficiais, sustentada apenas pelo esforço,

persistência e espírito de sacrifício de alguns portugueses do Brasil, dispendiosíssima pela sua manufatura gráfica, reunindo em todos os seus números trabalhos inéditos dos maiores escritores e colonialistas de Portugal, faz ainda uma coisa extraordinária e invulgar no nosso país — em que as próprias publicações com auxílio oficial se vendem a preços exorbitantes: tendo por lema um pensamento de Teófilo Braga — "as idéas não se vendem, dão-se". — periodicamente e gratuitamente, é levado a todos aquêles a quem interessem os estudos coloniais e às entidades junto das quais haja interesse em se divulgar a obra colonizadora de Portugal.

Ante o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA temos que nos convencer de que, finalmente, existe uma espiritualidade colonial. E ela, aqui, surge-nos na sua expressão mais bela:—derivada duma cultura, definindo-se sem sno-

bismos, sendo o maior estímulo para o esforço civilizador da nacionalidade e representando o orgulho de poucos para a dignificação de muitos, quantas vezes de muitos que têm da colonização e da necessidade de se criar uma mentalidade colonial, que leve o país a uma nova largada, equivalente a uma justificação heróica e contemporânea da sua existência, uma idéa decrépita que se define nos discursos mais ou menos solenes *sub tegmine fagi* ou à beira de precipícios, esquecidos de que vivemos num século em que os bisantismos são contraproducentes e só a consciência inteligente dos nossos actos nos dignifica e justifica os direitos que desejamos para existirmos.

Por tudo, é grato reconhecer-se o grande exemplo de espiritualidade colonial que a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO representa.

(In-"A MONTANHA")

tas, tatuam-se a negro e relêvo, com picadas e incisões, a ferro e fogo. Aneis de latão em todos os dedos. Os pulsos tilintam de argolas de ferro, latão e coiro. As mulheres empapam em óleo os cabelos e entrançam-nos de misangas coloridas. O pescoço, os braços, a cintura e os tornozelos, adornam-se. A suprema elegância é dada por tiras de coiro fantasiadas de latão ao pescoço da mulher! Homens e mulheres pingam as orelhas de brincos. Imitando as feras, tem os deuses limados em pontas aguçadas.

Como a cara, exibem o corpo. Apenas enrolam, a pender da cinta, pequena pele de antílope ou tira de casca de árvore.

Nasceu o sol. Desperta a libata na luz difusa do dilúculo e a faina doméstica canta rumores de vida. Acocorado sobre o chão, junto dos filhos, o negro come. A'parte, com as filhas, as mulheres comem. Há uma só vasilha para cada grupo. Alimentam-se de milho, feijão, batata, mandioca, frutos, cogumelos, amendoim, côco, carne de boi, carneiro, cabra, galinha, antílope, caças grossas e ratos, lagartos, cobras, gafanhotos, etc. Tempéram com óleo, sal, malagueta. Fome ou fartura, conforme a vontade de Deus.

Foram antropófagos. Devoraram, em assembleas tribais, os prisioneiros de guerra. Devoraram os escravos obtidos em pagamento de assassinatos. Devoraram os mortos.

Bêbedos, sôfregos do suco de palmeira, de cerveja de milho, do hidromel. Sobre os matos, tombam inanimados em embriaguez mortal.

ADOLFO PINA

O jornalismo em Angola acaba de perder, improvavelmente, o seu maior animador. Adolfo Pina, que fundara e dirigira com verdadeira competência *A Província de Angola*, elevando esse diário à invejável posição de relevo que hoje disfruta, não era apenas o jornalista brilhante, era também o conhecedor e abalizado dos grandes problemas relacionados com o progresso e o futuro da terra de Angola, a que muito idolatrava e à qual servira com espírito dinâmico e esclarecido.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que do ilustre extinto recebeu inalteravelmente as mais vivas demonstrações de apreço, curva-se respeitosa e contristada ante a sua memória, ao mesmo tempo que apresenta à Ex.^{ma} Viuva e ao corpo redactorial de *A Província de Angola*, a expressão do mais comovido pesar.

Fumam o cânhamo, passado o fumo pelo cachimbo de água, até à alucinação e à loucura. Doidos pelo prazer, queimam nêle a vida.

Eis como trabalham.

A mulher lavra a terra, farinha no pilão o fubá de milho e mandioca e prepara a comida. O homem desbrava o mato com a catana, o machado e enxada. A mulher semeia, trata e colhe a sementeira. Em pequenas covas, escavadas com a mão, lança a semente. No crescimento, só a chuva e o sol cuidam da lavra. Apenas duas vezes por colheita limpam o terreno das ervas daninhas. Cada dois anos deixam a terra em poisio.

Em Fevereiro faz-se uma lavra, em Outubro outra. Quando os frutos, tubérculos ou cereais, estão maduros e bons para colher, os homens montam guarda, em pequenas cabanas erguidas nos campos, vigiando a colheita da rapinância dos ladrões, dos hipopótamos, dos macacos. Ateiam fogos para afugentar os bandos de elefantes.

Homens e bichos, disputam o banquete lauto nascido da terra.

Pescam, caçam, agricultam, pastoreiam.

Os homens pescam no mar, sobre embarcação frágil, com anzol, recortando no fundo azul do ceu o pescador de pé, firme entre o balouçar das ondas. Pescam no rio com tarrafas, com anzol, com cestos e barragens, ou lançando à água montões de plantas narcóticas.

Pastoreiam. Armados de azagaias e antigas armas de guerra, levam ao pasto cabras, porcos e bois. Rebanhos pobres que as derradeiras guerras dizimaram. Carne preciosa guardada para festas, para tôdas as cerimónias tradicionais do ritual gentio. Carne que vale como moeda corrente para saldar despesas.

Caçam. Lançam fogo à anhara e de armas na mão esperam a caça que foge espavorida — javalis, malancas, pacaças, onças, macacos, gazelas. Com armadilhas e redes apanham viva a caça da floresta.

Fera contra fera, o homem luta pela vida.

Trabalham rudemente o barro, moldado à mão, seco ao sol, e feito em panelas, tigelas e bilhas. Trabalham a madeira em cachimbos, pratos, colheres, cofres, escabêlos, pilões, embarcações, etc. Entrançam palmas em esteiras, cordas e cestos! Tecem grosseiramente o algodão. Compõem instrumentos de música. Extráem e trabalham o ferro e o cobre.

Já nas cavernas da prehistória o homem primitivo fazia industrias semelhantes.

O trabalho do negro tem o ritmo sopitoso da indiferença.

Conseguem o fogo pela percussão do ferro e do silex, ou pela fricção giratória de dois paus. Na solidão da floresta bárbara o homem negro e nú repete o gesto milenário que faz brotar a chama das suas mãos de deus. Um instante depois, crepita em redor o brasido.

*

Na cubata em que nasceu, sôbre a esteira em que dorme, mãos e joelhos por terra numa forma animal, a negra atira ao mundo um novo filho.

A vida do negrito começa às costas da mãe, amarrado, como carga, com um pedaço de pano ou tira de casca de árvore. Andando, a mãe faz bambolear a cabeça do filho e sente nas costas as cabeçadas da criança. Para amamentar atira os longos peitos para trás, sob os braços. Para o trabalho, a jornada, o batuque, leva o filho às costas. Nas horas esgotantes da dança desregrada, entre estridores de tambores e gritos, ao clarão brutal das fogueiras, agitada das convulsões frenéticas do batuque, a negra acompanha-se do filho.

Ninguém vigia, aconselha ou educa as crianças negras. Criados sem ternura, não teem jogos, brinquedos, ou distrações. Como pequenos animais domésticos, retoçam nos terreiros. Os garotitos negros são magros, miseráveis, ariscos, gritantes, pinchões. Não teem encanto.

Rapazes e raparigas vivem em casas separadas, e entre irmãos e irmãs não há convivência.

O amor livre integra-se na moral, e a maternidade da rapariga solteira não a prejudica. O amor, engrandecido de ternura e exclusivismo, é episódio esporádico. Como a loucura. Como o albinismo. Como a felicidade.

Escolhem a esposa entre as mulheres celebradas pela predilecção dos outros homens. Depois de casada, esta mulher selvagem e livre, aceita e cumpre o dever de ter filhos só dum homem. Parece residir no culto dos antepassados a base do respeito pelo compromisso da fidelidade feminina.

Cada mulher vive em casa separada, com seus filhos. A primeira mulher tem supremacia de direitos e mando. O marido casa-se tantas vezes quantas seus tesoiros puderem pagar. Nem sempre a mulher aceita com agrado o novo casamento do marido, por vezes sente-se lesada e revolta-se. Entre elas, por ciúmes, intrigas e feitiços, batem-se as esposas negras.

O trabalho dos campos é dividido por tôdas. O adultério da mulher pode ser causa de divórcio, mas mais freqüentemente é remido pela multa que paga o cúmplice. Novo casamento do marido, adultério da mulher, sevícias graves, incompatibilidades de gênios, esterilidade, feitiçaria, são causas legais de divórcio. Os bens que trouxe do lar paterno e os filhos, quer sejam havidos antes ou na constância do casamento, pertencem à mulher, e consigo os leva quando se divorcia.

A negra que diz a outra: porque olhaste tu para meu marido? Não há mais homens? E' êle o único? parece que tem alma branca.

Creem na imortalidade da alma e na metempsicose. Esperam que as almas dos justos reïncarvem em corpos destinados à felicidade e à riqueza. Têm as almas penadas que pretendem reïncarvar. Dizem que sentem as almas penadas ocuparem as casas e fazerem malefícios. Tôda a existência material e espiritual dos negros é dominada pelo terror dos fantasmas, e conduzida por directrizes que se embebem de superstições emanadas do mistério e do túmulo.

Julgam que tôdas as mortes são causadas por feitiçaria e não admitem o cansaço e esgotamento orgânicos.

O cadáver fica estendido, vestido com os enfeites melhores e rodeado dos amigos. Choram-no e discutem, tentando saber quem foi o feiticeiro que causou a morte. As mulheres desfiguram a cara, com óleo e carvão. Como última homenagem, as mulheres dormem a derradeira noite junto do corpo do marido.

Abrem a cova, redonda e funda. O corpo fica sentado num escabêlo, com os pés numa esteira.

Ao lado do túmulo açoitam o filho mais novo, para que o abandone o espírito da mãe ou pai.

Na noite do enterro tôda a família dorme na aldeia do morto. Durante 15 dias se reúnem para os batuques e festins rituais do funeral.

Os banquetes funerários dos negros teem o significado horrível de repartir pela tribo a alma dos mortos, e com a carne que em comun consomem, parece perpétuar-se a recordação dos usos antropófagos dos remotos tempos do género humano, em que se sepultavam os cadáveres no estômago fraterno das gentes da mesma raça!

Maria Archer

O COMÉRCIO EXTERIOR ESPECIAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

POR PAISES E NO DECORRER
DO QÜINQUÊNIO 1927 - 1931



POR F. RIBEIRO SALGADO

OFICIAL DO EXERCÍCIO, COMERCIALISTA,

ANTIGO ASSISTENTE DO INSTITUTO SUPERIOR DE COMÉRCIO DO PÓRTO

(ESPECIAL)



colaboração estatística que tive a honra de prestar como anexo, à tese apresentada pelo ilustre Professor Sr. Dr. Marques Guedes, ao Congresso do intercâmbio comercial com as Colónias, realizado durante a Exposição Colonial do Pôrto, vou destacar alguns diversos quadros estatísticos, que constituem outros tantos assuntos demonstrativos da expansão comercial do Império Português — Metrópole e Províncias ultramarinas.

Representa êsse trabalho estatístico uma modesta participação do seu autor para o estudo dos problemas correlacionados com o comércio exterior do Império Português, nos seus variados aspectos.

Até ao presente momento os estudiosos têm limitado a sua actuação ao estudo, mais ou menos analítico no ponto de vista estatístico, do comércio exterior da Metrópole — conjunto das duas modalidades: comércio interno e comércio externo, ou internacional — ou ainda no de uma ou outra das diversas Províncias ultramarinas.

Com a apresentação dêsse trabalho estatístico (que representa um verdadeiro “ensaio” da “balança comercial”, e cujo enunciado se segue) pretendemos tornar êsses estudos extensivos ao conjunto da Metrópole e das Províncias ultramarinas, ou seja do IMPÉRIO PORTUGUÊS — como modernamente se convencionou denominar êste admirável e querido conjunto político-geográfico.

O “ensaio” a que nos abalçamos obedece ao seguinte esquêma, representado pelos seguintes quadros estatísticos:

a) O COMÉRCIO EXTERIOR DO IMPÉRIO PORTUGUÊS, POR PAÍSES

Quadro n.º 1 — A avaliação do comércio exterior do Império Português, no quinquênio 1927/1931, excluídos os valores monetários e fiduciários.

Quadro n.º 2 — O comércio interno do Império Português, no quinquênio 1927/1931, avaliado segundo as estatísticas metropolitana e ultramarinas.

Quadro n.º 3 — O comércio externo, ou internacional, do Império Português, no decorrer do quinquênio 1927/1931, por países de destino e de procedência.

Quadro n.º 4 — A avaliação do comércio exterior do Império Colonial Português, no decorrer do quinquênio 1927/1931, por países de destino e de procedência e por colónias exportadoras e importadoras.

Quadro n.º 5 — O comércio exterior especial do Império Colonial Português, no decorrer do decênio 1924/1933, incluindo os valores monetários e fiduciários, expressos nas moedas de cada uma das Províncias ultramarinas exportadoras e importadoras.

b) O COMÉRCIO EXTERIOR DO IMPÉRIO PORTUGUÊS, POR PRODUTOS

Quadro n.º 6 — A cooperação intra-imperial — Metrópole e Ultramar — em relação à exportação dos principais produtos do Império Colonial Português, no quinquênio 1927/1931, conforme as estatísticas metropolitana e ultramarinas.

Quadro n.º 7 — A importação nas Províncias ultramarinas africanas dos principais produtos em que se exerce a concorrência estrangeira quanto à exportação metropolitana para as mesmas, nos anos de 1928, 1931, 1932 e 1933.

Quadro n.º 8 — Como se exerceu a concorrência estrangeira, através da reexportação metropolitana, em relação a alguns dos mais valiosos produtos da exportação metropolitana para as Províncias ultramarinas, nos anos de 1928, 1931, 1932 e 1933.

Quadro n.º 9 — A exportação ultramarina para os seus mercados externos de alguns dos mais importantes produtos, em conjugação com a reexportação efectuada pela Metrópole para os mesmos mercados.

Quadro n.º 10 — Os números-índices das quantidades importadas pela Metrópole para seu consumo,

dos produtos homólogos dos exportados pelo Império Colonial Português, no decorrer do período 1927/1933.

Quadro n. 11 — Os números-índices respeitantes aos produtos que constituem o grosso da exportação ultramarina para os seus mercados externos, incluindo a reexportação efectuada pela Metrópole, no decorrer do quinquénio 1927/1928.

Dada a desmesurada amplitude da maior parte dos quadros estatísticos que compõem a alínea b) limitar-nos-emos a publicar nesta patriótica REVISTA os quadros 1 a 5, ou sejam os componentes dos assuntos versados na alínea a).

O presente artigo versará os assuntos referentes ao quadro n.º 1. No artigo imediato versaremos os respeitantes aos quadros 2 e 3 e, finalmente, no 3.º e último artigo se versarão os assuntos que constam dos quadros 4 e 5.

As simples notas-explicativas que acompanham cada um dos 5 mapas estatísticos a publicar visam, unicamente, a guiar o leitor por entre as densas florestas dos números componentes dos mesmos quadros.

* * *

1 — A AVALIAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO IMPÉRIO PORTUGUÊS, NO QUINQUÉNIO 1927/1931, EXCLUÍDOS OS VALORES MONETÁRIOS E FIDUCIÁRIOS (ANOTAÇÕES ESTATÍSTICAS)

O comércio exterior, especial, do Império Português — como já dissemos — é constituído por dois grandes agrupamentos: o comércio interno, ou intra-imperial e o comércio externo, ou internacional, conforme os mesmos são saldados em moeda nacional ou em moedas estrangeiras.

O 1.º agrupamento é constituído por duas modalidades, correspondentes à orientação do comércio interno: metropolo-ultramarino e inter-ultramarino. O 2.º agrupamento idênticamente se decompõe em: metropolitano-internacional e ultramarino-internacional. Essas 4 modalidades são constituídas em conformidade com as respectivas anotações constantes do quadro estatístico que estamos anotando.

* * *

Para se poder contabilizar convenientemente, digamos assim, o comércio exterior especial do Império Português — ou seja, evidentemente, o realizado

E' na desgraça que se retempera o carácter. Ai daquêlê que sucumbe na desgraça. Alma fraca que só atrái desprezo ou piedade.

Ai daquêlê que acompanha, vitoriando-o, o sol que nasce, sobe, corre, para o apedrejar, depois, no ocaso. E' uma alma de lama. Só quando o sol mergulha no oceano se lembra de que havia nêlê manchas escuras. Enquanto brilhou no seu auge só lhe viu resplendores, cintilações, deslumbrantes claridades. São os pretextos de que Pauchet nos fala. Pretextos hipócritas, que os há sinceros. Há quem desanime por fraqueza nativa, que uma educação bem cuidada não soube vencer. E há quem desanime por interesse. Os primeiros são dignos de lástima. Mas os segundos são dignos duma penitenciária.

HOMEM CRISTO

através das alfândegas metropolitanas e ultramarinas — e para avaliarmos a modalidade constituída pelo comércio efectuado entre a Metrópole e as Províncias ultramarinas, lançamos mão, de preferência, das estatísticas metropolitanas, por estas nos destringerem o comércio da reexportação de e para o Ultramar, daquêlê que entrou no consumo da Metrópole, como se verificará oportunamente pela análise do Quadro n. 2.

É certo que procedendo desta maneira, e sendo os valores do comércio da exportação imperial avaliados como FOB, há uma quota-parte que, na realidade, virá afectada do valor CIF, por corresponder à importação de uma das partes consideradas — o Ultramar. Mas também é certo que, inversamente, na importação imperial há uma quota-parte cujo valor é cotado FOB por corresponder à Metrópole. Na prática, as diferenças de valores CIF — FOB contrabalançam-se, ou neutralizam-se, pelo que as poderemos desprezar nos cálculos necessários à contabilização, ou avaliação, do comércio exterior especial do Império Português — que tentamos realizar, com as reservas estatísticas que a prática requêre.

* * *

Postas estas observações preliminares, como absolutamente necessárias, estamos habilitados a avaliar com a possível exactidão estatística, o grau de participação das Províncias ultramarinas nas diversas modalidades em que se decompõe o comércio exterior especial do Império Português.

No decorrer do quinquénio a que se reportam as estatísticas aduaneiras ultramarinas totalmente publicadas, 1927/1931 — período caracterizado pela estabilidade monetária, profundamente alterada no seu último trimestre, Setembro de 1931, pelo abandono do padrão-ouro por parte da Inglaterra, facto êste de repercussão mundial — verifica-se que ao comércio interno ou intra-imperial, correspondeu às percentagens de 7,70 quanto às exportações e a de 6,55 quanto à importação pelo que, idênticamente, ao comércio externo ou internacional, correponderam as percentagens de 92,30 e 93,45 %. Mais se verifica que as Províncias ultramarinas contribuem com mais elevadas percentagens em relação às exportações que ao conjunto das importações, no qual a posição da Metrópole é mais saliente, dada a sua mais elevada capacidade de consumo.

Igualmente se verifica que a Metrópole compra — entrando em linha de conta com as necessárias rectificações — muito mais às Províncias ultramarinas do que lhes vende, ao contrário do que se poderá deduzir da análise superficial das suas estatísticas aduaneiras, pelo facto destas não poderem indicar o destino e o valor da reexportação efectuada por intermédio da Metrópole. Êste facto exemplifica a nota-explicativa antecedente.

* * *

Outras anotações merecia a rápida análise do quadro que êste artigo acompanha, mas as suas diversas observações, do mesmo constantes, suprimem as deficiências nesse sentido, e não alongam mais êste artigo.

Colaboração para os próximos números:

- IMAGEM-FORÇA**, pelo Dr. FIDELINO DE FIGUEIREDO
O ESPÍRITO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA, pelo PROF. GASTÃO SOUSA DIAS
- COLONOS PORTUGUESES — COLONOS DE ANGOLA**, pelo Dr. MÁRIO GONÇALVES VIANA
- COLONIZAR**, pelo MAJOR J. J. NASCIMENTO MOURA
HISTÓRIA MILITAR E POLITICA DOS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE, pelo C.^{el} E. AZAMBUJA MARTINS
- AS CAUSAS DAS NAVEGAÇÕES**, por CARLOS COIMBRA
ATRAVÉS DA AFRICA EQUATORIAL FRANCESA, por NORBERTO GONZAGA
- ORGANISMOS ANGOLANOS**, por ANTÓNIO AUGUSTO DIAS
OS GRANDES DA PÁTRIA, por ERNESTO CORREIA DE MATOS
ESTRADAS — CAMINHOS DE FERRO EM ANGOLA, pelo DR. LUÍS DA FONSECA
- O TERCEIRO IMPÉRIO**, pelo Dr. ARMANDO MARQUES GUEDES
- CONGRESSO MILITAR COLONIAL**, pelo C.^{el} H. PIRES MONTEIRO
- DIU E OS SEUS MEMORÁVEIS CÊRCOS**, pelo T.^{te} MANUEL ANTÓNIO FERREIRA
- OS HOMENS DOS BOSQUES**, por D. MARIA ARCHER
O RAJAH DOS CABELOS DE OIRO, pelo T.^{te} MANUEL ANTÓNIO FERREIRA
- VIDA INDÍGENA EM ANGOLA**, pelo T.^{te} IVO B. CERQUEIRA
DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE MOÇAMBIQUE, pelo Dr. MARCIAL PIMENTEL ERMITÃO
- COLONIZAÇÃO POR SOLDADOS E CONDENADOS EUROPEUS**, pelo C.^{el} GENÍPRO DE EÇA E ALMEIDA
- CARBURANTES — LUBRIFICANTES**, pelo CAPITÃO JAIME REBELO HESPAÑHA
- METAIS**, pelo CAPITÃO JAIME REBELO HESPAÑHA
BOLAMA, pelo T.^{te} ANTÓNIO OLIVEIRA
- A REFORMA DA HISTÓRIA PÁTRIA**, pelo Dr. MARIO GONÇALVES VIANA
- SUBSIDIÁRIO ETNOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE ANGOLA**, por D. JOÃO EVANGELISTA, Arcebispo de Ossirineo
- O IMPÉRIO E A JUVENTUDE**, pelo Dr. F. ALVES DE AZEVEDO
- O ÜCHI**, por ANTÓNIO GOMES VEIGA
- O ESTADO NOVO PORTUGUÊS**, pelo Dr. ANTÓNIO VIEIRA LISBOA
- NÓTULAS SÔBRE O ADIANTAMENTO DO ESTUDO DA ARQUEOLOGIA NA ÁFRICA DO SUL**, pelo G.^{al} J. J. TEIXEIRA BOTELHO
- O PROBLEMA SOCIAL DAS COLÓNIAS RESOLVIDO NO ESTADO ORGÂNICO**, por PINTO DE MAGALHÃES
- ASCETISMO INDIANO**, pelo Dr. ANTÓNIO MARIA DA CUNHA
EXORTAÇÃO, pelo ALFERES VICENTE VARELA SOARES

Canhenho Bibliográfico

Capitão Gastão Souza Dias — **RELAÇÕES DE ANGOLA** — Imprensa da Universidade — Coimbra — 1934.

Tenente Armando Pinto Correia — **GENTIO DE TIMOR** — Edição do autor — Lisboa — 1935.

General J. J. Teixeira Botelho — **HISTÓRIA MILITAR E POLITICA DOS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE** — *Da descoberta a 1833* — Edição do Governô Geral de Moçambique — Lisboa — 1934.

Cornel Alfredo de Albuquerque Felner — **ANGOLA** — *Apontamentos sôbre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela* — Imprensa da Universidade, Coimbra — 1933

Tenente Mário Costa — **CARTAS DE MOÇAMBIQUE** — *De tudo um pouco* — Edição do autor — Lisboa — 1934.

Dr. António Pacheco — **CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA FEBRE BILIOSA HOMOGLOBINÚRICA** — (*Sintomatologia, Etiologia e Patogenia, Diagnóstico e Prognóstico, Profilaxia e Tratamento*) — Edição do autor — Lisboa — 1934.

Dr. António Pacheco — **PALUDISMO PERNICIOSO** — (*Notas Clínicas, Terapêuticas, Profiláticas e Laboratoriais*) — Edição do autor — Lisboa — 1935.

Rachel Bastos — **ANA DE CASTRO OSORIO, mulher** — Edição da autora — Lisboa — 1935.

Colônia de Angola — **LEIS ORGÂNICAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS** — Imprensa Nacional — Luanda — 1935.

Dr. J. Benedito Gomes — **O ESPÍRITO HUMANO NA HISTÓRIA** — (*Oração de Sapiência proferida na sessão solene de abertura do Liceu N. Central de Nova Goa no dia 2 de Julho de 1934*) — Editor Dattarama Vamona Naique — Nova Goa — 1934.

Lowraço Tavares — **GRAMÁTICA KIKONGO** — (*Dialecto Kisolongo*) — (2.^a Edição) — Imprensa Nacional de Angola — 1934.

Dr. Mendes Corrêa — **CARIOCAS E PAULISTAS** — *Impressões do Brasil* — Edição de Fernando Machado & C.^a Ltd.^a — Pôrto — 1935.

FARMACIA E DROGARIA UNIÃO

M. S. Cardoso & C.^{ia} L.^{da}

Praça Tiradentes, 15 — RIO DE JANEIRO — Tel. 22-1567



Aviamento de receituário com o máximo escrupulo e brevidade.

Especialidades farmaceuticas e perfumarias finas nacionais e estrangeiras.

R E V I S T A S

Recebemos e agradecemos:

De LISBOA :

O MUNDO PORTUGUÊS

PORTUGAL COLONIAL

BOLETIM DA AGENCIA GERAL
DAS COLÓNIAS

DIOGO CÃO

BOLETIM DA ADMINISTRAÇÃO
MILITAR

REVISTA PORTUGUESA DE CO-
MUNICAÇÕES

REVISTA PORTUGUESA DE IM-
PORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E
TURISMO

ILUSTRAÇÃO COLONIAL

ÁLBUM DAS COLÓNIAS PORTU-
GUESAS

ÁFRICA MÉDICA

REVISTA MILITAR

De LOURENÇO MARQUES :

MOÇAMBIQUE — (*Documen-
tário Trimestral*)

BOLETIM AGRÍCOLA E PECUÁRIO

De COIMBRA :

A TERRA

De FRAIÃO :

MISSÕES DE ANGOLA E CONGO

Do PORTO :

REVISTA DE CONTABILIDADE E
COMÉRCIO

Do RIO DE JANEIRO :

SINO AZUL

BRASIL-POLÓNIA

REVISTA DA CÂMARA PORTU-
GUESA DE COMÉRCIO

De HAVANA :

REVISTA CUBANA

UNIVERSIDAD DE LA HABANA

De SÃO PAULO :

REVISTA DA SOCIEDADE RURAL
BRASILEIRA

INTELIGÊNCIA

De BUENOS AYRES :

REVISTA GEOGRÁFICA AMERI-
CANA

De ROSÁRIO :

REVISTA DE INSTRUCCION PU-
BLICA

De NOVA GOA :

BOLETIM DO INSTITUTO VASCO
DA GAMA

O ORIENTE PORTUGUÊS

De LIMA :

BOLETIN BIBLIOGRÁFICO DE LA
UNIVERSIDAD MAYOR DE
SAN MARCOS

De ASSUNÇÃO :

REVISTA DE DIRECHO Y CIEN-
CIAS SOCIALES



CAFÉ PAULISTA
TORREFAÇÃO E MOAGEM
Soares Pinheiro & Comp.
RUA DA CONSTITUIÇÃO 23A - Telef. 2.0836
RIO DE JANEIRO

**TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA**

Leram:

Relações de Angola

por Gastão Sousa Dias

Cartas de Moçambique

por Mário Costa

Se V. S. Pensa no Futuro... Procure o LAR BRASILEIRO

Associação de crédito Hipotecário — Empréstimos — Depósito a prazo fixo ou não

LAR BRASILEIRO

Vos ajudará porque é uma gigantesca potência económi-
ca, formidável potência moral de trabalho e de virtudes.

Séde: Rua do Ouvidor, 90 — Fone 23-1825 — RIO DE JANEIRO

A avaliação do comércio exterior do Império Português, no quinquênio 1927 - 1931, excluídos os valores monetários e fiduciários

DESIGNAÇÃO DAS DIVERSAS MODALIDADES DO COMÉRCIO EXTERIOR DO IMPÉRIO PORTUGUÊS	Valores expressos em contos				Valores convertidos em £ ouro				
	Totais F. O. B. da export. (a)	Totais C. I. F. da importação	Percentagens corresp.		Totais F. O. B. da export. (a)	Totais C. I. F. da importação	Percentagens corresp.		
			Exp.	Imp.			Exp.	Imp.	
Interno, ou intra-imperial (I)	Metropolitano-ultramarino (1) ..	(b) 517.770	(b) 955.910	6,65	5,61	4.774.623	8.812.025	6,65	5,60
	Inter-ultramarino (2)	(c) 81.707	(c) 160.415	1,05	0,94	753.158	1.479.416	1,05	0,94
	Totais quinquêniais	599.477	1.116.325	7,70	6,55	5.527.781	10.291.441	7,70	6,54
Externo, ou internacional (II)	Metropolitano-internacional (3)	4.064.449	10.993.167	52,19	64,49	37.471.840	101.388.797	52,19	64,50
	Ultramarino-internacional (4) ..	3.123.220	4.936.535	40,11	28,96	28.797.223	45.519.203	40,11	28,96
	Totais quinquêniais	7.187.669	15.929.702	92,45	93,45	66.269.063	146.908.000	92,30	93,46
Exterior, ou imperial	Totais gerais para o quinquênio	(d) 7.787.146	17.046.027	100,00	100,00	71.796.844	157.199.441	100,00	100,00
	Medias anuais	1.557.429	3.409.205	—	—	14.359.369	31.439.888	—	—

OBSERVAÇÕES—(1) Compreende a exportação nacional e nacionalizada para as colónias e a importação para consumo da Metrópole oriunda das Colónias, segundo a estatística comercial metropolitana.

(2) Compreende as permutas efectuadas directamente pelas Colónias entre si, segundo as estatísticas aduaneiras ultramarinas.

(3) Compreende a exportação nacional e nacionalizada para os países estrangeiros e a importação para consumo da Metrópole oriunda dos mesmos países.

(4) Compreende a exportação nacional e nacionalizada para os países estrangeiros adicionada da reexportação ultramarina efectuada pela Metrópole, bem como a importação para o consumo das Colónias.

(a) Os diversos totais respeitantes à exportação são passíveis da aplicação dos coeficientes de menor valia (ou sonegação de valores), calculados, à priori, em 50 % para a exportação metropolitana e em 30 % para a exportação ultramarina.

(b) Para a avaliação desta modalidade do comércio exterior adoptaram-se os valores constantes da estatística comercial metropolitana pelo facto de a mesma distinguir os valores correspondentes à reexportação de e para o ultramar, facto esse que não sucede em relação à maioria das estatísticas aduaneiras ultramarinas.

(c) A enorme disparidade que se nota na comparação entre os totais da exportação (81.707 contos) e os da importação (160.415 contos) explica-se, especialmente, pela circunstância do total correspondente à importação ser já acrescida das diversas alcavalas que constituem a diferença entre os valores F. O. B. da export. e C. I. B. da importação; e o total da exportação ser passível da aplicação do respectivo coeficiente de menor-valia, ou sonegação de valores.

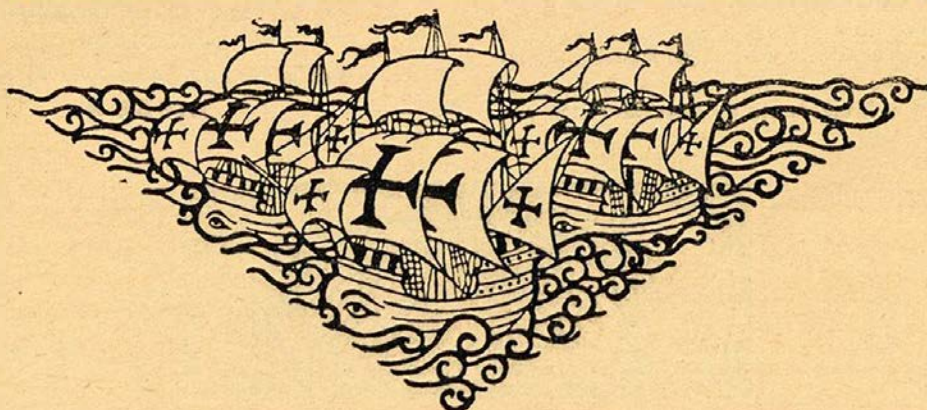
(d) Para a avaliação, tanto quanto possível exacta, da Balança Comercial do Império Português, ao total estatisticamente averiguado da exportação imperial (7.787.146 contos) é mister adicionar ao mesmo o montante correspondente à aplicação dos já mencionados coeficientes de correcção — 50 % para a exportação metropolitana e 30 % para a ultramarina. O total assim calculado, de 11.039.732 contos (valor F.O.B.) corresponderá a 64,76 % dos 17.046.027 contos (valor C.I.F.) estatisticamente averiguado como sendo o correspondente à importação imperial.

(I) O desenvolvimento estatístico deste agrupamento consta do quadro estatístico n.º 2.

(II) O desenvolvimento estatístico deste agrupamento consta do quadro estatístico n.º 3 e 4 (partes iniciais da exportação e da importação).

Lisboa — 1935

Pilheiro Sáez





DEPOIMENTOS

Do Sr. Encarregado de Negócios da *União Sul-Africana*, em Lisboa, aos Jornaes :

— Sinto-me « como em casa », isto é, no meu país. Lá como cá, o ceu é sempre luminoso. Há três meses que não via um sol assim e por isso me encheu de alegria vir encontrá-lo aqui.

Entramos agora pròpriamente no assunto da representação diplomática que o traz ao nosso País.

— Devo declarar-lhe, antes de mais nada — diz-nos — que a organização desta legação é a que até hoje maior interesse me tem despertado.

Difícilmente se compreende que só agora se estabeleçam estreitas relações diplomáticas entre os nossos dois países. Há muito que elas deviam já existir. Basta dizer que Portugal é o único país de continente europeu que tem fronteiras com a *União Sul-Africana* em Angola e Moçambique.

— Há também os motivos de ordem histórica...

— Sim. A nossa História está mais intimamente ligada à de Portugal que à de qualquer outra Nação do Mundo, incluindo mesmo a Inglaterra. Nenhum sul-africano ignora o que foram as navegações dos portugueses e a influência que tiveram nos destinos da nossa terra. Não esquecemos que o nome de *Cape of Good Hope*, com que hoje designamos a extremidade meridional do continente africano, é a tradução literal do de Cabo da Boa Esperança, com que D. João II o baptizou.

E, voltando às razões de ordem prática e diplomática, o Sr. Eric Louw continuou:

— Temos fronteiras comuns e, portanto, interesses ligados. Nesta ordem de idéas, esforçar-me-ei por estabelecer entre os nossos dois países uma íntima colaboração diplomática de que resultarão um melhor entendimento e vantagens comuns. Peço-lhe, por isso, que torne público que a criação da legação sul-africana em Lisboa não significa uma simples cortesia do meu Governo, mas sim o firme desejo de estreitar relações.

Da *Biblioteca Pública* dos Territórios de Monica e Sofala :

Beira, 6 de Maio de 1935.

Senhores Directores da *SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO*.

Senhores

Junto envio a VV. um bilhete recebido a coberto do *BOLETIM* n.º 10 e 11 dessa prestimosa Sociedade, onde acuso a sua recepção.

Dizer-vos o que representa para os leitores desta Biblioteca, a sua agradável e instrutiva leitura, é tarefa inútil. Por outras vias e de outras procedências, terão decerto VV. recebido palavras de agradecimento e louvor, que decerto vos terão servido de incentivo para que continuem prestando à nossa Pátria e suas Colónias o alto serviço da sua propaganda, tornando conhecidas, dos numerosos leitores do vosso Boletim, as suas belezas e o seu incalculável valor.

Embora pois, se me afigure humilde a minha voz no meio do côro de louvores levantado em volta da vossa patriótica iniciativa, eu não quero deixar de a elevar também, confessando-me em nome dos leitores desta Biblioteca, devedor, pelo muito que, como portugueses, vos devemos.

Endereço-vos pois as minhas sinceras felicitações pela grande obra realizada, e, fazendo votos pelas crescentes prosperidades da vossa prestimosa e patriótica Sociedade, subscrevo-me de VV.

Mtt.º Att.º Vor. e Obg.º

(a) *F. Pereira Gens* — Bibliotecário

PROCURADORIA CIVIL E FISCAL

A. Chaves de Almeida

ADVOGADO

Praça D. João da Camara, 11-2.º

LISBOA





TERRAS

DE

GAZA

O Vale do Limpopo

POR DELFIM COSTA

ANTIGO DEPUTADO

ALTO FUNCIONÁRIO DO MINISTERIO DAS COLÓNIAS

(ESPECIAL)



ALAR de Moçambique é tarefa relativamente facilitada, se levarmos em conta, que basta enumerar as suas riquezas e descrever a importante obra de colonização, que o esforço português ali já levou a efeito, e que constitui um monumento grandioso que nos impõe e honra perante o mundo inteiro.

Dificilmente a Província é visitada por estrangeiros de boa fé e espírito justiceiro, sem que às qualidades de energia e à inteligência dos portugueses, seja prestado o devido culto.

Poderíamos citar nomes notáveis, cujas desinteressadas e verdadeiras afirmações, nos defendem eficazmente de certa corrente de aventureiros que, com fins inconfessáveis, em tempos pretenderam denegrir a nossa acção.

Vem a propósito fazer referência à perspectiva que se nos apresenta, de mais uma valiosa obra de fomento, cuja efectivação deve em breve ser um facto.

E porque se trata da solução dum problema, cuja realização interessa a todos os portugueses e principalmente àquêles que de terras de Portugal, habituados à labuta da terra, para êsse país irmão partiram, em busca de trabalho e em satisfação do seu tradicional espírito de aventura, eu desejo neste arrazoado fazer-lhe especial referência.

Trata-se do famoso Vale do Limpopo, manancial riquíssimo no seu estado primitivo, que T. R. Sim, agrónomo do Govêrno do Natal, num seu relatório descreveu com as seguintes palavras, “nenhum outro existe na África do Sul que melhor se preste para a cultura da cana sacarina em grande escala, e onde sejam tão abundantes as facilidades para a preparação do terreno, cultura, colheita e fabrico de açúcar”.

E' a terra de que António Ennes, o eminente estadista e colonial, diz no relatório da campanha de Gaza, “esta teria valido a pena fazê-la como negócio, se não tivesse sido preciso fazê-la como desafronta”.

*

Já lá vão mais de vinte anos, depois que aos meus olhos foi dado vêr pela primeira vez, a majestosa grandeza do Vale do Limpopo!

Emigrado como muitos de vós, das serranias de Trás-os-Montes, aonde as planícies são curtas e os vales mesquinhos, ainda assim repartidos em leiras e hortas, pedaços de terra de onde êsse povo sofredor, trabalhando de sol a sol, arranca à custa de bagas de suor o pão de cada dia, senti bem a impressão do deslumbramento, ao espalhar a vista pela imensidade dessa seára de capim, que se estende por milhares de hectares, alimentados pela seiva fertilizante dêsse soberbo nateiro.

Percorri depois, então ainda em traquitana tirada a vagarosas muares, essa imensidão que vai de Inhampura ao Pafuri, e senti pela primeira vez a impressão de ser cidadão de um grande País.

Pensei que uma Nação que possuía tal riqueza, não tinha o direito de manter na miséria essa população rural da minha terra, que vivia dum pedaço de centeio negro e dum caldo de couves, quantas vezes sem azeite.

A' medida que fui fazendo a aprendizagem do meio, procurei entrar no problema que os pioneiros, por certo já tinham estudado, e quis saber a razão daquêle abandono, quando caminhavam para as terras de Santa Cruz, tantos milhares de portugueses.

Mais ainda, quando mandávamos para o definhante e perigoso trabalho das minas do Rand, cêrca de cento e cinqüenta mil indígenas da própria região, que podiam ganhar a vida no sadio trabalho agrícola da sua própria terra!

Porque, por suprema felicidade, a natureza que foi pródiga connôco, deu-nos simultâneamente o que negou a tantos outros, ou seja o potencial de trabalho que representa uma formidável reserva de mão de obra, que outros países importam através de custosos dispêndios.

Nem o exemplo nos faltava, porque sem necessidade de recorrer ao Egipto, ao Ceilão ou à India, nós temos aqui à porta a vizinha África do Sul irrigando as suas terras e valorizando a sua posição agrícola, cuja resistência é com certeza superior à das suas minas de ouro.

Quer dizer, faltava-nos apenas a iniciativa, porque nem pode dizer-se que o dinheiro nos faltasse, desde que a Província de Moçambique, tinha e tem um orçamento equilibrado, com receitas crescentes que já sobem a cêrca de 330 mil contos, e ao contrário do que sucede a quási todos os países Sul Africanos, não pesando sôbre as suas finanças, o ónus proveniente de qualquer empréstimo.

Tinha portanto a Província capacidade para obter do seu país, sem recorrer a possibilidades capitalistas estrangeiros, o milhão e meio de libras necessário, para pôr em marcha o problema do seu cultivo, ou seja o trabalho indispensável à sua irrigação e drenagem.

Como justificação dessa operação de crédito, apresenta-se a necessidade de dar trabalho aos nossos indígenas, emancipando inadiavelmente o Sul do Save, do flagelo torturante que sofre há tantos anos, dando aos outros mão de obra e continuando incultas as nossas terras.

Como fiador, além das opiniões apresentadas pelos técnicos e pelos economistas, a vontade nacional, que sente a necessidade de vêr exploradas a suas riquezas, para benefício de todos e grandeza da Pátria.

Formidável problema o da criação de vida própria ao Sul do Save, fazendo a independência económica da Província

Há mais de trinta anos que gritamos todos, que é necessário sair do circulo vicioso a que nos força a necessidade de exportar mão de obra, porque sem as receitas de aĩ derivadas, a vida da Província seria deficitária.

Isso significa que a emigração é um mal unânimemente reconhecido, mas no entanto necessário, enquanto não tivermos aonde empregar os braços daquela população indígena a quem soubemos criar necessidades.

Nêste decorrer aparece um administrador, que cortando com os hábitos da velha rotina, deu início a uma política de hidráulica agrícola, mandando elaborar o estudo da "Rega e Drenagem do Vale do Limpopo", trabalho valioso do eminente engenheiro português Snr. Trigo de Moraes, honra da sua classe.

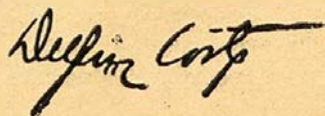
Estava dado o primeiro passo para uma política de fomento agrícola e conseqüentemente de emancipação económica, que habilitará Moçambique a ditar convenções, sem receio de imposições, que já por vezes houve necessidade de repelir em nome da nossa altivez.

Pensou-se no problema agrícola do Vale do Umbeluzi, e nessa altura estranhámos que se não começasse pelo Limpopo, cujos estudos estavam elaborados, apenas por esta razão, porquanto desejamos que tôdas as regiões que apresentem possibilidades sejam trabalhadas.

Vai agora levar-se à pratica, resolvendo-se definitivamente êsse problema vital, transformando o projecto da obra grandiosa, em autêntica realidade, fazendo dum deserto o futuro celeiro da África Austral!

Não regateará êste País louvores a essa iniciativa enérgica e inteligente, que sempre mereceu a atenção de quantos a Moçambique votam sinceramente o seu carinho.

E porque a obra de colonização nacional, tanto interessa aos portugueses do Brasil, que dela vêm fazendo brilhante propaganda, aqui referimos com alegria a próxima efectivação de mais um valioso trabalho.



A VIDA INDÍGENA EM ANGOLA

PRIMEIRA PARTE

CAPITULO II

A FAMÍLIA SOB O PONTO DE VISTA SOCIAL CASAMENTO — POLIGAMA — POLIANDRIA DIREITOS DO TIO MATERNO

PELO TENENTE IVO BENJAMIM CERQUEIRA

ANTIGO DIRECTOR DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS DE ANGOLA

(ESPECIAL.)



família gentílica, de uma maneira geral compõe-se dos seguintes membros:

1.º — Chefe { “Epata” — “Sê-
cúlo” etc. sob o
ponto de vista so-
cial. — “Táta”

(pai) tratamento familiar, por antonomásia.

2.º — Sua mãe.

3.º — Seus irmãos uterinos.

4.º — Seus sobrinhos, filhos das irmãs uterinas.

5.º — Seus primos, filhos das irmãs uterinas da mãe.

Os filhos de um indivíduo pertencem à família da mulher que os deu à luz. Emquanto pequenos, o pai os irá sustentando. Quando adultos, fixarão residência, na aldeia da mãe sob a tutela dos tios maternos, de quem devem herdar o vínculo e os haveres.

O pai não tem, de resto, autoridade alguma, sobre os filhos, podendo, quando muito, repreendê-los, quando cometem pequenas faltas. Em caso de delitos graves ou mesmo de danos, que devam ser reparados, é por êles responsável o tio materno, que castigará os delinquentes, conforme as circunstâncias.

Antigamente, os tios dispunham dos sobrinhos, quer vendendo-os como escravos, quer recolhendo o produto do seu trabalho. O pai, perante as desobediências e delitos dos filhos, limita-se, ainda hoje, a queixar-se aos tios maternos, a quem os entrega para punição: — “São malandros — dizem êles — ninguém aqui no povo os pode suportar... agüentem-se Vocês com êles porque são do vosso sangue”.

A constituição da família não resulta, pois, do casamento, entre êstes polígamos, porquan-

to o indivíduo que casa não constitue uma nova família: é a mulher quem, concebendo, perpétua a família de que provém.

Dêste modo, o casamento gentílico toma a feição dum contrato, não realizado entre *dois indivíduos de sexo diferente*, mas entre duas comunidades familiares. Assim, dum lado, a família da mulher entrega esta ao casamento, para que se perpetue a família; por outro lado, a família do homem entrega àquela uma determinada importância em dinheiro ou gêneros que constitue o “alambamento” ⁽¹⁾ (“Columba” — “Montunha” etc.).

Bem ao contrário do que vulgarmente se pensa, essa quantia — o alambamento — não constitue o preço de uma *compra*. A mulher não funciona no contrato como “rês” sobre que êle recai, nem perde a mínima parcela da sua personalidade, pois que, entrando para o casal, conserva uma relativa independência e a mais completa separação de bens: se fizer lavras e conseguir celeiros bem providos a ela ficam pertencendo; se, enfim, receber maus tratos do marido, pode voltar para a sua aldeia e os seus tios restituirão, em certos casos, a quantia recebida, mantendo-se, no entanto, na posse de todos os haveres que tenha grangeado e devendo apenas restituir ao marido os presentes que dêle haja recebido.

Aquela quantia terá antes por objecto habilitar a família da mulher a obter, por sua vez, *uma outra* para um dos seus membros.

O marido contrai a obrigação de tratar bem a mulher, lhe dar panos e adôrnos, bem como aos filhos, até certa idade; a mulher tem

(1) — “Alambamento” — Aportuguesamento do termo “Nlemba”.

por dever — e nem sempre respeitado, vamos com Deus... — de ser fiel ao seu marido, reservando-lhe os seus favores de fêmea.

Quando um indivíduo chegou à idade de casar e tenha já feito a sua escolha, são os tios maternos quem, directamente ou por intermédio de amigos, se dirigem aos tios da mulher; e, depois de uma série de formalidades e praxes que variam em seu detalhe de região para região e que seria fastidioso indicar, resolve-se o assunto, não sem que os tios da noiva lhe hajam encarecido as boas qualidades, deprimindo quanto possível o noivo e sua família: — “E’ uma boa rapariga — dizem êles — séria e sossegadinha. Mal empregada!... Nós estimámo-la muito... vejam lá agora como a tratam. Vocês são capazes de lhe bater e de a caluniar!... Não importa: quando ela quiser que volte para nossa casa que vos restituiremos o “alambamento”. Há muito quem a queira... etc. etc.”. Os tios do noivo ouvem sorumbáticos todo êste arazoado e protestam que a mulher há-de ser muito bem tratada; que seu sobrinho é *uma joia* que lhe há-de dar panos, missangas, ajudá-la nas lavras e, sobretudo, dar-lhe muitos filhos para engrossar a família; e, por meias palavras e reticências, vão pondo em dúvida, quanto podem, a virgindade da noiva e a sua fidelidade futura: — “Que, quanto a isso, o futuro o dirá... Que êles, tios, não têm assim muita confiança... acham-lhe até mau aspecto; mas que enfim... como foi escolha do rapaz...”.

A importância do “alambamento” (“Columba” — “Montunha” etc. conforme a região), é realizada pelos tios maternos, contribuindo para ela, de diversos modos os outros membros da família. — Excepcionalmente o próprio noivo, tendo emigrado e grangeado um pecúlio próprio, a supre por inteiro; mas, em todos os casos, o casal é presenteado pela comunidade familiar, com alguma cabeça de gado e comidas para começo de vida, sendo, de resto, os tios quem trata do ajuste, tendo em vista os interesses familiares. Pode o homem obter desta forma outras mulheres; no entanto, a primeira (“Tembo-ia-h’umbo”, “Mene banda”, etc.), tem prerogativas especiais que mais se salientam entre os chefes, Sobas e Dembos. As restantes mulheres são como que amantes.

A primeira mulher habita a cubata do Chefe: é ela quem arrecada os seus bens móveis, quem lhe prepara a comida, quem dá

início às lavras e colheitas, não podendo ninguém, primeiro que ela, provar os frutos da novidade; e, finalmente, é ela a única que, depois de ter concebido — antes não —, tem direito a comer com o marido.

As restantes habitam cubatas próprias e têm os seus “arimos” (1) e celeiros em separado.

Tôdas elas vivem geralmente na melhor harmonia, guardando, porém, respeito à primeira e ajudando-se, mutuamente, nos seus trabalhos caseiros e agrícolas. Isto não quer dizer, porém, que uma vez ou outra, se não insultem, dirigindo-se as mais violentas e contundentes diatribes. No entanto, tudo isto se faz em ar de brincadeira, terminando sempre em bem. Parece até que, em certas ocasiões que não podemos determinar, tais insultos são de costume e constituem praxe.

As restantes mulheres tomam a designação genérica de “Ontua”, “Mubando”, “Kapita ka kama” etc.. Nos povos Dembos, entre os chefes, há distinção de nomes até à terceira mulher depois da primeira. Esta ordem, porém, não é a da seqüência cronológica da aquisição das mulheres, mas sim a da ordem por que vão concebendo, assim: A primeira mulher a conceber do Chefe é a “Mene Banda”, a segunda “Mene uhalá”, a terceira “Mécuri”, a quarta “Menessangue” e as outras, se as houver, genericamente, “Kapita ka kama”.

A primeira mulher na ordem cronológica é, geralmente, também a primeira na ordem social, visto que o casal, em regra, permanece monógamo dentro do primeiro ano, ou melhor, até ao nascimento do primeiro filho.

Se a mulher é esteril — e essa é uma razão de separação dos cônjuges —, restituirá à família dela a importância do “Columba” ou “alambamento”. No entanto, essa restituição raro se efectua, pois que, geralmente, acordam em substituir a estéril ou como tal havida, por uma sua irmã ou parente consangüínea, respeitando-se todavia a vontade desta.

A esterilidade é, “ab initio”, atribuída sempre à mulher; mas, dando-se o facto de as novas mulheres serem também improdutivas, passa a ser atribuída ao homem, não tendo nesse caso, a família dêste, direito a ser indenizada.

Entre os chefes, torna-se mais notável a distinção da primeira mulher, quando, em virtude de sucessão ou aclamação, o simples so-

(1) — “Arimos” — Lavras, sementeiras.

beta fôr elevado a Soba ou se de Soba passar a Dembo. Observam-se então certos ritos, dizendo respeito à mulher e parecendo significar a passagem de um estado social inferior para outro de maior privilégio, em que ela compartilha da melhoria da situação e dignidade do marido.

Porque será interessante sob êste ponto de vista, descreveremos em linhas gerais a cerimônia a que nos foi dado assistir: — Havia sido eleito Dembo um dos sobas mais conceituados da área e, dias depois, teve lugar a *investidura* da “Mene Banda”. No dia marcado, a primeira mulher veio para o terreiro, acompanhada por todos os macotas e vestida com o seu traje habitual. — Aí, o macota principal, coadjuvado por outros que a rodeavam, abrigando-a dos olhares indiscretos da turba que assistia à distância, vai tirando os panos, ao mesmo tempo que o feiticero oficial — “NGanga” — lhe vai traçando, vagarosamente, com um bocado de argila branca (Pemba), certos riscos no corpo; primeiro nos braços, partindo dos ombros, depois no dorso no sentido das omoplatas e, finalmente, na linha média, em tôda a extensão da espinha dorsal. Quando tudo está acabado, vêm as vestes oficiais do Dembo: o manto, a pele de onça (“Ingo”) e a boina de ráfia, que, respeitosamente, vão vestindo à mulher. Por fim, trazem o bastão, a tradicional bengala ferrada com punhos lavrados e embutidos metálicos, insígnia da dignidade e poder do chefe que é também entregue à investida. — Feito isto, senta-se a mulher na cadeira ou trono do Dembo e outro macota vem, solícito, estender-lhe aos pés um tapete de pele de leopardo. Então o macota principal adianta-se para a multidão e profere um discurso ou exortação, pouco mais ou menos com o seguinte sentido:

“Oh espíritos! Oh árvores, rios, animais! Tôda a gente dêstes povos; tudo, enfim, material e imaterial; atendei-me: — aqui está esta que era uma simples mulher (uma mulher qualquer) mas que, desde hoje, é a “Mene Banda” (primeira esposa) do Dembo. Ei-la vestida com os seus trajes, tendo na mão a sua bengala, etc. etc. Reconhecei-a vós numes e obedeci-lhe povos!”

Terminado êste discurso que nós aqui reduzimos, mas que levou a proferir uma boa meia hora, cada “sécúlo” vem com o seu povo executar diante da “Mene Banda” as danças rituais, pela ordem da sua importância e hierarquia.

O restante povo aclama, batendo palmas e assobiando.

Vem a molde recordar — pois não deixa de ter certo interesse — que, nessa ocasião, tendo um “sécúlo” qualquer, de somenos importância alterado a ordem, indo dançar em altura que não lhe competia, originou com isto escândalo geral, pelo que foi mandado deter imediatamente e condenado ali mesmo, sem mais forma de processo, ao pagamento de uma multa no valor de duas peças de riscado e um cobertor de algodão.

A autoridade que se encontrava presente, julgou conveniente reconhecer a legitimidade da sanção, no sentido de prestigiar a autoridade do Dembo; mas quando êste lhe foi solicitar o seu acôrdo, promoveu que a multa fôsse reduzida a metade, atendendo a que a falta provinha do resultado infeliz de umas garrafinhas, bebidas, a mais, na povoação comercial próxima.

*

Os tios maternos de um indivíduo, bem como os seus irmãos uterinos e até seus sobrinhos por parte da irmã, têm certos direitos no que respeita às suas mulheres cujo “alambamento” ou “columba” haja sido pago pela comunidade familiar. Se êsse indivíduo falecer, qualquer dos parentes atrás indicados, seguindo certa ordem de preferência, podem tomá-las por esposas, *sem dependência de novo “columba”*. Todavia, se as mulheres preferirem regressar às suas aldeias, podem fazê-lo, ou mesmo permanecer na aldeia do marido, sob a tutela, neste caso, do tio materno mais velho.

Nalgumas tribus, se qualquer das mulheres não tiver concebido, deve a sua família restituir o “columba”, no caso de não querer casar-se com nenhum dos parentes consangüíneos do defundo marido.

O casamento consangüíneo é, geralmente, proibido. Em certas tribus, porém, permite-se o casamento entre os primos em segundo grau, mediante pagamento de certa importância que reverte a favor da comunidade e que será destinada à obtenção duma outra mulher, em agregado diferente.

Não se verifica hoje a prática da poliantria pròpriamente dita; no entanto, tudo leva a crêr que em épocas passadas ela se exerceu pelo menos, em certos povos do Alto Congo, Cassai e Lunda, onde, de resto, existem, como dissemos, alguns raros sobados femininos (Fumu-kêto) que tendem a desaparecer.

A instituição do chefe feminino (ginocracia) ou, pelo menos, os seus vestígios, porquanto é já virtual o poder da mulher, aparece-nos ligada a práticas que, se não podemos classificar de poliandria, pelo menos concedem à mulher, e principalmente à mulher chefe ou fidalga de linhagem, a faculdade de escolher um ou mais homens além do marido e que ficam sendo considerados como "Bacango", entidade que, se não é um *marido*, também não pode considerar-se um *amante*, visto que adquire certos direitos. — "Bacango" é pois um termo sem correspondência entre nós.

Na região de Sacandica (Alto Congo), por exemplo, a mulher, mesmo plebéa, pode

‘LEITURAS’

A Livraria Minerva Central, de Lourenço Marques, acaba de lançar a público, em distribuição gratuita, um "Boletim" — mensário crítico-bibliográfico de real utilidade e que sem reclamos cabotinos nem pretensões mirabolantes se propõe "ajudar o desenvolvimento cultural dos que trabalham em terras de Moçambique, lembrando-lhes um ou outro livro que talvez lhes interesse, que os compreenda e acompanhe no seu isolamento."

Estão em franco progresso as publicações deste género e não há como esconder os serviços que prestam àquêles que têm ou sentem a necessidade de acompanhar o movimento cultural da sua época e que por falta de tempo não o poderiam fazer, se em seu auxílio não viessem essas publicações beneméritas, tais como "Rider's Digest", "Die Aulse", "Current Stories", ou o magnífico "Le Mois" ou, então, essas duas esplendidas publicações em vernáculo "Revista Brasileira" e "Revista Contemporânea".

E' claro que "Leituras" não tem a estulta veleidade de se aproximar de nenhuma destas publicações, nem mesmo do "Boletim de Ariel", a triunfante publicação de Gastão Cruls e Agripino Grieco, que com vibrante eclectismo reflecte o arejado panorama das letras brasileiras. Mas, quanto a nós, não é o valor intrínseco de "Leituras" o que mais importa. O que vale é o seu significado, que é grande e representa uma advertência — e como tal a saudamos — à tacanhez incrível dos nossos editores, que por inépcia criminosa não só deixaram perder o mercado brasileiro como sentem aterrados e aflitos, fugir-lhes debaixo dos pés o pátrio solo lusitano que tão mal servem, e que para remediarem o caso só atinam com a panaceia dos banquetes com a presença de figurões algo solenes e muito displicentes, ou, quando não, com os protestos e as reclamações do estilo, em que há ridículo e comicidade para todos os gostos...

Que a simpática iniciativa da Livraria Minerva, fda de tão longe, consiga abrir os olhos dos nossos editores e livreiros, que andam ceguinhos de todo, e os faça compreender que o tempo dos catálogos enfadonhos e rançosos já vai longe, muito longe...

ter, além do verdadeiro marido, um ou mais homens (Bacangos), bastando, para tanto, que a sua escolha seja sancionada pelo marido. — Este não nega o *direito à mulher de ter outros homens*, mas reserva-se, tão simplesmente, o de ser ouvido acerca da escolha, em razão das pessoas pretendidas.

O próprio marido, em sinal de aprovação, vai visitar o "Bacango", com quem troca presentes, passando a reservar-lhe um lugar na esteira conjugal.

O "Bacango" não reside geralmente na aldeia do casal; todavia, faz-lhe freqüentes e demoradas visitas, durante as quais goza de certos direitos de preferência que, aliás, lhe são respeitadas solícitamente pelo marido.

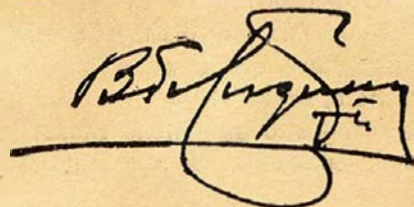
Como os filhos nascidos de uma mulher pertencem à família desta, não há questão da filiação quanto aos indivíduos nascidos do "Bacango". Observa-se, todavia certo direito do marido sobre estes filhos, exactamente porque nasceram da mulher por elle paga em "alambamento".

Na fronteira do Sudoeste Africano (Rio Cubango), junto à fronteira da "Bushlândia", habitam os "Cuangares" e "Vahimbas" ou "Mucussus".

E' hábito, entre estes povos, o casamento infantil, mas a rapariga não pratica a cópula antes da puberdade.

O casamento realiza-se, quando os noivos contam poucos anos de idade — e até poucos meses —, e, nalguns casos, por questões de dívidas ou por simpatias, a rapariga é considerada noiva de qualquer indivíduo com uma apreciável diferença de idade, mas as relações sexuais apenas são praticadas, depois de atingida a puberdade e de efectuada a festa da "Fundula" ou "Efundula", isto é, das cerimónias pelas quais a mulher é considerada apta para tais práticas e a ser mãe.

Antes da ocupação e submissão destas tribus, a falta de observância da abstinência sexual, impostas pelos seus usos até àquela festa, implicava a condenação à morte da rapariga considerada. Depois, aquela pena converteu-se em desprezo, votado por tódas as outras mulheres.





FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO
QUANDO PROFERIA A SUA
BRILHANTE CONFERÊN-
CIA SOB O TEMA «USOS E
COSTUMES DOS NATIVOS
DAS COLÓNIAS PORTU-
GUESAS», EM 22 DE MAIO,
NO SALÃO NOBRE DO
GABINETE PORTUGUÊS
DE LEITURA, POR OCA-
SIÃO DA SESSÃO SOLENE

COMEMORATIVA
DO 5.º ANIVEISÁ-
RIO DA SOCIEDA-
DE LUSO-ÁFRICA-
NA DO RIO DE
JANEIRO, A QUE
PRESIDIU O ILUS-
TRE ESCRITOR E
GRANDE CRIMINA-
LISTA BRASILEIRO
EXMO. SR. DR.
EVARISTO DE MO-
RAIS.

GRUPO DE CONVIDADOS, REPRESENTANTES DE COLECTIVIDADES E DIRECTORES DA SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, ENTRE OS QUAIS SE ACHAM O SR. DR. EVARISTO DE MORAIS, A SRA. DRA. FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO E O SR. COMENDADOR FRANCISCO DE SOUSA COSTA, REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO BRASIL E PRESIDENTE DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.



PORTUGAL

BRASIL



**Braga
Aveiro
Evora**



**Fortaleza
Belo Horizonte
Recife**



**Av. da Liberdade
Um trecho da Ria
Praça do Geraldo**

**Praça do Ferreira
Mon. a Minas Liberal
Ponte Mauricio Nassau**

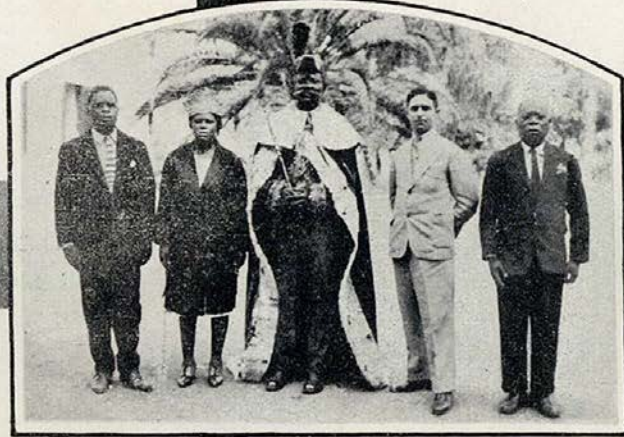




1



2



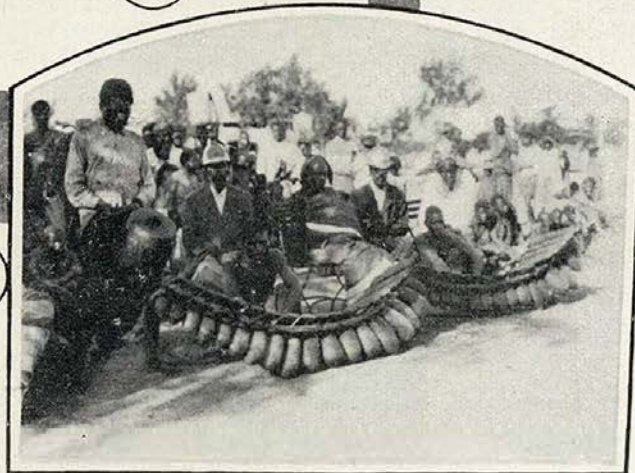
3



4



5



6

- 1—GRUPO DE RAPARIGAS DA REGIÃO DE QUILENGUES
 2—● DEMBO, DE QUIBANI, COM OS SEUS MACOTAS.
 3—OS REIS DO CONGO E O PRINCIPE HERDEIRO EM
 COMPANHIA DO NOSSO COLABORADOR SR. TENENTE
 IVO CERQUEIRA.
 4—O DEMBO E SEUS MACOTAS, EM TRAJE DE PASSEIO.
 5—UM FIANDEIRO, DE DOMBE GRANDE.
 6—TOCADORES DE MARIMBA, DE MALANGE.

(Fotografias gentilmente oferecidas pelo Sr. Tenente Ivo B. Cerqueira, autor de *A Vida Indígena em Angola*).

CABOVERDEANIDADE

POR DELFIM DE FARIA

BACHAREL EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

(ESPECIAL)



A minha passagem por Cabo Verde, durante as últimas férias escolares, tive surpresas e revelações que profundamente me encantaram. Não chegariam estas páginas para que se estampasse tudo quanto vi e assisti naquela província portuguesa, em terras africanas.

Tive a fortuna de percorrer tôdas as ilhas do arquipélago. Fiquei ao par dos seus usos e costumes; do seu dialéto e das suas propensões; das suas necessidades e das suas aspirações.

Agradou-me, sôbre-modo, o contacto directo, não obstante passageiro, que tive com a classe intelectual de São Vicente, especialmente com o poeta José Lopes, com o Dr. Marino Barbosa, e com o "Grupo Claridade", que é constituído da fina flôr da inteligência caboverdeana. E' um grupo jovem. Esclarecido. Inteligente. Nêle militam o Dr. Baltasar Lopes da Silva, Jaime Figueiredo, Manuel Velosa e Manoel Lopes.

Não há possibilidades de se traçar nestas linhas a coincidência que motivou o nosso conhecimento e que depois se transformou em grande amizade e no profundo respeito e admiração que lhes consagro.

Nesta ilha — São Vicente — a minha permanência foi, apenas, de três dias. Passei-os, especialmente com o grupo "Claridade". Conversamos sôbre assuntos diversos: Sociologia, História, Filosofia, Literatura. As teorias mais modernas são do conhecimento dêste grupo. Merece especial realce a dedicação e o carinho com que êsses rapazes cultivam as coisas brasileiras. A minha impressão não era a de encontrar-me em Cabo-Verde, mas sim estar em pleno Rio de Janeiro, conversando sob as arcadas da Faculdade de Direito.

Indaguei das Razões das afinidades caboverdeanas com o Brasil e respondeu-me um dos componentes do grupo:

— Como já notou, há afinidades profundas no Caboverdeano com o Brasileiro, que se manifestam por uma grande simpatia pelo Brasil e pela grande receptibilidade no povo

relativamente às manifestações que, chegando ao seu conhecimento, êle pode assimilar.

E prosseguiu:

—...Tudo leva o Caboverdeano a ter uma receptividade aguda para essas afinidades. Em primeiro lugar, o paralelismo de formação étnica. De facto, a população caboverdeana é um produto da assimilação e interpenetração de dois elementos também preponderantes na formação brasileira: o afro-negro e o europeu, sem falar que, apesar de os estudos referentes às zonas de cultura africana de onde são originários os principais *stocks* populacionais importados no Brasil não terem ainda interessado os pensadores portugueses, relativamente a Cabo Verde, os estudos levados a efeito no Brasil, entre outros, por Nina Rodrigues, Artur Ramos e Gilberto Freyre, nos levam a concluir que, devendo ser as mesmas as zonas de onde vieram os "*apports*" africanos da população caboverdeana, a formação e evolução racial entre nós se fez sob os mesmos influxos de cultura originária que deram movimento propulsor a idêntico fenómeno no Brasil.

Acresce ainda que a identidade de condições climáticas entre grande parte do Brasil e Cabo Verde, adoçadas embora pela nossa insularidade, havia de condicionar idêntica acção plasmadora, relativamente a êsses influxos da cultura africana.

Após uma ligeira pausa:

—A nossa posição de insularidade atlântica determina, porém, uma maior condensação dêsses caracteres do que no vasto território brasileiro, aberto às correntes immigratórias e por isso o nosso *processus* faz-se no sentido de uma estabilização mais rápida, por não haver já outros factores que perturbem os dados do nosso problema. — Já dizia Sorel que às minorias fortemente organizadas em todos os tempos coube a deflagração dos grandes movimentos históricos, e não ao lento impulso das massas

O problema que para nós se põe é um problema de *elite*. Êsse sentimento agudo das afinidades brasileiras em Cabo Verde está em estado inorgânico na *massa*. Lateja, estúa; a

percepção de tal sentimento no povo está *àquém*; a missão que julgamos reservada à nossa geração é de a colocar *além*, estilizá-la, orientá-la... Encontrar-lhe o Verbo... Todavia já alguns aspectos dessa identidade espiritual com o Brasil se condensaram no povo em formas definidas, algumas ainda próximas do elemento afro-negro, rescendentes do seu forte ritmo originário, como os batuques nos terreiros *bádios* de Santiago, o *torno* — elementos poéticos, musicais e religiosos a comparar com as manifestações de magia-negra, dos cultos Vodú, Malé, dos candomblés, macumbas e possivelmente dos cateretés.

Devemos contudo prevení-lo que se trata de manifestar pela nossa parte uma posição e um interesse alheios a qualquer snobismo decorativo, que teem atrás deles quatro séculos de caboverdeanidade, para glosarmos a frase densa de Alcântara Machado quanto ao solo de Piratininga.

O problema, em síntese, para nós é um caso de fidelidade às origens, como já referia Taine.

* * *

Com interesse, perguntei da evolução da poesia cabo-verdeana, sobre que me respondeu: —Ribeiro Couto com aquêla não-se-sabe-o-qué antecipador e profético dos poetas e o seu sentido de re-criação de ambientes, creditou para nossa admiração no *Jornal do Brasil* o ensaio “Destino e poesia de Cabo Verde”, estupendo

“A nossa missão no Ultramar, tantas vezes o tenho dito, tem por finalidade histórica a implantação naquelas parágens da civilização portuguesa, ou tanto seja a transportação para aquelas regiões da nossa língua, das nossas casas, dos nossos hábitos e costumes, das nossas instituições familiares, sociais e políticas, da nossa mentalidade enfim. Temos de povoar, de *fazer povoamento*, como diziam os nossos maiores, na sua preocupação constante de dilatar o império. Fazer povoamento pela fixação, cada vez em maior número, de famílias portuguesas nas nossas províncias da África e do Oriente, pela transformação dos indígenas dessas regiões em povos de civilização portuguesa. Nesta obra ingente, cuja necessidade imperiosa todos sentem, tem o Exército Português de exercer uma alta função”.

GENERAL NÓRTON DE MATOS

de penetração, sem dúvida “por encontrar nas coisas de Cabo Verde um éco da sua pátria”.

Temos de encarar a *Morna* como uma forma de arte. Como tôda a forma de arte é evasão, um processo de libertação e de sublimação dos complexos da personalidade, uma maneira de trazer à superfície a virgindade íntima do Homem, a *Morna* é “a afloração da nossa constituição essencial, da posição caboverdeana perante a Vida, posição que é de alegria e expansão e não de renúncia. A *Morna* traduz na sua contida tortura o confrônto doloroso do que valemos como fôrça humana e do que somos, do desnível entre a nossa potencialidade e as limitações do ambiente. Assim, ela não condensa uma atitude passiva de renúncia nem exemplifica paralelos passadistas do que fomos e do que somos: embora roce pelo paradoxo, a melancolia da *Morna* é fundamentalmente a consequência do excesso da nossa alegria de viver e da nossa resistência moral, em desproporção com a ambiência”, palavras de Baltasar Lopes da Silva recortadas do seu próximo romance “Expansão” uma das pedras dessa construção do sentido novo que o “Grupo Claridade” busca definir.

—Quais as manifestações pessoais dêsse sentido superior da *Morna*?

—Antes de mais nada, Eugénio Tavares. A hora é dêle. Foi Eugénio quem primeiro concretizou em verso, nas mornas e nas manilhas, o sentimento da Caboverdeanidade. Pensa mesmo o nosso Grupo em organizar-lhe um *in-memoriam* definindo a contribuição que êle trouxe e que perdura sempre para um sentido nosso, não só quanto ao teor de vida como relativamente às bases em que se assentará uma literatura caboverdeana de sentido cultural autónomo.

Pedro Cardoso, é outro valor profundamente creoulo, cultor *castizo* da prosa no dialecto de Sotavento, bebendo a inspiração nas fontes da emoção popular, cujo carinhoso interesse pelo folk-lore e pela dialectologia caboverdeana se comprova no seu livro *Folk-lore Caboverdeano*.

Entre os mais novos, há a destacar Luís de Sousa, cuja interpretação do sentido da *Morna* dá bem a medida dos cambiantes multiformes da sua identificação com a paisagem emotiva das ilhas.

Também Jorge Barbosa, da *lignée* de Eugénio, em quem a emoção se tempéra de fino intelectualismo.

Vivendo no povo e para o povo, improvisando nas saborosas reuniões de *viola-e-bico* e *pau-e-corda*, na ambiência intimista da morna e dos sambas, Xavier da Cruz apresenta-se como o índice espontâneo de criação artística.

O GRUPO CLARIDADE

Não pude esconder a minha curiosidade com respeito às finalidades do "Grupo Claridade". Arrisquei uma pergunta e imediatamente, respondeu-me o Dr. Baltasar:

—Formado de elementos *novos*, partindo de uma vontade de aprofundamento das nossas origens, para mais consciente e realística orientação dos alvos a atingir, pretende o Grupo condensar os elementos dispersos da Caboverdeanidade para lhe definir *estilo*.

—Elementos dêsse estilo?

—Vive um grande drama o caboverdeano: O desnível das suas limitações de ambiente físico e as exigências da sua riqueza psicológica e da sua crescente necessidade de expansão. A emigração, por isso, põe-se para êle, não como uma manifestação de nomadismo aventureiro, — a aventura pela aventura — mas como um índice imperativo de necessidade expansionista.

Mas tem êsse drama ainda um outro elemento — e doloroso para a sensibilidade do caboverdeano, que na consciência de ter já um somatório de fôrça psíquica que o impõe à consideração como factor apreciável de valorização humana, verifica para a sua *mise-en-valeur* um sem número de resistências, que lhe não permitem dar ainda plenamente, com confiança, a medida das suas possibilidades.

TENDÊNCIA DA CABOVERDEANIDADE

Conversava alegremente o jovem artista Jaime Figueiredo, quando indaguei das tendências da Caboverdeanidade. E, prontamente, disse êle:

—Sem desprezar as outras solicitações culturais, o Grupo pretende dar corpo à atracção intensa que é para nós o apelo do Brasil. Já

no ponto de vista da língua, verifica-se uma coincidência notável: da mesma maneira que na nova geração modernista do Brasil se procura concentrar no estilo, uma linguagem baseada na realidade idiomática, assim também, para os artistas de Cabo Verde, impõe-se a necessidade de adoptarem meios de expressão radicados no dialecto português provincial. O resultado é significativo: a linguagem que daí resulta é essencialmente idêntica à que traduz o novo sentido da jovem literatura brasileira — José Lins do Rego, Marques Rebelo, Jorge Amado, para falar dos prosadores; Jorge de Lima, Luís da Câmara Cascudo, Raul Bopp, para citar alguns poetas.

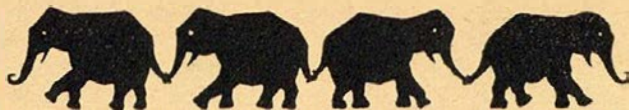
—Como índices desta confluência em Cabo Verde, basta citar Pedro Cardoso na prosa, Jorge Barbosa na poesia e Baltasar Lopes no romãnce em preparo "Expansão", de que já lhe falamos.

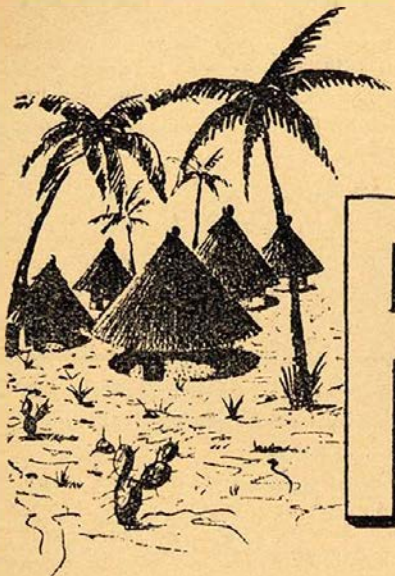
—Precisamos ainda vincar que os estudos recentes, no Brasil, sôbre a formação brasileira são subsídios essenciais para nós caboverdeanos, no sentido de determinarmos o *processus* da constituição étnica, já porque escassos são os ensaios de explicação do fenómeno caboverdeano, até agora levados a efeito em Portugal, já pelo ensinamento que êsses estudos brasileiros nos podem trazer, dada a similitude, o paralelismo das duas formações.

—A vossa atitude em síntese? — interroguei finalmente.

—Ela resulta da nossa *malaise*, da nossa inquietação, comum, aliás, a todos os ilhéus presos ao solo por todos os imperativos raciais e postados ante a estrada do Mar, agravada ainda pelo flagelo da Natureza, que não permite ao caboverdeano realizar-se em Cabo-Verde. Como consequência sentimos a "hantise" da *distância* e daí o nosso irredentismo, êsse apelo fremente do Brasil que você teve a ocasião de auscultar.

E assim terminou o diálogo, para sempre, saudosamente recordável, travado com a mocidade e com a *élite* intelectual caboverdeanas.





PANORAMA

CECÍLIA MEIRELES

As alunas do *Liceu Feminino Maria Amália Vaz de Carvalho* assinalaram a visita de D. Cecília Meireles ao nosso país com uma entusiástica mensagem de saudação e cordialidade às suas colegas cariocas, que enviaram pelas mãos gentilíssimas desse alto e formoso espírito de poetisa e escritora brasileira.

Não poderiam aquelas jovens educandas patricias eger portadora mais brilhante e mais digna do que D. Cecília Meireles, já pelos seus nobres sentimentos lusófilos, já pelos seus méritos de educadora, já pelo prestígio da sua personalidade irradiante no seio das classes académicas do Brasil. Mas, não apenas por todos esses predicados foi extrêma a felicidade das estudantes do *Liceu Feminino Maria Amália Vaz de Carvalho* quando solicitaram de D. Cecília Meireles a honra de ser a portadora de seus saudaes. Outro factor, — e de grande preponderância — é mister distinguir: a seriedade com que essa jovem mas já ilustre e consagrada educadora se desobrigou da missão, e isso porque o seu lusofilismo é espontâneo, delicado e sincero, sem sombras de artificioso *lusobrasileirismo* itinerante...

O elegante e amplo auditório do Instituto de educação onde se realizou a cerimonia da entrega da mensagem logo seguida da conferência de D. Cecília Meireles acerca da figura extraordinária e singular de Maria Amália Vaz de Carvalho, foi pequeno para conter em suas dependências a numerosa assistência, em que, além de milhares de alunas, se contavam muitas familias, professores, jornalistas e os representantes das colectividades convidadas, entre as quais a *SOCIEDADE LUSO-AFRICANA*.

Pesa-nos imenso não oferecermos aos nossos leitores o admirável trabalho literário de D. Cecília Meireles. Cometemos um crime de lesa-bom-gosto mutilando essa linda peça, finamente lavrada, mas a tanto nos obriga a falta de espaço.

“Coube-me a honra singular de vos trazer, desse Portugal amoroso em que o Brasil exerce tanto feitiço de saudade, a mensagem com que as

estudantes secundárias do *Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho*, de Lisboa, entenderam manifestar sua cordialidade de colegas e seu entusiasmo de meninas moças.

Esta mensagem guarda um poder de amor fecundo: a ela ficam presas, para sempre, minha grande recordação do Brasil, e de vós, ao recebê-la, — e agora, — que vo-la entrego, tôda a minha emocionada ternura pela terra e pelo povo de Portugal.

Do *Liceu* de onde ela vem, queria dizer-vos alguma cousa para que o ficásseis conhecendo. Perdoai-me, porém, ter passado por êle tão deslumbrada que eu mesma receio não o ter visto como merecia.

Dir-vos-ei que numa tumultuosa tarde de outono europeu, de vento, de frio, de trovoadas e chuva, suas portas se me abriram como as de um mundo só espírito, para que eu falasse do Brasil e do serviço de educação que aqui dirijo — completando essa oportunidade, tão delicada para os que estão longe, de evocarem os seus affectos e estudos deixados — com as maiores demonstrações de apreço por esta terra que ficou sendo a estrofe mais sugestiva da epopeia lusíada, e por vós, que sôis o que neste instante ela de melhor possui, como representantes da sua mocidade estudiosa.

Dir-vos-ei que, num recinto como este, uma ilustre senhora. D. Maria Guardiola, reitora do *Liceu* e poucos dias antes eleita deputada, — com as palavras do mais gentil carinho me apresentou a centenas de jovens estudantes que, junto a um professorado curioso de inovações pedagógicas, e estimulado por uma inquietude real de educação, pacientemente se quedaram a ouvir o que o meu sonho, mais do que a minha ciência, lhes procurou contar.

Dir-vos-ei que um côro orfeônico se ergueu, cantando aos meus ouvidos, é certo — mas em homenagem a vós — o hino da pátria distante, música de onde acordam sempre esses reinos de tristeza e alegria que os viajantes carregam consigo, ao saírem do seu país.

Dir-vos-ei que, a-final, deixando essa casa da mocidade feminina portuguesa, na minha passagem quasi atônita e vencida de agradecimento por fileiras sem fim de estudantes que, às flores que então me deram, — e depressa morreram — acrescentaram palmas intermináveis que se integraram ao bater do meu próprio coração — ouvia

cada vez mais nítido o que o Sr. Director Geral do Ensino Secundário, Dr. António Augusto Pires de Lima, que se dignára presidir à cerimónia, e cuja discreta figura mais uma vez respeitosamente saúdo, — me recomendára, ao encerrar a sua alocução inesquecível:

—“Seja nossa embaixatriz no Brasil. Peço-lhe que diga no Brasil, às suas compatriotas — eu ia dizer às nossas compatriotas de lá — que este velho Portugal, rejuvenescido, tendo recuperado novas energias, não quiere que esqueça a grande obra que realizou em outras éras, quiere ser digno do seu glorioso passado. — que é o passado do Brasil — trabalha honradamente para se impôr ao respeito das nações cultas, e precisa do apoio, do auxilio, do carinho da nobre nação brasileira, como todos os velhos precisam do amparo dos filhos.”

Bem ou mal, mas com tôda a minha sinceridade e devoção, é essa embaixada que hoje me vêdes representar aqui.

Teria de discordar — e isso me pesaria — das últimas palavras do orador “*os velhos precisam do amparo dos filhos*” — se elas não fôsem, evidentemente, o desenlace generoso e modesto de um pensamento que involuntariamente já revelára sua íntima verdade, ao começar: “*Este velho Portugal rejuvenescido...*”

E' dêsse Portugal jovem, de uma intelectualidade nova que não contradiz mas ao contrário, prolonga as virtudes do valor passado, é dêsse Portugal de artistas e sábios, de professores e estudantes, e de simples homens sem outro titulo que o de trabalhadores na obra comum da vida que eu aqui vos trago a comovida saüdação, ampliando mais a mensagem de que as vossas colegas me fizeram portadora”.

CRUZEIRO ÀS COLÓNIAS

Faltariamos à nossa missão se não dêssemos o nosso mais vivo aplauso à idéa, realmente feliz e patriótica lançada pela revista « O Mundo Português », no sentido de se realizarem, a partir do corrente ano, viagens de estudo às nossas províncias ultramarinas, aproveitando o período das férias grandes — de Agôsto a Outubro —, de modo a poderem participar delas professores e alunos dos estabelecimentos de ensino secundário e superior, a quem são especialmente destinadas, como elementos valiosos de cultura e como complemento indispensável para os seus estudos de preparação para a vida política e social de cada dia.

“O Comercio do Porto”, que aos interêsses e à propaganda do Ultramar vem dedicando especial carinho, publicou a respeito de tão simpática como feliz iniciativa de “O Mundo Português”, um artigo deveras interessante, de que nos permitimos transcrever os seus pontos mais altos:

Constituem por isso os cruzeiros de férias, neste sistema de viagens de excursão às colónias, uma lição prática de história portuguesa e de geografia comercial, a que há o dever moral, por parte do govêrno, de dar todo o auxilio para a sua efectivação e à qual devem prestar também assentimento

caloroso e espontâneo todos aquêles que verdadeiramente se interessam pela prosperidade económica do país, que está directamente subordinada a um conhecimento mais perfeito e completo da nossa vida colonial.

Diz-se geralmente, e com razão, que o futuro de Portugal está nas colónias, como nas colónias está também o honroso pedestal da nossa grandeza passada, que se afirmou em actos de heroísmo, alentados por um grande e generoso espírito de sacrificio, que se tem perpétuado até hoje pelo esforço e abnegação dos que por lá vão afrontando as inclemências dum sol ardente e as asperezas selvagens dos sertões para manterem os nossos direitos de soberania. Se Portugal tem, pois, os seus destinos directamente ligados à vida das colónias, aconselha a lógica e manda o patriotismo que a vida colonial seja mais perfeitamente conhecida e mais praticamente observada em cada uma das suas variadas e interessantes manifestações para que do seu estudo e observação experimental possam advir novos estímulos e despertar novas energias que concorram eficazmente para o ressurgimento colectivo da alma portuguesa, numa comunhão espiritual de idéas e aspirações.

Mas para que destas viagens às colónias, cruzeiros de férias duma grande e patriótica finalidade, possam derivar resultados frutuozos para a vida nacional, é necessário que à sua organização presida um critério uniforme de propaganda verdadeiramente nacional, de forma a fazer interessar nelas todos aquêles que desejem aproveitar o ensejo de conhecer *de visu e in loco* tôdas ou algumas das principais parcelas que entram na soma total do nosso esforço colonizador.

Nem só aos estudantes e professores interessam estas viagens de cruzeiro às nossas colónias de África. São viagens de estudo e de recreio, que podem e devem interessar colectivamente a todos os portugueses, pelo que devem estender-se igualmente a todos as facilidades da inscrição, embora haja de respeitar-se, como é natural, qualquer ordem de preferência, que só as exigências e necessidades da vida de bordo deverão acondicionar, depois de se atender ao fim instrutivo das excursões.

Restringir as viagens só a uma classe de indivíduos, a estudantes e professores, com exclusivismos que nada justifica, é diminuir-lhes o objectivo, que as define e recomenda, e invalidar-lhes logo de início, os resultados frutuozos, que delas haveria a esperar. Para excursões desta natureza, que teem a recomendá-las um nobre objectivo nacional e patriótico, torna-se mister alargar-lhes o âmbito de interêsses que elas possam despertar, para que resultem eficazes e produtivas nos seus efeitos, tanto mais vantajosamente sensíveis quanto mais largamente difundidos.

Oxalá que esta idea dos cruzeiros de férias às colónias, inicialmente lançada pela revista “O Mundo Português » e patrioticamente defendida pelos nossos mais ilustres colonialistas, consiga ter efectivação rápida e chamar a si a cooperação do Estado que é verdadeiramente a entidade mais interessada em fazer conhecer as mil e uma mani-

festações da vida colonial portuguesa, em qualquer dos aspectos pelos quais ela merece ser estudada e conhecida”.

Aos votos do abalizado órgão da imprensa portuguesa juntamos nós os nossos, cheios de confiança na boa fortuna do empreendimento, e acompanhados do desejo de que dêses cruzeiros também participem alguns dos muitos compatriotas residentes no Brasil e que se encontrem de passeio em Portugal. Ao celebrado e nunca desmentido amor pátrio dêses portugueses não faria nenhum mal semelhante digressão pelas terras distantes do Império, assim como só vantagens seriam colhidas se os nossos governadores ultramarinos, antes de tomarem posse dos respectivos cargos, ou durante os seus períodos de férias, visitassem o Brasil, estudassem o seu desenvolvimento verdadeiramente cíclico e analisassem as realizações deslumbrantes de uma nação empolgada pelos mais ardentes anseios de progresso.

E não seria mais do que o reatar de antigos laços, — de continuar até certo ponto, após longos anos, uma tradição admirável e de óptimos resultados.

NOVOS COLABORADORES

O BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA tem a honra de oferecer aos seus leitores um soneto inédito — *A'rvore de Costado* — da autoria do Sr. Conselheiro Dr. Alberto Osório de Castro, meretíssimo Juiz do Supremo Tribunal de Justiça e mui ilustre vogal do Conselho Superior de Colónias.

A colaboração do mavioso e consagrado Poeta da *Cinza dos Mirtos* é daquelas que mais nos desvanecem. Por isso — e publicamente — apresentamos a S. Ex* os nossos respeitosos agradecimentos.

*

Honra pela primeira vez as páginas desta publicação, com as primícias de substencioso e valiosíssimo ensaio, o Sr. Dr. Fidelino de Figueredo.

Recomendou-nos, entretanto, o ilustre catedrático e laureado pensador patricio que, se o desejássemos apresentar aos nossos leitores, o fizéssemos, quando muito, e simplesmente, na sua qualidade de Homem de Letras, — *tout court*.

Fácil nos foi corresponder à recomendação de S. Ex.ª: primeiro, porque não saberíamos onde ir buscar autoridade para apresentar em termos justos tão proeminente figura da intelectualidade lusitana; segundo, porque seria tarefa inútil, pois todo o mundo, quando mais não saiba, sabe que Fidelino de Figueredo, aos trinta e poucos anos, com a barba ruiva como a de um livre docente de universidade alemã, publicara sua “*História da Literatura Clássica*”, — monumento da moderna erudição portuguesa, segundo a opinião verdadeiramente insuspeita de Gilberto Freire, o consagrado historiador brasileiro de *Casa Grande & Senzala*.

BERNARDO SHAW

Se a presença em qualquer *urb* de uma personalidade em evidência e a quem a auréola da fama nimba de consagrante prestígio, constitui sempre motivo de orgulho para os seus habitantes, calculamos o justificado contentamento com que os nossos irmãos de Lou-

renço Marques receberam a visita inesperada do grande novelista e genial dramaturgo Jorge Bernardo Shaw. Mais ainda, imaginamos todo o orgulho que por certo se apoderou dêles ao saberem que a arquitectura das casas, as ruas amplas e bem traçadas, o asseio irrepreensível, a praia deslumbrante, o movimento e a excelência do material do pôrto, a claridade do céu e muitos outros factores que tanto recomendam a sua cidade como centro de turismo dos mais prometedores, surpreenderam agradavelmente êsse famoso irlandês, — escritor de profissão e sarcasta sem piedade e causticante nas horas vagas, useiro e vezeiro em desaforos e



BERNARDO SHAW, VISTO PARA O *Notícias* POR SANTANA.
JOVEM CARICATURISTA MOÇAMBICANO

perfidias contundentes, maximé quando encontra pela frente jornalistas a alfinetá-lo com perguntas...

O *Notícias*, na sua dupla qualidade de jornal moderno e informativo, mais do que depressa correu a bordo do S/S *Llangibby Castle*, a entrevistar e colher do autor de “*Candida*” impressões sôbre a cidade que êle, desde as primeiras horas da manhã e em surdina, como bom irlandês, ávido de sol e de côr, percorreria com os seus setenta anos desportivos e mais as suas longas pernas finas...

NOTICÁRIO

MOSTRA DE TURISMO

Não nos enganamos — bem ao contrário — quando dêste lugar prevíamos o maior êxito à participação portuguesa no concorrido certamen que, sob a denominação original de *Mostra de Turismo*, o Departamento de Propaganda da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro realizou nos fins de Abril e princípios de Maio, nos amplos salões do palácio destinado às Feiras Internacionais de Amostras. E não mentiremos, nem tão pouco cometeremos o menor exagero se afirmarmos — como orgulhosamente asseveramos — que foi a secção confiada à organização da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, aquela que, já pelo gôsto e esmêro da apresentação, mas principalmente —; para quê ilusões? — pelo inêditismo do assunto, mais prendeu, maior curiosidade despertou nos milhares de visitantes que passaram pelo nosso stand e que não ocultavam a sua admiração e surpresa ante o que viam: algo de novo e de grande, qualquer coisa de imprevisito e maravilhoso, pelo ecletismo e variedade das imagens e dos panorâmas, — todo um estranho e rico matiz de terras várias e distantes, de raças e costumes, em contraste flagrante e triunfal com os vulgaríssimos, à força de exibidos e repetidos, infalíveis e crônicos aspectos dos Jerónimos, da Batalha, da Sé de Braga e outros veneráveis que, por falta de ambiente — ou de clima, se acharem mais elegante — nenhuma sugestão exercem sobre a alma adolescente dos povos americanos, — entusiasta das linhas rectas, dos arranhacús e do concreto...

Ao traçarmos esta breve notícia, sem pretensões de estilo mas com a preocupação de dizer a verdade, ainda que a mesma provoque desgostos, não podemos deixar de reinvindicar para a LUSO-AFRICANA aquêlê papel de renovadora dos métodos anacrônicos de propaganda das coisas portuguesas, sorrindo sempre, — como na campanha da boa-vontade —, das perfídias e do rancor impotente e pitoresco de certa gente...

Se a inveja, o ódio e o despeito matassem... Mas, — graças a Deus —, nem matam nem causam dano. Pelo contrário, até nos fazem extraordinário bem: porque nos alentam, encorajam, estimulam, enriçessem a fibra combativa, vigorizam e robustecem o desejo veemente de realizar e de cumprir, ao mesmo tempo que nos dão a conhecer por tabela do provérbio — só às árvores frutíferas se atiram pedras — a medida exacta do esforço e da obra da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, mais, até, do que os encómios e os louvores que, diàriamente, lhe chegam de tôdas as partes do mundo.

E como epílogo desta nota, seja-nos reservado testemunhar à Imprensa, e bem assim a tôdas as pessoas que nos felicitaram verbalmente ou por escrito pelo êxito real e significativo da participação da LUSO-AFRICANA na *Mostra de Turismo*, o nosso reconhecimento.

CORDIALIDADE

Mais do que nunca se faz sentir na hora presente a necessidade de se estreitarem os laços que únem e devem prender num crescendo robusto de solidariedade tôda a grande família portuguesa. Não é um conselho platónico, nem um apelo vasio de sentido e de realização impossível, môrmente quando, como agora, se erguermos a frente e deixarmos os olhos espraíarem-se por sobre o colorido tapete das nacionalidades em que se reparte o planeta, verificamos as alianças, os entendimentos, as protecções e os auxílios mútuos que se buscam e procuram muitos dos diversos povos que matizam a face da terra, e principalmente a Europa dilacerada e varrida periódicamente por tremendas convulsões sociais, guerras de ambição e outras calamidades cíclicas, sem preocupações de fundo étnico, de cultura, de sentimentos religiosos ou fórmulas de govêrno...

A Inglaterra liberal e constitucionalista renega o seu tão querido insulamento, abandona por momentos o seu fog e lá vai, ora até à Lutecia rumorejante, ora até às terras doiradas do Lácio, ora até às stepes e ao Kmelim... E' a França democrática estendendo as mãos à Itália cesarista ou abrindo os braços à Rússia do proletariado. E assim por diante — e por aí fóra...

Porque não hão-de os portugueses, — e os que vivem Brasil, quando outros motivos não houvesse, por simples decôro —, seguindo êste nobre exemplo de co-operação, cultivar a flôr da solidariedade, que é uma das maneiras mais dignas e frutuosas de servir e amar a Pátria?

Conhecermo-nos melhor é, já, um começo de estima, — e da estima à solidariedade bastam, apenas, alguns passos. Dêmo-los, portanto, e resolutamente, todos nós, portugueses, cada qual no círculo das suas relações.

Assim o entendeu e visionou a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. E dentro dêsse elevado espírito de coordenação, com sinceros eflúvios de alegria e vibrantes demonstrações de cordialidade, ora vai até ao seio das colectividades irmãs, ora recebe, orgulhosa, a retribuição de tais visitas.

Durante o trimestre findo visitou em suas respectivas sédes a Liga dos Combatentes Portugueses da Grande Guerra, a Casa dos Poveiros e a Casa de Portugal, e teve o prazer de receber em seu seio delegações daquelas duas primeiras instituições, e ainda a Casa do Minho, brilhantemente representada pelos seus dirigentes mais grados

DR. ANTÓNIO A. MIRANDA

Por completar o tempo do seu estágio em Lourenço Marques, e em busca de melhoras para a saúde, regressou a Portugal, encontrando-se actualmente em Alquerubim, o Ex.^o Sr. Dr. António Augusto de Miranda, meretíssimo Juiz de Direito, ilustre colaborador desta revista e ao mesmo tempo dos maiores e mais dedicados amigos da SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que se honra imensamente por contar S. Ex.* entre os seus dignos e activos correspondentes.

Que os bons ares da sua pequenina mas risonha terra natal restitua ao ilustre magistrado e nobre amigo a saúde que deseja, são os nossos melhores e ardentes votos.

RESTAURAÇÃO DE ANGOLA

E' tradição honrosa desta colectividade festejar com galas excepcionais os aniversários da Restauração de Angola, — essa proeza varonil e corajosa de Salvador Correia e seus destemidos comandados.

Este ano, tão formosa tradição de brilhantismo não será negada, antes solenemente reafirmada com a sessão cívica que vamos realizar em 15 de Agosto vindouro, no salão nobre do Centro Trasmontano, em comemoração do 287.^o aniversário da reconquista de Luanda, e na qual teremos a fortuna de ouvir a palavra rica e autorizada de S. Ex.^a o Senhor General Moreira Guimarães, ilustre vice-presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Da apresentação do consagrado e douto conferencista incumbir-se-á, por requintada gentileza, o grande tribuno brasileiro, Ex.^{mo} Senhor Dr. Evaristo de Moraes, digníssimo sócio honorário da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

SOCIOS CORRESPONDENTES

Alarga-se dia a dia com a incorporação de novos e valiosos elementos o quadro dos correspondentes desta colectividade. E tal facto constitue motivo de vibrante entusiasmo e alegria para aquêles que trabalham na SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO e no cumprimento do programa da colectividade empregam o melhor das suas energias. E a razão por que assim sucede explica-se em poucas palavras: é que êsses novos elementos constituem outros tantos fuleros de irradiação cívica disseminados por todos os recantos da Terra, — antenas dispersas, aqui e além, a captarem os frémits e as vibrações entusiásticas do espírito lusitana, acardado e rejuvenescido.

Ainda agora, durante o trimestre que vai expirar, dois portugueses de grande distinção e saber, de vasta ilustração e elevada categoria social, os Srs. Drs. António Pires Machado, integérrimo Delegado do Procurador da República na Lousã, e Carlos Jacinto Machado, brilhante causídico em Shanghai, se dignaram aceitar a representação desta colectividade, acedendo, assim, e do melhor grado, ao convite que em tal sentido lhes fôra endereçado.

São dois valores que honram a colectividade e de cuja dedicação cívica e arraigados sentimentos de lusitanidade muitos e relevantes serviços se podem esperar.

LIVRO DE OURO

Durante o trimestre expirante, dignaram-se subcrever os seguintes senhores:

Antonio Coelho de Andrade Sequeira, Paulo Bermhardsgrupper, Alfredo Sequeira, Jorge W. Schiamé, Rodolfo Moulim e António Pinto Valente,

PALESTRAS PAN-LUSITANAS

Se não houvera outras provas, a simples notícia de que duas estações emissoras desta formosa cidade — a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* e a *Rádio Caju* — nos facultam graciosamente os seus valiosos préstimos, bastaria como demonstração inequívoca e cabal de que as palestras radiofónicas pan-lusitanas, promovidas por esta colectividade, não só agradam como cresce dia a dia o número dos seus ouvintes.

Da primeira estação, presidida pela figura por tantos titulos ilustre e brilhante do Sr. Professor Roquette Pinto, obtivemos tal favor, graças, principalmente, à extrêma boa-vontade de um dos seus elementos mais activos, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Heloisa Torres, espírito culto e gentil, filha do grande e saudável sociólogo brasileiro Alberto Torres. E da segunda, dirigida pelo Sr. Dr. Paulo Bevilaqua, que nos tem cumulado de gentilezas, mercê da solicitude do Sr. Eduardo Salgado, nosso compatriota e incansável organizador de *Notícia Portuguesa*.

MINISTRO DAS COLÓNIAS

Acaba de ser investido nas altas funções de Ministro das Colónias o Sr. Dr. José Silvestre Ferreira Bossa, até ao momento Sub-Secretário de Estado da mesma pasta.

A S. Exc.^a, que apesar de novo, conta a seu favor uma folha brilhante de serviços no Ultramar, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO apresenta respeitosos cumprimentos.

Não há pois razão para desalentos. As provações continuam; mas os portugueses de Angola vencerão a crise que presentemente os assoberba, como venceram as crises passadas, como vencerão as futuras, tôdas com raízes longínquas no êxodo da sua população, brutalmente arrancada durante séculos ao seu solo para valorização de regiões estranhas.

Joia do nosso Império Ultramarino, para Angola trouxemos intactas as virtudes e os defeitos da grei com que profundamente e para sempre a nacionalizámos, gerando nela uma forte tradição de trabalho, de esforço e de honra. E por isso Angola vencerá, porque, mau grado as vicissitudes da hora presente, a raça, inspirada por um génio de transcendente intuição, empregará nêsse empreendimento a energia indomável que os grandes organismos sociais são capazes de desenvolver na realização dos seus destinos históricos.

GASTÃO SOUSA DIAS

NOVOS SÓCIOS

Durante os meses de Abril, Maio e Junho, foram admitidos os seguintes socios:

ACTIVOS

J. A. DO SACRAMENTO CORREIA JUNIOR, proposto por Carlos de Castro Moura Fontes.

AUGUSTO PEREIRA DA SILVA e

DAVID DE MATOS CRUZ, propostos por António de Matos Cruz.

ABEL GUEDES DA SILVA,

AUGUSTO RODRIGUES BEZELGA e

JOSÉ SECUNDINO DE SOUSA, propostos por Fernando de Bastos Casemiro.

JOAQUIM AUGUSTO PACHECO, proposto por António F. Fernandes Junior.

FRANCISCO XAVIER, proposto por Artur Moreira Neves.

AUGUSTO PEREIRA DA SILVA E SÁ,

ANTÓNIO MARQUES REIS JUNIOR,

F. DA S. NEVES,

RODRIGO FRANCISCO MARTINS,

SEBASTIÃO JOSÉ LOPES DOS SANTOS,

ABILIO FERREIRA e

JOSÉ MARIA DE ANDRADE COELHO, propostos por Antero de Faria.

BERNARDINO NARCISO DE CARVALHO, proposto por Henrique Germano F. Junior.

JACINTO VILELA, proposto por Alamiro Andrade.

ALCINO FERREIRA GUEDES e

ANTÓNIO VIEIRA SOARES CASTANHO, propostos por Joaquim Rodrigues Pereira.

D. MARIA DAS DORES CHAVES, proposta por Francisco das Dôres Gonçalves.

ANTÓNIO ALVES,

JOÃO RODRIGUES DA COSTA,

JOÃO BAPTISTA GOMES,

MANUEL GOMES DE FIGUEIREDO,

DR. SEBASTIÃO DA MOTA GONÇALVES VIANA e

BERNARDO FRANCISCO ANTUNES JUNIOR, propostos por Alcino Ferreira Guedes.

José Cardoso, proposto por Domingos José Veloso.

PROTECTORES

ARMANDO GONÇALVES DE CARVALHO—Cruzeiro—proposto por José Rosado Nunes.

DR.^a BRANCA HELENA POSSOLO DE FARIA—Beira—

ANTÓNIO GOMES VEIGA—Benguela—e

SEBASTIÃO DE SOUSA DURÃES—Porto—propostos por António de Sousa Amorim.

MANUEL JOSÉ DA SILVA—Belo Horizonte—proposto por Serafim Rodrigues Pinheiro.

AMADEU SOUSA LOPES—Belo Horizonte—proposto por Alvaro Matos.

ERNANI GOMES DA SENNA—Juiz de Fora—e

MANUEL SOARES DE AZEVEDO—S. João d'El Rei—propostos por Armando Garcia Leite Ferreira.

ADRIANO DUARTE DE FIGUEIREDO—Rancharias—e

AMADEU MARQUES—Estração António Rocha—propostos por Alamiro Andrade.

VENTURA DOS SANTOS AZEVEDO—S. Paulo—proposto por Albano Bastos.

DR. RAUL ROMANO—S. Paulo—e

MANUEL JOAQUIM VIEIRA DE SOUSA—S. Paulo—propostos por Joaquim S. Marques.

Quadro demonstrativo do movimento de sócios durante os meses de Abril a Junho

CATEGORIAS	Exist. em 31-3-35	Admitidos	Bilminados	Demitidos	Exist. em 30-6-35
Activos.....	372	27	13	10	376
Auxiliares.....	4	0	0	0	4
Beneficentes.....	0	0	0	0	0
Beneméritos.....	0	0	0	0	0
Delegados.....	1	1	0	0	2
Cooperadores.....	10	0	0	0	10
Correspondentes...	38	1	0	1	38
Honorários.....	6	0	0	0	6
Protectores.....	103	13	2	2	112
Vitalicios.....	1	1	0	0	2
Total em 31-3-935.	535	Total em 30-6-935		550	

Gravador Pastor

R. PEDRO 1º 47 TELEF. 2-7095
RIO DE JANEIRO

CLICHÉS
EM ZINCO E CORRE
TRICROMIAS
DOUBLES
CRAVURAS e ZINCO
GRAFIAS ETC.

BOLETIM

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO aceita e antecipadamente agradece tôda a colaboração que lhe fôr remetida e a qual será publicada em seu BOLETIM — órgão independente ao serviço da Grei e da Nação — desde que se trate de trabalhos originais enquadrados nos altos objectivos do pan-lusitanismo.

*

A crítica literaria far-se-á, unicamente, quando da mesma obra recebermos dois exemplares. De contrário, será feito apenas o respectivo registo na secção bibliográfica.

*

Fiel ao seu progrâma de inatacável independência, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA assegura aos ilustres colaboradores dêste BOLETIM plena liberdade de pensamento. Por tal facto, faltaria à mais elementar verdade quem lhe atribuisse o endosso daquelas doutrinas aqui expendidas que, por excepcional acaso, se não filiem de modo directo nos objectivos que presidem e orientam os seus fins — a expansão do lusitanismo em todos os seus elevados e múltiplos aspectos: económicos, políticos, culturais e sociais.

*

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA compra exemplares dos numeros I, III, IV e V do BOLETIM.

CARTONAGENS FINAS

PARA
QUALQUER INDUSTRIA

Alves Freixo & Cia.

Rua do Lavradio, 101

Telefone: 22-0893

RIO DE JANEIRO

CASINO BALNEÁRIO

DA



O unico
estabelecimento carioca
de diversões
com refrigeração
do ambiente
pelo processo CARRIER
de ar condicionado.

Numeros de artistas
sempre novos.

Jantares dansantes
todas as noites

ORCHESTRAS TYPICAS

DE

JAZZ E TANGO

SERRARIA GONZALEZ

ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ

CAIXAS DESARMADAS

Fernandes Gonzalez & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81

Tel. 28-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ

RIO DE JANEIRO

TINTAS PARA IMPRESSÃO

DA AFAMADA FÁBRICA

MICHAEL HUBER

de MUNICH (Alemanha)

Depositários

CAPPUCCINI & C.

R. ALFANDEGA, 172 — RIO DE JANEIRO

Esta revista é sempre impressa com as tintas de

MICHAEL HUBER

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43 — Fone 22-6894

RIO DE JANEIRO

CALÇADO
FOX
O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo

